

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HENRIQUE PORTULHAK

O VALOR PÚBLICO ESTÁ NOS OLHOS DE QUEM VÊ:
PERCEPÇÃO DE GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO POR UMA DENOMINAÇÃO
RELIGIOSA, TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E VIÉS ENDOGRUPAL

CURITIBA

2018

HENRIQUE PORTULHAK

O VALOR PÚBLICO ESTÁ NOS OLHOS DE QUEM VÊ:
PERCEPÇÃO DE GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO POR UMA DENOMINAÇÃO
RELIGIOSA, TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E VIÉS ENDOGRUPAL

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Pacheco

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS –
SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Portulhak, Henrique

O valor público está nos olhos de quem vê: percepção de geração de valor público por uma denominação religiosa, teoria dos stakeholders e viés endogrupal / Henrique Portulhak. – 2018, 157 p.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Vicente Pacheco.

Defesa: Curitiba, 2018.

1. Contabilidade Gerencial. 2. Valor Público. 3. Organizações Religiosas. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. II. Pacheco, Vicente. III. Título.

CDD 658.1511

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CONTABILIDADE da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **HENRIQUE PORTULHAK**, intitulada: **O VALOR PÚBLICO ESTÁ NOS OLHOS DE QUEM VÊ: PERCEPÇÃO DE GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO POR UMA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA, TEORIA DOS STAKEHOLDERS E VIÉS ENDOGRUPAL**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

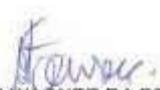
A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 05 de Dezembro de 2018.

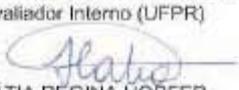


VICENTE PACHECO
Presidente da Banca Examinadora

PEDRO JOSE STEINER NETO
Avaliador Externo (UP)



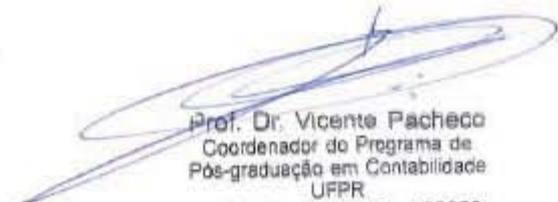
MARCOS WAGNER DA FONSECA
Avaliador Interno (UFPR)



KÁTIA REGINA HOPFER
Avaliador Externo (UTFPR)

E.T.: Retificação de Título

O VALOR PÚBLICO ESTÁ NOS OLHOS DE QUEM VÊ: PERCEPÇÃO DE GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO POR UMA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA, TEORIA DOS STAKEHOLDERS E VIÉS ENDOGRUPAL



Prof. Dr. Vicente Pacheco
Coordenador do Programa de
Pós-graduação em Contabilidade
UFPR
Matrículas: 0342783 - 100650

A Deus, pela vida, por guiar meus passos, por me ensinar e me proteger em todas as etapas e em todos os desafios!

Aos meus pais, pelos muitos ensinamentos e por todo o apoio e dedicação em todos os momentos da minha vida!

À minha esposa, por todo o amor e companheirismo e por me inspirar a ser uma pessoa melhor a cada dia!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela vida e por estar comigo em todos os momentos, por me conceder tantas alegrias e conquistas nessa jornada e por me acompanhar e me proteger nas adversidades, sempre me permitindo aprender e evoluir a cada dia. Esta foi uma longa jornada, de muitos sacrifícios e dificuldades, mas também de muitas descobertas e de muito aprendizado, e chegar neste momento só foi possível pois o Senhor sempre esteve ao meu lado! Obrigado por me permitir chegar a mais esta etapa, tudo sempre ao Seu tempo! Ainda peço que continue ao meu lado, que me dê sabedoria e discernimento para que eu possa continuar a dedicar esforços de acordo com Vossos desígnios!

Agradeço a meus pais, Silvestre e Ezilda, em primeiro lugar pelo exemplo de vida que representam para mim. Com muito sacrifício e abnegação nos concederam as condições materiais para que pudéssemos nos desenvolver, contudo, tão importante quanto isto, foram os valores morais e os exemplos de honestidade, de caráter e de dedicação e valor ao trabalho, lições transmitidas dia após dia durante todas essas décadas, lições estas que busquei aprender e que foram fundamentais para que eu tivesse condições de alcançar e vencer mais esta etapa! Mais uma vez, obrigado por tudo, por sempre me apoiarem e por sempre estarem ao meu lado, em todos os momentos!

Agradeço à minha esposa, Eva, por partilhar comigo, no dia-a-dia, mais esta etapa, sempre me inspirando, me acompanhando e me encorajando em cada desafio, oferecendo seu apoio e ajudando a me reerguer nos momentos de dificuldade. Nossos primeiros anos de casados foram acompanhados até aqui, quase integralmente, pelo período de Doutorado, e você viveu comigo todos os desafios e dificuldades dessa trajetória, sempre me ajudando e me apoiando inclusive nos momentos em que foi necessário estar ausente para cumprir os diversos compromissos até o alcance desse objetivo final. Muito obrigado por sempre estar ao meu lado! Seu amor me inspira e me faz infinitamente feliz! Quero estar sempre contigo para que possamos atingir juntos novos objetivos e sonhos em nossas vidas!

Agradeço ao Prof. Dr. Vicente Pacheco, orientador desta Tese de Doutorado, por me acompanhar durante os quatro anos de Doutorado, pelos aconselhamentos tempestivos, pelas diversas “trocas de figurinhas” e pela confiança depositada em mim nesta trajetória. Também agradeço aos membros das bancas examinadoras de qualificação e de defesa, Prof. Dr. Flaviano Costa, Prof.^a Dr. Kátia Regina Hopfer, Prof. Dr. Marcos Wagner da Fonseca, Prof. Dr. Pedro José Steiner Neto e Prof.^a Dr.^a Simone Bernardes Voese, pelas valiosas contribuições que possibilitaram a elaboração desta Tese. Um agradecimento especial ao Prof.

Dr. Flaviano Costa pelas sugestões oferecidas e pelo apoio entre a qualificação e a defesa.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR, cujo trabalho viabiliza a cada ano a manutenção e o crescimento de um Programa de qualidade reconhecida e cujo esforço possibilitou a realização do curso de Mestrado e de Doutorado na instituição por tantos alunos. Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Vicente Pacheco, Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Prof. Dr. Luciano Márcio Scherer, Prof. Dr. José Roberto Frega, Prof. Dr. Cícero Aparecido Bezerra, Prof. Dr. Ademir Clemente e Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin pelas lições oferecidas nas disciplinas cursadas, bem como aos alunos de pós-doutorado, Prof. Dr. Marcos Roberto Kühl e Prof. Dr. Marcelo Resquetti Tarifa, pelos conhecimentos compartilhados nas disciplinas especiais. Também agradeço aos professores visitantes que engrandeceram o programa com a sua colaboração e aos professores com quem tive a oportunidade de elaborar e concluir diversos projetos de pesquisa nesse processo. Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Cícero Aparecido Bezerra, por toda a ajuda e pelos direcionamentos dados para a definição dos procedimentos metodológicos e para execução da análise dos dados da Tese.

Agradeço aos colegas de turma de doutorado (Ana Claudia, Daiane, Joyce, Ricardo, Mônica e Viviane) pelo companheirismo ao longo dessa jornada, o que permitiu que todos tivessem condições de superar juntos os diversos desafios apresentados nessa trajetória. Um agradecimento especial ao amigo Ricardo Adriano Antonelli, tanto pela amizade desenvolvida nesse processo quanto pelas parcerias em diversos artigos, bem como pelo valioso apoio oferecido até o momento da conclusão da Tese.

Agradeço aos meus antigos colegas de trabalho do Hospital de Clínicas da UFPR que, a exemplo do ocorrido no período de mestrado, me deram todo o apoio, incentivo e suporte para que eu tivesse condições de iniciar este curso de Doutorado e seguir rumo a este objetivo. Também agradeço às colegas do Departamento de Ciências Contábeis da UFPR, Prof.^a Sayuri Unoki de Azevedo e Prof.^a Anelise Krauspenhar Pinto Figari, pelos conselhos, encorajamento, pelas parcerias e pela ajuda neste período.

Agradeço ao representante da Cúria Arquidiocesana, pela disponibilidade, apoio e interesse que viabilizaram o prosseguimento dessa pesquisa. Também agradeço a todos que disponibilizaram um pouco do seu tempo para preencher o questionário dessa Tese: sua contribuição foi essencial para a conclusão desse trabalho! Agradeço especialmente aos colegas e amigos que, no período de coleta de dados, se dispuseram a compartilhar o questionário com seus amigos e contatos: sou imensamente grato!

“Nunca, jamais desanimeis, embora venham ventos contrários”.

(Santa Paulina)

RESUMO

A presente investigação defende a tese de que uma denominação religiosa realiza atividades ou oferece resultados percebidos como geradores de valor público pela sociedade, contudo a percepção de valor público sofre influência do posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo da instituição e de acordo com o seu viés endogrupal religioso. Tendo como pano de fundo a crise fiscal brasileira e as reflexões ocorridas no país a respeito da manutenção de imunidades tributárias para organizações religiosas, a pesquisa utilizou como teoria de base a teoria do valor público e valeu-se da teoria dos *stakeholders* e da teoria da identidade social (mais especificamente a respeito do viés endogrupal e favoritismo intragrupo) para o exame de sete hipóteses de pesquisa derivadas dos quatro objetivos específicos delimitados. Com a realização de um levantamento junto a 732 indivíduos residentes na região geográfica abrangida pela Arquidiocese de Curitiba entre os meses de agosto e setembro de 2018, o que foi precedido por procedimentos de validação a partir de dados públicos disponibilizados no portal eletrônico da Arquidiocese, entrevista com representante da cúria e pré-testes com mestres e doutores, identificou-se inicialmente a formação de três fatores de atividades e resultados (“atividades religiosas”, “atividades sociais” e “resultados”) de acordo com a percepção do respondente quanto aos benefícios concedidos à sociedade. Na sequência, observou-se que a afiliação religiosa do indivíduo, bem como a forma de relacionamento com a denominação religiosa como *stakeholder*, são elementos que diferenciam sua percepção quanto à geração de valor público pela instituição, sendo que membros da denominação religiosa tendem a atribuir maior valor público à instituição a qual é afiliado, o que está de acordo com a teoria da identidade social; e, indivíduos com maior quantidade de relacionamentos como *stakeholder* tendem a atribuir maior valor público em relação a indivíduos com menor ou nenhuma relação como *stakeholder*, estando de acordo com as hipóteses de pesquisa baseadas na teoria dos *stakeholders*. Em geral, foram observadas que as atividades de assistência social, ações de solidariedade, caridade e serviço social e programas de reabilitação para dependentes químicos são consideradas pela sociedade como geradoras de valor público pela denominação religiosa, bem como a significância estatística das variáveis “religião” e “*stakeholder*” e dos fatores “atividades sociais” e “resultados” na aplicação do modelo de regressão. Espera-se que os resultados apresentados forneçam subsídios para o avanço de pesquisas na área de contabilidade gerencial para organizações religiosas, avaliação de desempenho no Terceiro Setor, teoria do valor público, teoria dos *stakeholders* aplicada ao Terceiro Setor e teoria da identidade social (mais especificamente, viés endogrupal religioso); subsídios práticos para o avanço da aplicação da teoria do valor público, da avaliação de desempenho e da prestação de contas de organizações dessa natureza; bem como contribuições sociais ao fornecer novas evidências para o avanço dos debates a respeito da manutenção ou retirada de imunidades tributárias de organizações religiosas e no fomento de melhorias gerenciais e na avaliação de desempenho de organizações sem fins lucrativos.

Palavras-chave: Contabilidade gerencial; avaliação de desempenho; valor público; teoria dos *stakeholders*; viés endogrupal; organizações religiosas.

ABSTRACT

The following research defends the thesis that a religious denomination performs outputs or outcomes perceived as creators of public value by the society, yet the perception of public value is influenced by the position of the subject as a normative stakeholder of the institution and according to its religious ingroup bias. Considering the background of the Brazilian fiscal crisis and the discussions in the country regarding the maintenance of tax immunities for religious organizations, this research was based on public value theory and used stakeholder theory and social identity theory (more specifically on ingroup bias and intragroup favoritism) for examining seven hypotheses derived from the four specific objectives delimited. With the survey of 732 individuals residing in the geographical area covered by the Archdiocese of Curitiba between August and September 2018, which was preceded by validation procedures from public data available on the archdiocese's internet site, an interview with a representative of the Curia and pre-tests with masters and doctors, it was initially identified the formation of three output and outcome factors ("religious outputs", "social outputs" and "outcomes") according to the respondent's perception of benefits granted to society. In the sequence, it was noted that the religious affiliation of the subject, as well as the relationship with the denomination as a stakeholder, are elements that differentiate their perception regarding the generation of public value by the institution, and members of the religious denomination tend to attribute greater public value to the institution to which it is affiliated, which is in accordance with the social identity theory; and individuals with more relationships as stakeholder tend to attribute greater public value than individuals with less or no relations as stakeholder, being in agreement with the hypothesis based on the stakeholder theory. In general, it was observed that social assistance activities, solidarity, charity and social service actions, and rehabilitation programs for chemical dependents are considered by the society as generators of public value by the religious denomination, as well as the statistical significance of the variables "religion" and "stakeholder" and the factors "social outputs" and "outcomes" in the application of the regression model. It is expected that this results will provide support for the advancement of research in the area of managerial accounting for religious organizations, performance management in the Third Sector, public value theory, stakeholder theory applied to the Third Sector and social identity theory (more specifically, religious ingroup bias); practical supports for advancing in the application of public value theory, performance management and accountability of such organizations; as well as social contributions by providing new evidences for the advancement of debates regarding the maintenance or withdrawal of tax immunities from religious organizations and to stimulate managerial improvements and the performance management of non-profit organizations.

Keywords: Management accounting; performance management; public value; stakeholder theory; ingroup bias; religious organizations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Conceitos estratégicos básicos no setor privado e no setor público	35
Tabela 2. Organizações com fins lucrativos, sem fins lucrativos ou governamentais	48
Tabela 3. Construtos, definições operacionais, variáveis e referências	61
Tabela 4. Protocolo para análise fatorial exploratória	65
Tabela 5. Protocolo para análise de regressão linear múltipla	66
Tabela 6. Interseção entre comissões pastorais da Arquidiocese de Curitiba e atividades da Igreja Católica	74
Tabela 7. Validação das variáveis com a Arquidiocese de Curitiba: atividades	76
Tabela 8. Validação das variáveis com a Arquidiocese de Curitiba: resultados	77
Tabela 9. Descrição da amostra	79
Tabela 10. Matriz de componente rotativa – modelo original	83
Tabela 11. Matriz de componente rotativa – modelo reespecificado	84
Tabela 12. Índices de ajustamento - modelos 1 e 2	86
Tabela 13. Índices de ajustamento - modelos 1, 3 e 4	88
Tabela 14. Confiabilidade composta e variância extraída média	89
Tabela 15. Validade discriminante	89
Tabela 16. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo completo	92
Tabela 17. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo ajustado	92
Tabela 18. Médias: modelo geral (variáveis e fatores)	93
Tabela 19. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: sem relacionamentos (modelo completo)	95
Tabela 20. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: sem relacionamentos (modelo ajustado)	96
Tabela 21. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: um relacionamento (modelo completo)	97
Tabela 22. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: um relacionamento (modelo ajustado)	98
Tabela 23. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: dois ou mais relacionamentos (modelo completo)	99
Tabela 24. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: dois ou mais relacionamentos (modelo ajustado)	99
Tabela 25. Testes Kruskal-Wallis: grupos de <i>stakeholders</i> (variáveis e fatores)	103
Tabela 26. Testes U de Mann-Whitney: grupos de <i>stakeholders</i> (variáveis e fatores)	103
Tabela 27. Médias: grupos de <i>stakeholders</i> (variáveis e fatores)	104
Tabela 28. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: religião católica (modelo completo)	106

Tabela 29. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: outras religiões (modelo completo)	108
Tabela 30. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: outras religiões (ajustado)	108
Tabela 31. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: sem religião (modelo completo) .	110
Tabela 32. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: sem religião (modelo ajustado) ...	110
Tabela 33. Testes Kruskal-Wallis: grupos religiosos (variáveis e fatores)	113
Tabela 34. Testes U de Mann-Whitney: grupos religiosos (variáveis e fatores)	114
Tabela 35. Médias: grupos religiosos (variáveis e fatores).....	115
Tabela 36. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: religião católica (inclusão da variável “ <i>stakeholder</i> ”)	116
Tabela 37. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: religião católica (modelo 3)	117
Tabela 38. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo completo com as variáveis “religião” e “ <i>stakeholder</i> ”	119
Tabela 39. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo ajustado com a inclusão das variáveis “religião” e “ <i>stakeholder</i> ”	120
Tabela 40. Médias: modelo com a inclusão das variáveis “religião” e “ <i>stakeholder</i> ” (variáveis e fatores)	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo <i>Public Value Scorecard</i>	42
Figura 2. Tipologia de <i>stakeholder</i>	46
Figura 3. Mapa dos <i>stakeholders</i> para as organizações religiosas.....	49
Figura 4. Modelo fatorial.....	90
Figura 5. Modelo de regressão	93
Figura 6. Modelo de regressão: sem relacionamentos.....	96
Figura 7. Modelo de regressão: um relacionamento.....	98
Figura 8. Modelo de regressão: dois ou mais relacionamentos	100
Figura 9. Modelo de regressão: religião católica.....	107
Figura 10. Modelo de regressão: outras religiões	109
Figura 11. Modelo de regressão: sem religião.....	111
Figura 12. Modelo de regressão: religião católica (modelo 3).....	117
Figura 13. Modelo de regressão com a inclusão das variáveis “religião” e “ <i>stakeholder</i> ”	121

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Alm.	-	Almirante
BSC	-	<i>Balanced Scorecard</i>
CFI	-	Índice de ajuste comparativo
df	-	Graus de liberdade
GFI	-	Índice de qualidade de ajuste
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inf.	-	Inferior
KMO	-	Kaiser-Meyer-Olkin
Lim.	-	Límite
MECVI	-	Índice de validação cruzada esperada mínima
MSA	-	Medida de adequação da amostra
NPM	-	<i>New Public Management</i>
PIB	-	Produto Interno Bruto
PR	-	Paraná
PVSC	-	<i>Public Value Scorecard</i>
RMSEA	-	Raiz do erro quadrático médio de aproximação
SPSS	-	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
Sup.	-	Superior
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
VD	-	Validade discriminante
VEM	-	Variância extraída média
VIF	-	Fator de inflação da variância
X ²	-	Chi-quadrado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo Geral.....	18
1.3.2 Objetivos Específicos	19
1.4 TESE.....	19
1.5 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS.....	20
1.6 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	23
1.7 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE PESQUISA	24
2 MARCO TEÓRICO EMPÍRICO DE REFERÊNCIA.....	26
2.1 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS: GESTÃO, ATIVIDADES E IMPACTO NA SOCIEDADE.....	26
2.2 TEORIA DO VALOR PÚBLICO	34
2.3 TEORIA DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	44
2.4 TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL, VIÉS ENDOGRUPAL E FAVORITISMO INTRAGRUPPO	53
2.5 HIPÓTESES DA PESQUISA	56
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	59
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	59
3.2 CONSTRUTOS, DEFINIÇÕES OPERACIONAIS E VARIÁVEIS	60
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	62
3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	63
3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	64
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	71
4.1 VALIDAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ATIVIDADES E DE RESULTADOS	71
4.1.1 Análise de Informações Públicas	71
4.1.2 Entrevista com Membro da Arquidiocese	75
4.2 QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE	78
4.2.1 Descrição da Amostra.....	79
4.2.2 Análise Fatorial Exploratória	81
4.2.3 Regressão com Variáveis de Controle	91
4.2.3.1 Regressão por Grupos de <i>Stakeholders</i>	94
4.2.3.2 Regressão por Grupos Religiosos.....	105
4.2.3.3 Regressão com a Inclusão das Variáveis “Religião” e “ <i>Stakeholder</i> ”	116

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	123
5 CONCLUSÕES.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com Membro da Arquidiocese	149
APÊNDICE B – Questionário Aplicado à Comunidade	151
APÊNDICE C – Modelo de Carta de Apresentação para a Organização Religiosa	156

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se, neste capítulo, (I) a contextualização, (II) o problema de pesquisa e a questão orientativa da investigação; (III) o objetivo geral e os objetivos específicos; (IV) a declaração da tese defendida; (V) as justificativas e as contribuições esperadas por meio desta investigação; (VI) as considerações sobre a delimitação da pesquisa; e, (VII) apresentação da estrutura do relatório de pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

As organizações do Terceiro Setor estão plenamente inseridas na sociedade contemporânea, exercendo uma participação ativa na vida das pessoas. É possível que atualmente muitos nasçam, estudem, trabalhem, sejam entretidos, tratados ou passem seus últimos dias em uma dessas instituições. A vida desses indivíduos também pode ser impactada de forma indireta pelas organizações do Terceiro Setor, como na busca de tratamentos e cura para doenças e epidemias, na solução de conflitos sociais e na promoção de direitos humanos (Powell & Steinberg, 2006).

Deve-se também considerar a sua importância econômica, já que o seu conjunto é considerado pelas Nações Unidas como uma força econômica significativa e em crescimento, respondendo por 8 a 12% dos empregos gerados em funções não agrícolas em muitos países desenvolvidos (United Nations, 2003), além do que, caso o Terceiro Setor global fosse considerado um país, de acordo com o Banco Mundial, ele estaria classificado na 16ª colocação com base no Produto Interno Bruto (PIB) gerado no ano de 2012 (National Council of Nonprofits, 2016). No Brasil, estima-se que o Terceiro Setor responda por cerca de 8% do PIB nacional (Conselho Federal de Contabilidade, 2015), sendo que, em 2010, era responsável por cerca de 5% do total de empregos formais existentes no país (Oliveira & Sanches, 2016).

As organizações sem fins lucrativos (ou Terceiro Setor) são caracterizadas no Brasil por meio do novo Código Civil de acordo com três figuras jurídicas: associações, fundações e organizações religiosas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012a), sendo que as organizações sem fins lucrativos no Brasil tiveram sua origem nas ações filantrópicas e de

caridade promovidas pelas organizações religiosas (Oliveira & Sanches, 2016). Além deste histórico, as organizações de orientação religiosa possuem atuação destacada na sociedade pelo oferecimento de equipamentos e serviços sociais como escolas, hospitais, creches, recuperação de dependentes químicos, mobilização contra a violência e por atenção do poder público a demandas locais de regiões carentes, bem como de ações para socialização de jovens envolvidos ou vulneráveis ao mundo do crime, ex-presidiários, terceira idade e portadores de necessidades especiais (Burity, 2007; Serafim & Alperstedt, 2012; Teixeira, 2011), proporcionando a geração de externalidades positivas, especialmente em localidades em que predomina a pobreza, exclusão social, caos e violência (Lehmann, 2007). Por este fato, como afirma Souza (2004, p. 77), “a Igreja é um ator importante na vida social, política e cultural do país”.

Todavia, mesmo com a indicação de tais contribuições públicas proporcionadas pelas organizações religiosas, nota-se a ascensão de discussões e iniciativas que questionam os benefícios fiscais obtidos por estas instituições, conduzindo a propostas para a retirada de isenções e imunidades tributárias. A principal proposta vigente – uma proposição originada de sugestão legislativa de iniciativa popular – possui como ideia principal o fim da imunidade tributária de entidades religiosas (o que envolveria o pagamento de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana e de Imposto de Renda sobre o dízimo), tendo como principais argumentos o surgimento de “... constantes escândalos financeiros que líderes religiosos protagonizam” e de que indivíduos são “... explorados pela fé”, além de que “... o dinheiro que o Estado poderia recolher é usado para enriquecimento ilícito”. Em contraponto, indivíduos e entidades contra a proposta argumentam sobre as contrapartidas das igrejas ao Estado, indicando que estas entidades possuem “... papel social (como a assistência a viciados em drogas) não só moralmente louvável, como financeiramente valioso” (Balloussier, 2017).

Esta proposição, registrada no portal e-Cidadania, registrou mais de 20 mil manifestações de apoio, qualificando-a para apreciação em audiência pública no Senado Federal (Balloussier, 2017). Estando também disponível no portal eletrônico do Senado Federal para consulta pública, a proposta havia recebido, até o início do mês de outubro de 2017, 49,6% de opiniões públicas a favor e 50,4% de opiniões contra o projeto, de um total de 294.809 votos, enquanto um ano após (início de outubro de 2018), a proposta apresentava 50,3% de opiniões públicas a favor e 49,7% de opiniões contra o projeto, de um total de 300.358 votos, o que indica que a população brasileira está dividida e demonstra atenção a

respeito desta proposição¹. Ademais, surgem nas mídias posicionamentos que suscitam reflexões sobre o tema, com indicações para o fim da imunidade tributária para igrejas, evocando muitas vezes como pano de fundo dessa discussão a crise fiscal que atinge o Estado brasileiro (Andrade, 2017; Schwartzman, 2017), fato que levou este a ser um tema considerado para questionamentos junto a candidatos à Presidência da República no ano de 2018, resultando em posicionamentos distintos: contrários como Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (Globo, 2018), e favoráveis como João Amoedo, do Partido Novo (Goeking, 2018).

Todavia, deve ser considerado que a presença do tema ‘religião’ em discussões dessa natureza pode envolver pressupostos ontológicos favoráveis ou desfavoráveis a respeito de uma religião específica ou quanto à religiosidade em geral do indivíduo, fortalecendo um posicionamento contrário ou a favor da matéria. Como se tem observado na mídia, ações para manutenção ou expansão das imunidades tributárias para igrejas são, muitas vezes, empreendidas por pessoas que pertencem ou se identificam com alguma denominação religiosa (ex. Balloussier, 2017; O Catequista, 2017; Veja, 2017), enquanto ações para retirada dessas imunidades, por vezes, são promovidas ou apoiadas por cidadãos que não fazem parte de qualquer grupo religioso ou mesmo apresentam aversão às entidades religiosas (ex. Balloussier, 2018; Congresso em Foco, 2015; Pimenta, 2017), o que indicaria que o posicionamento de um determinado indivíduo como um *stakeholder* normativo de uma organização religiosa (Phillips, 2003; Serafim & Alperstedt, 2012) ou a sua identificação como pertencente a um grupo religioso (Johnson, Rowatt, & Labouff, 2012; Ysseldyk, Matheson, & Anisman, 2010), que por sua vez leva a um viés endogrupal, são fatores que podem influenciar em debates que envolvam as contribuições sociais proporcionadas pelas denominações religiosas.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da contextualização realizada, podem-se denotar evidências de que as denominações religiosas estão envolvidas em um contexto no qual há uma pressão social que busca eliminar sua imunidade tributária, sugerindo-se que essa situação passa pelas

¹ SUG 2/2015 (Sugestão n. 2/2015). Programa e-Cidadania. Acesso em 08 out. 2018, em <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=122096>.

dificuldades que as mesmas enfrentam para defender junto ao público em geral os alegados benefícios gerados por elas à coletividade, especialmente para grupos que não são identificados como *stakeholders* normativos e para indivíduos não pertencentes ao endogrupo.

A teoria do valor público, conceito emergente na literatura acadêmica nos últimos anos (Hartley, Alford, Knies, & Douglas, 2016), parte da ideia de que as organizações públicas e do Terceiro Setor devem se voltar para a criação de resultados que tenham valor percebido pela sociedade, o que habilitaria estas organizações a demonstrarem às partes interessadas e ao público em geral que, ao invés de serem consideradas como não produtivas, estão gerando resultados valiosos para a coletividade (Moore, 1995).

Frente a tal situação, portanto, torna-se relevante identificar quais atividades realizadas por denominações religiosas são consideradas como geradoras de valor público pela sociedade, de forma que tais organizações tenham condições de gerenciar essas atividades e torná-las base de seu processo de avaliação de desempenho institucional, de seu controle gerencial e da prestação de contas às partes interessadas e ao público em geral, contribuindo para o debate sobre as imunidades tributárias. Com isso, a presente investigação possui a seguinte questão orientativa: **quais atividades realizadas e resultados oferecidos por uma denominação religiosa são percebidos pela sociedade como geradores de valor público?**

1.3 OBJETIVOS

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), os objetivos da pesquisa indicam a pretensão do desenvolvimento de investigação, apontando para quem, para quem a pesquisa se direciona e o que ela pretende alcançar. Conforme Costa (2016), os objetivos “... são de fundamental importância para o desenvolvimento de um estudo, visto que indicam os rumos que o pesquisador deve seguir para atingir os resultados esperados e responder satisfatoriamente à problemática proposta” (p. 31).

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral dessa investigação é o de identificar as atividades realizadas ou

resultados oferecidos por uma denominação religiosa que são percebidos pela sociedade como geradores de valor público.

1.3.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, podem ser destacados os seguintes objetivos específicos:

- (I) Identificar fatores de atividades e/ou de resultados de acordo com a percepção dos indivíduos quanto à geração de valor público pela denominação religiosa;
- (II) Detectar a existência de diferenças na percepção de geração de valor público das atividades realizadas e dos resultados fornecidos por uma denominação religiosa de acordo com o relacionamento do indivíduo com a instituição (*stakeholder* normativo);
- (III) Apontar a existência de diferenças na percepção de geração de valor público das atividades realizadas e dos resultados fornecidos por uma denominação religiosa de acordo com o grupo religioso ao qual o indivíduo pertence (viés endogrupal religioso);
- (IV) Constatar a existência de influência do posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo e do viés endogrupal religioso no valor público atribuído às atividades realizadas e resultados gerados por uma denominação religiosa.

1.4 TESE

O presente estudo defende a seguinte tese: **uma denominação religiosa realiza atividades ou oferece resultados percebidos como geradores de valor público pela sociedade, contudo a percepção de valor público sofre influência do posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo da instituição e do seu viés endogrupal religioso.**

1.5 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

A presente investigação se justifica e pode contribuir tanto pelo aspecto teórico quanto pelos aspectos práticos e sociais. Pelo ponto de vista teórico, como afirmam Serafim e Alperstedt (2012), aparenta-se que há certa resistência na academia a considerar a importância econômica das organizações religiosas na sociedade. Por consequência, como asseveram Perkins e Fields (2010), “as igrejas são um tipo de entidade sem fins lucrativos que tem sido pouco estudada apesar de ter um impacto substancial na sociedade” (p. 826). Assim sendo, em um primeiro momento, justifica-se a realização desta exploração temática pelo aspecto teórico diante da escassez de estudos acadêmicos que abordem organizações religiosas a despeito de sua importância social e econômica.

Ainda pelo aspecto teórico, a abordagem ao tema do valor público gerado por uma instituição do Terceiro Setor contribui para os debates a respeito da identificação de desempenho dessas organizações, visto que há uma alegada dificuldade em termos teóricos para se realizar a mensuração do mesmo devido à complexidade e subjetividade dos resultados fornecidos por elas (Anthony & Young, 1994; Lee & Nowell, 2015; Sawhill & Williamson, 2001). De acordo com Boateng, Akamavi e Ngoro (2016), a busca pelas melhores medidas de desempenho para organizações sem fins lucrativos é um assunto que tem sido debatido de forma extensiva em âmbito acadêmico nos últimos 20 anos, contudo, ainda restam lacunas relevantes a serem preenchidas nesse campo. Com isso, entende-se que estudos sobre essa temática possibilitam novas informações acadêmicas e viabilizam soluções, pois, como afirmam Boateng et al. (2016), diante da importância e da complexidade em se definir a forma de mensuração de desempenho de organizações sem fins lucrativos, torna-se imperioso que pesquisadores busquem critérios comuns ou definam plataformas que possam facilitar essa tarefa.

Especificamente sobre a teoria do valor público, a presente investigação é justificada e pode contribuir pelo aspecto teórico ao fornecer informações empíricas para a validação dos pressupostos existentes nessa teoria, bem como subsídios para a aplicação das ferramentas associadas a ela, como o *Public Value Scorecard*. Como indicam Hartley et al. (2016), “o desenvolvimento da teoria do valor público e de suas críticas padecerá se continuar a falta de fundamentação na pesquisa empírica, porque a teoria e a pesquisa empírica podem se desafiar, testar e influenciar mutuamente” (p. 1), sendo importante, por exemplo, entender com base empírica em quais cenários este conceito é relevante ou aplicável e fundamentar com a

mesma o oferecimento de prescrições e proposições de forma a fornecer confiança sobre sua lógica e validade. Os mesmos autores apontam que, apesar de ser um tópico em crescimento na academia, são poucas as publicações sobre valor público que são baseadas em pesquisa empírica, sendo também desejáveis pesquisas com abordagem quantitativa e que envolvam medidas organizacionais de desempenho.

Quanto às justificativas práticas, entende-se que a identificação das atividades realizadas e dos resultados gerados por uma denominação religiosa, consideradas pela sociedade como geradores de valor público, pode servir como principal subsídio para a aplicação de ferramentas de contabilidade e controle gerencial nessa instituição e em organizações assemelhadas. Em especial, pode ser viabilizada a aplicação de ferramentas de gestão, associadas à teoria do valor público como o *Public Value Scorecard* (PVSC) – ferramenta de avaliação de desempenho que tem como objetivo apoiar uma instituição pública ou sem fins lucrativos na geração de valor público (Moore, 2003), e, para que seja possível utilizar tais ferramentas, é importante identificar adequadamente como determinada organização produz valor público, sendo essa sua medida principal de desempenho, o que é útil para finalidades gerenciais.

Nesse contexto, entende-se que a utilização de ferramentas de contabilidade e controle gerencial pode ser considerada importante para que organizações obtenham sustentabilidade em suas atividades (Thomson, 2007), portanto, espera-se que os resultados dessa investigação forneçam contribuições ao oportunizar subsídios para a melhoria da gestão de organizações religiosas e instituições assemelhadas. Dessa forma, definir as atividades e resultados de uma denominação religiosa, consideradas como geradores de valor público, é elemento essencial para essa melhoria gerencial, já que, de acordo com Bajpai (2016, p. 8), “se o valor público não for definido claramente, o processo de criação de valor público vai falhar”.

Sob o aspecto social, observa-se que a ampliação de estudos sobre contabilidade no Terceiro Setor se torna importante ao considerar a expressividade das atividades realizadas por essas organizações, no Brasil e no mundo, o que provoca uma demanda crescente por estudos que abordem a realidade destas instituições (Campos, Moreira, & Scalzer, 2014), de tal forma que investigações com foco em organizações religiosas podem fornecer subsídios que justifiquem ou potencializem as contribuições sociais e econômicas geradas por estas, em especial no cenário brasileiro.

A respeito da religião, esta pode ser considerada uma das instituições centrais da sociedade, exercendo influência em todas as esferas e contribuindo para a coletividade tanto por meio de benefícios econômicos quanto sociais (Cadge & Wuthnow, 2006; Carmona &

Ezzamel, 2006; Hull & Bold, 1989). Como afirmam Guiso, Sapienza e Zingales (2003, p. 226): “difícilmente há algum aspecto da vida de uma sociedade que não seja afetado pela religião”. Especificamente quanto à Igreja Católica, denominação religiosa escolhida para a investigação, ressalta-se o seu papel relevante na civilização ocidental ao produzir efeitos na educação, nas ciências, nas artes, na arquitetura, no direito, na economia, na moral, na cultura e por meio de atividades de caridade (Woods Jr., 2008).

No Brasil, leva-se também em conta que a religião católica é a que possui maior número de adeptos (Datafolha, 2016), sendo o país com maior número de católicos no mundo (ACI Digital, 2017). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012b), por meio do censo demográfico realizado no Brasil no ano de 2010, o país apresenta uma população hegemonicamente filiada à religião católica apostólica romana (64,6%), sendo ainda 22,2% filiados a religiões evangélicas, 2% identificados como espíritas e 0,3% identificados como membros da umbanda ou candomblé. Ademais, 2,7% da população são filiados a outras religiões e 8% declararam não possuir nenhuma religião.

Quanto à importância econômica das igrejas, destaca-se no Brasil, na qual representavam em 2010 por volta de 28% das organizações sem fins lucrativos (Oliveira & Sanches, 2016), que apenas no ano de 2011 as mesmas arrecadaram R\$ 20,6 bilhões, o que equivaleria à metade do orçamento da cidade de São Paulo do mesmo ano, de acordo com informações repassadas por mais de 41 mil matrizes à Receita Federal (Foreque, 2013). Apenas em relação ao dízimo, a arrecadação atingiu o montante de R\$ 13,7 bilhões em 2011 e alcançou R\$ 17 bilhões em 2013 (Amado, 2016).

Nos Estados Unidos, estima-se que as organizações religiosas atraem receitas estimadas em US\$ 378 bilhões anuais e geram benefícios estimados em US\$ 1,2 trilhão, sendo componente significante da economia daquele país (Grim & Grim, 2016). Salienta-se ainda que, no Brasil, mais de 67 mil entidades obtiveram registro junto à Receita Federal como organização religiosa entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2017, o que significa que, em média, uma nova organização religiosa surge no Brasil a cada hora (Grillo, 2017).

Pela ótica dos doadores e financiadores de organizações sem fins lucrativos, entende-se que estudos dessa natureza, que objetivam clarificar a mensuração de seu desempenho, contribuem socialmente ao fornecerem bases para que a instituição seja mais eficaz em sua prestação de contas a estas partes e, por consequência, tenha maiores condições de construir uma relação de confiança junto aos seus *stakeholders*, dirimindo, assim, a possibilidade de escândalos em instituições dessa natureza e, em decorrência, favorecendo a instituição com maior possibilidade de obtenção de recursos e sustentabilidade organizacional (Boateng et al.,

2016). Na mesma linha de raciocínio, entende-se que os resultados da investigação podem contribuir para o debate acerca da manutenção ou retirada de imunidades tributárias para as organizações religiosas.

Em suma, argumenta-se que o tema desta tese pode ser considerado original, importante e viável, critérios importantes apontados por Castro (2006). Diante dos elementos expostos nesta seção, quanto ao aspecto da originalidade, o tema abordado, além de não apresentar estudos precedentes semelhantes, possui oportunidades de expansão na pesquisa acadêmica em contabilidade e controle gerencial, pela importância de se abordar a identificação do desempenho de organizações religiosas e a teoria do valor público em um estudo empírico.

Em relação à importância, salienta-se que o estudo em tela, ao tratar sobre a identificação do desempenho de organizações religiosas, pode auxiliar por meio de seus resultados no processo de gestão dessas organizações, com o potencial de maximização de reflexos sociais e econômicos positivos em favor da sociedade bem como na melhoria do seu processo de prestação de contas, além de possibilitar subsídios para o debate existente no Brasil referente às contribuições sociais dessas instituições frente às isenções tributárias a elas concedidas.

Quanto à viabilidade, argumenta-se principalmente a respeito do acesso aos indivíduos envolvidos para consecução da investigação, pois, devido à proximidade geográfica, viabiliza-se a realização dos procedimentos de campo no âmbito da Arquidiocese de Curitiba, tanto para acesso a membros da cúria quanto àqueles que podem identificar as atividades e impactos da instituição na localidade em que residem.

1.6 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Para que seja possível clarificar os objetivos da presente investigação e especificar os limites dos elementos envolvidos neste trabalho, são elencados os seguintes pontos de delimitação da pesquisa:

- (I) Delimitação quanto à instituição objeto de estudo: a escolha da Igreja Católica, já justificada por ser a religião predominante no Brasil, também é delimitada de acordo com a forma como ela é estruturada, enquanto organização. Nesse

estudo, optou-se intencionalmente pela Arquidiocese de Curitiba (Paraná) pela proximidade geográfica com seus dirigentes e com indivíduos que são influenciados por suas atividades, o que aumenta a viabilidade dos procedimentos empíricos;

- (II) Delimitação quanto ao espaço geográfico: retomando-se a escolha pela Arquidiocese de Curitiba, a delimitação geográfica do estudo estará vinculada à abrangência geográfica de suas ações e atividades, envolvendo os municípios de Curitiba, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Campo Largo, Campo Magro, Balsa Nova, Palmeira e Porto Amazonas.
- (III) Delimitação quanto ao conceito de valor público (*public value*): a utilização da teoria do valor público nesta investigação aborda o conceito definido por (Moore, 1995), diferenciando-se de seu emprego em contextos distintos na literatura acadêmica, especialmente em Bozeman (2007) e em Meynhardt (2009, 2015), cujos elementos distintivos de cada abordagem são explicados no artigo de Bryson, Crosby e Bloomberg (2014).

1.7 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE PESQUISA

O relatório desta investigação é estruturado em cinco capítulos. O capítulo 1 – introdução – é composto pela contextualização, problematização, objetivos, justificativas e contribuições esperadas do estudo, além de considerações sobre a delimitação do estudo. O capítulo 2 é composto pelo marco teórico empírico utilizado como referência para o desenvolvimento da investigação, por sua vez composto pelos seguintes itens: (I) aspectos de gestão, atividades realizadas e impactos das organizações religiosas na sociedade; (II) teoria do valor público; (III) teoria dos *stakeholders*; (IV) teoria da identidade social, viés endogrupal e favoritismo intragrupo; e, (V) hipóteses de pesquisa.

Em seguida, no capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos escolhidos para investigação, com (I) a caracterização da pesquisa, (II) construtos, definições operacionais e variáveis, (III) população e amostra, (IV) procedimentos para coleta de dados e (V) tratamento e análise de dados.

O capítulo 4, apresentação e análise dos dados, é composto pela (I) validação das

categorias de atividades e resultados, realizada por meio de dados públicos e por entrevista junto a um membro da Arquidiocese de Curitiba, bem como pela análise dos dados do (II) questionário aplicado à comunidade, contendo (a) a descrição da amostra, (b) os resultados da análise fatorial exploratória e (c) os resultados dos modelos de regressão, tanto em geral quanto especificamente para cada grupo religioso e grupos de *stakeholders* normativos, além do modelo final com a inclusão das variáveis “religião” e “*stakeholder*”, além da (III) discussão dos resultados. Por fim, o capítulo 5 apresenta as conclusões da investigação.

2 MARCO TEÓRICO EMPÍRICO DE REFERÊNCIA

Este capítulo é composto por cinco tópicos, a saber: (I) aspectos de gestão, atividades realizadas e impacto na sociedade das organizações religiosas; (II) teoria do valor público; (III) teoria dos *stakeholders*; (IV) teoria da identidade social, viés endogrupal e favoritismo intragrupo e (V) hipóteses da pesquisa.

2.1 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS: GESTÃO, ATIVIDADES E IMPACTO NA SOCIEDADE

A contabilidade gerencial possui como principal preocupação o fornecimento de informações que sejam úteis para os usuários internos, ou seja, os gestores da organização. Tais informações são compostas de dados financeiros e operacionais e enfatizam decisões relacionadas ao futuro da empresa (Garrison, Noreen, & Brewer, 2013). De forma mais detalhada, a contabilidade gerencial pode ser entendida como um processo composto pela identificação, mensuração, acumulação, análise, preparo, interpretação e comunicação de informações que sejam úteis para que os gestores possam tomar decisões com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais (Horngren, Sundem, & Stratton, 2004).

Os objetivos organizacionais, definidos de acordo com a estratégia adotada pela instituição, são considerados o principal elemento de atenção para que a contabilidade gerencial seja capaz de fornecer informações relevantes para os gestores. Como explicam Shank e Govindarajan (1997), a contabilidade gerencial possui um importante papel facilitador no desenvolvimento e acompanhamento da estratégia, além de possibilitar a implantação de controles para monitoramento dos objetivos organizacionais previamente estabelecidos. De acordo com Ittner, Larcker e Randall (2003), essa abordagem estratégica da contabilidade gerencial se dá pela identificação, mensuração e acompanhamento dos indicadores financeiros e operacionais considerados chave para o sucesso da estratégia. Em especial, os indicadores (ou medidas) de desempenho são importantes por serem “... métricas utilizadas para quantificar a eficiência e/ou efetividade de uma ação” (Neely, Gregory, & Platts, 1995, p. 80)

Uma das ferramentas de contabilidade gerencial voltadas à definição de indicadores financeiros e operacionais ligados à estratégia da organização, fornecendo dessa forma informações relevantes para os gestores acerca do alcance dos objetivos estratégicos definidos, é a avaliação de desempenho. Ferreira e Otley (2009) definem avaliação de desempenho da seguinte forma:

Mecanismos, processos, sistemas e redes formais e informais utilizados pelas organizações para transmitir os objetivos e metas-chave suscitados pela gestão, para auxiliar o processo estratégico e gerenciamento contínuo por meio de análises, planejamento, mensuração, controle, recompensas e gestão de desempenho global, e para apoiar e facilitar o aprendizado organizacional e a mudança. (p. 264).

De acordo com Neely, Gregory e Platts (1995), a mensuração ou avaliação de desempenho é um processo no qual se busca a quantificação da eficiência e da eficácia das ações de uma organização. De acordo com Poister, Aristigueta e Hall (2015), a avaliação de desempenho é um processo no qual indicadores que expressam o desempenho da organização são definidos, monitorados e utilizados de forma regular, com o objetivo de gerar informações objetivas e relevantes que possam fortalecer o processo de gestão, a tomada de decisão, o alcance de resultados e a prestação de contas.

Já um sistema de avaliação de desempenho (ou sistema de mensuração do desempenho) é definido por Neely et al. (1995) como um conjunto de medidas que são utilizadas para quantificar a eficiência e a eficácia das ações organizacionais. Por sua vez, Elzinga, Albronda e Kluijtmans (2009) consideram o sistema de avaliação de desempenho como um conjunto equilibrado de fatores críticos de sucesso que sintetizam a medida do desempenho organizacional.

Para que seja possível obter um desempenho satisfatório com a utilização de sistemas de avaliação de desempenho é importante compreender sobre o contexto no qual o sistema irá operar (Franco-Santos, Lucianetti, & Bourne, 2012). Esta afirmação também se aplica à necessidade de se considerar as especificidades operacionais das organizações do Terceiro Setor, entendendo-se que, para que forneçam resultados positivos, as ferramentas de contabilidade e controle gerencial devam ser adequadas à realidade e à operação destas (Anthony & Young, 1994; Santos, Laureano, & Machado, 2014), em especial os sistemas de avaliação de desempenho, já que tais sistemas foram desenvolvidos originalmente para atender as necessidades de organizações com finalidades de lucro (Speckbacher, 2003).

Ao tratar dessas especificidades, Salamon e Anheier (1998) elencam as seguintes características que identificam a forma de operação das organizações sem fins lucrativos:

1. Estão constituídas em forma de organização e estão, de certa forma, institucionalizadas: possuem alguma realidade institucional e uma estrutura organizacional;
2. São privadas, ou seja, não fazem parte do aparelho governamental: estão separadas do governo, mesmo que recebam recursos governamentais para a execução das suas atividades;
3. Não realizam distribuição de lucros a seus proprietários: não é esperado pelos proprietários ou diretores qualquer retorno com base nos superávits gerados pela organização, mas sim que os resultados positivos gerados sejam revertidos para o atendimento da missão da organização;
4. É autônoma: possui gestão própria e possui capacidades para controlar suas atividades;
5. Possui relevante participação de voluntários em suas atividades.

Especificamente a respeito da Igreja Católica, de acordo com Hood (2008), sua governança parte da identificação e articulação de crenças e práticas de fé compartilhadas por seus membros, que indicam o que deve ou não ser aceito na comunidade cristã. Já a operacionalização dessa estrutura de governança, conforme o mesmo autor, esta se dá por meio de estruturas institucionais que indicam “quem deve governar; as limitações de autoridade; a legitimação social e teológica da autoridade; e a relação entre o poder eclesial e político” (p. 537).

Nessa estrutura institucional, a governança das igrejas é conduzida pelos bispos, que são os responsáveis pelas dioceses, onde se incluem as paróquias, igrejas locais, seus padres e diáconos de um determinado território. Esse episcopado possui como principal dirigente o Bispo de Roma (o Papa) que, tradicionalmente, possui essa autoridade por ser considerado herdeiro direto de São Pedro, considerado primeiro Bispo de Roma e cuja autoridade foi dada diretamente por Cristo. O Papa, por sua vez, é eleito para essa função vitalícia pelo Colégio de Cardeais, que são nomeados pelos papas anteriores. A Santa Sé, governada pelo Papa, é a estrutura principal desse sistema vertical de autoridade e de administração da Igreja Católica (Hood, 2008; Vallier, 1971).

Para Cadge e Wuthnow (2006), as atividades religiosas são orientadas ao oferecimento de explicações e pelo relacionamento com o transcendente. Para Serafim e Alperstedt (2012, p. 55), “as organizações religiosas buscam estabelecer, incentivar e regular as relações entre os seres humanos e as divindades, ordens sobrenaturais ou princípios metafísicos supremos”.

Na mesma linha, para Latour (2017), a religião fornece ao indivíduo a possibilidade de experiências individuais, íntimas, pessoais e subjetivas com o divino, seja pela observação de eventos extraordinários ou mesmo para a busca de respostas e explicações sobre o mundo.

Com isso, a missão principal da Igreja Católica é identificada pela “salvação”, que é oferecida por meio de atividades de evangelização e conversão (Collins, 2008). De acordo com Serafim e Alperstedt (2012, p. 55), as organizações religiosas apresentam como seu principal produto “... a provisão de compensações sobrenaturais, as quais vêm acompanhadas com recompensas temporais”. Hull e Bold (1989) apontam, dentre as funções das igrejas, a de fornecer felicidade temporal aos seus membros e a de oferecer a possibilidade de perpetuidade diferida (vida eterna feliz após a morte).

O oferecimento desse principal produto ocorre na promoção de atividades como “adorações, orações, meditação, doutrina, curas, e bem-estar espiritual de acordo com revelações, textos, códigos, leis e princípios”, que envolvem necessariamente elementos religiosos, como “conhecimento sagrado, experiências transcendentais, profecias, cultos e meditação, ritos com poder purificador, ritos de passagem, ética religiosa”. Por outro lado, as atividades religiosas podem ser acompanhadas por produtos sociais, como “... missões de recrutamento, assistência social e solidariedade local” (Serafim & Alperstedt, 2012, p. 55).

Segundo Hagopian (2009), historicamente a Igreja Católica mantém canais pelos quais se relaciona com a sociedade, seja pela distribuição de serviços sociais, serviços de saúde ou por ações de caridade. De acordo com Teixeira (2011), a religião possui importância para o desenvolvimento social, o que se dá por meio da promoção e motivação de ações sociais, assentadas principais nas áreas de educação, saúde e assistência social. Cadge e Wuthnow (2006) destacam que algumas atividades de cunho social que hoje são promovidas por várias organizações sem fins lucrativos, como manutenção de hospitais, asilos e orfanatos, assistência aos necessitados e campanhas para pessoas em situação de emergência, sofreram uma relevante influência das religiões no seu processo de promoção e organização.

Para Serafim e Alperstedt (2012), as atividades religiosas se ampliam para além de suas fronteiras organizacionais especialmente por meio de estruturas sem fins lucrativos de orientação religiosa, como escolas, hospitais, creches, programas de reabilitação para dependentes químicos e filantropia. Para Burity (2007), a realização dessas atividades é considerada importante por sua eficácia na inclusão social e na garantia de direitos.

A respeito da assistência social, Fagan (1996) afirma que a religiosidade também pode estar associada positivamente com comportamento comunitário, incluindo atividades de caridade. Hull e Bold (1989) indicam como um dos benefícios sociais proporcionados pelas

igrejas a redistribuição de renda, ao encorajarem seus membros a realizar doações de forma direta ou por meio de campanhas de caridade promovidas pela própria instituição. No Brasil, as organizações religiosas apresentam um comportamento de ativismo social, observada no atendimento de carências materiais e simbólicas de seus membros e de indivíduos caracterizados como socialmente excluídos, mesmo quando não pertencentes à denominação religiosa, o que ocorre por meio de ações filantrópicas (Burity, 2007).

Conforme Burity (2007), a atuação da Igreja Católica em projetos sociais é identificada como amplamente conhecida e mantenedora de grande parte das atividades assistenciais promovidas por organizações religiosas. Para Souza (2007), a Igreja Católica possui influência relevante na definição de políticas governamentais de caráter social, destacando-se, no Brasil, as Campanhas da Fraternidade, e na promoção de atividades que tenham impacto social positivo, bem como a atuação da Cáritas, organismo da própria Igreja, pela promoção de empreendimentos de economia solidária. Ainda, de acordo com King e Furrow (2004), jovens que possuem influências religiosas são mais suscetíveis a realizar ações pró-sociais, como atividades de auxílio a necessitados e voluntariado.

A respeito das atividades de saúde, um dos produtos indiretos gerados por organizações religiosas de acordo com Serafim e Alperstedt (2012), Hull e Bold (1989) indicam que a promoção de ações que aumentam a saúde da população (por meio de atividades que reduzam a possibilidade de propagação de doenças, como ações de limpeza, tratamento de enfermidades, regras para a preparação de alimentos e ações de sanitização) são especialmente valiosas em grandes comunidades, nas quais, de acordo com os autores, as pessoas são menos propensas a reconhecer o custo social de seu comportamento individual inadequado, sendo assim um dos benefícios sociais motivados pelas igrejas.

Ainda quanto aos impactos na saúde, Fagan (1996) menciona efeitos positivos da religião na saúde mental, possibilitando a redução de casos de depressão, suicídio e dependência química. Também se destacam na literatura acadêmica relações entre nível de religiosidade e redução de dependência química, como Iannaccone (1995) que aponta uma relação inversa entre grau de religiosidade e redução nas taxas de alcoolismo e dependência química; por King e Furrow (2004), que enfatizam que a religião pode ser considerada como um recurso possível de afastar adolescentes do uso de drogas ou incentivá-los a participar de programas de abstinência ou reabilitação; e por Gruber (2005), ao apontar que diversos trabalhos acadêmicos indicam que maior participação religiosa está associada com menores níveis de uso de drogas.

Já sobre as atividades de educação, outro produto indireto gerado por organizações

religiosas de acordo com Serafim e Alperstedt (2012), Fagan (1996) assinala que a religiosidade também pode estar associada positivamente com educação, o que também é observado por Barro e McCleary (2003) e Gruber (2005). De acordo com King e Furrow (2004), a religião está associada com o desenvolvimento de competências acadêmicas e, para Barrett (2010), o envolvimento de adolescentes em atividades religiosas é capaz de moldar seus hábitos de forma a possibilitar melhores resultados educacionais.

Tratando dos aspectos de segurança e criminalidade, Iannaccone (1995) e Fagan (1996) indicam que um maior grau de religiosidade possui relação com a redução de taxas de criminalidade e delinquência, da mesma forma que Gruber (2005), ao apontar que diversos trabalhos acadêmicos revelam que maior participação religiosa está associada com menores níveis de criminalidade. De acordo com King e Furrow (2004), a religião pode ser considerada um recurso que influencia no desenvolvimento de jovens e adolescentes, afastando-os de comportamentos socialmente problemáticos como delinquência.

No Brasil, o estudo de Murta, Araujo e Shikida (2008) evidencia uma relação negativa entre nível de religiosidade e criminalidade (em especial a respeito de crimes violentos, como homicídio), a exemplo de estudos semelhantes realizados em outros países, apontando que tal relação pode ser explicada pelo *background* do indivíduo que examina a possibilidade de cometer um crime, porém, ao repensar os elementos religiosos, poderá os considerar na sua avaliação de risco, recompensas e punições.

Como explica Teixeira (2011, p. 15), “a religião, enquanto fenômeno que lida diariamente com o comportamento e as relações entre seres humanos, reconhece a necessidade de oferecer uma contribuição à prevenção e combate a todas as formas de violência”, seja ela física, mental ou espiritual. O autor aponta que a religião atua com esta finalidade tanto de forma preventiva, como por meio de campanhas de combate à violência de gêneros (idosos, crianças, portadores de necessidades especiais, mulheres) e de violência de outros tipos (física, emocional, social e econômica), quanto de forma repressiva, como ao realizar denúncias ou incentivar denúncias de casos de violência e ao realizar intervenções para interrupção destes (como retirada de pessoas de locais de risco e encaminhamento para instituições de apoio).

No aspecto econômico, Barro e McCleary (2003) indicam que há uma relação positiva entre religiosidade e crescimento econômico, sendo esta explicada pelo impacto da religiosidade na ética e honestidade no trabalho. Para Guiso et al. (2003), a presença de religiões cristãs apresenta relação positiva com atitudes que conduzem a um crescimento econômico, especialmente voltadas à abertura de mercados e instituições mais fortes. De

acordo com Gruber (2005), uma maior densidade de determinada religião em uma área ocasiona maior participação religiosa e leva a melhores resultados em dimensões como a renda.

Também alega-se que a religião contribui na construção de valores morais baseada em pessoas (religiosos e leigos) que possuem a mesma estrutura de crenças (Latour, 2017). Entende-se que a vida em comunidade e o cultivo dos relacionamentos é um elemento importante a ser considerado na missão da igreja pela formação de núcleos em determinadas localidades onde ocorre o processo de evangelização (Collins, 2008). De acordo com King e Furrow (2004), a religião está associada com o desenvolvimento de comportamentos considerados moralmente adequados por jovens.

Quanto à relação da religiosidade com questões políticas relacionadas à moral, o estudo de Knill, Preidel e Nebel (2014) indicou que a influência do catolicismo ocorre em tais questões, diminuindo o ritmo ou mesmo impedindo a realização de reformas legais como liberação do aborto e do casamento homossexual, mesmo em meio a um processo de secularização. De acordo com Azevedo (2004), há influência política da Igreja Católica no Brasil, contudo esta influência se dá pela difusão de mensagens religiosas e sociopolíticas, não sendo exercida de uma forma direta.

Hagopian (2009, p. 18), ao tratar sobre a tendência de continuidade de diminuição da influência da Igreja Católica na sociedade neste processo de secularização, destaca que há uma preocupação da instituição a respeito desta hipótese. Souza (2007) cita que ocorreu nas últimas décadas uma diminuição relevante da influência da Igreja Católica nos hábitos e costumes da população brasileira, o que pode ser ilustrado por mudanças na orientação da conduta sexual da população, como em questões relacionadas ao uso de anticoncepcionais e contraceptivos, homossexualidade e relações fora do casamento, e que também é reforçada por questões morais enfrentadas dentro da própria Igreja, como escândalos de pedofilia, o que desafia sua legitimidade moral.

Para Souza (2007), tal fato pode ser explicado em um país majoritariamente católico ao considerar que muitos indivíduos que se declaram católicos, na verdade, são católicos 'do seu próprio jeito', sendo observado um declínio de pessoas que frequentam sacramentos, como batizados e casamentos. Souza (2004) afirma, tomando como base levantamentos censitários do Brasil, que apesar de o Catolicismo ser a principal religião do país, deve-se realizar uma distinção importante entre os que se declaram católicos e os que exercem uma pertença real à religião, conhecidos comumente como católicos praticantes, que representam um número bem menor. Este comportamento também é observado na América Latina em

geral, onde se concentram por volta de metade de todos os católicos do mundo (Hagopian, 2009).

Igualmente se pode mencionar a influência da Igreja Católica na cultura. De acordo com Bennett (2009), a Igreja Católica possui influência nessa área, impactando milhões de pessoas em todo o mundo. Para o autor, a influência cultural da Igreja possui como objetivo a criação de uma consciência cristã.

Ainda, conforme Lim e Putnam (2010), há uma associação positiva entre religiosidade (especialmente frequência nos serviços religiosos) e satisfação de vida ou no julgamento de bem-estar individual, relação que é mediada pela forte identidade com uma determinada religião e pela formação de redes sociais nas congregações. A respeito das redes sociais formadas nessas comunidades, os autores explicam que “o envolvimento religioso aumenta o bem-estar subjetivo porque as organizações religiosas oferecem oportunidades de interação social entre pessoas de pensamento semelhante, fomentando amizades e laços sociais” (p. 916).

Segundo Latour (2017), o ambiente religioso é dotado de grande especificidade, especialmente pela existência de um forte sistema de crenças e pela existência do sagrado, o que indica que a forma de se aplicar contabilidade não seja a mesma como ocorre em outras organizações. Ao tratar sobre controles gerenciais, Anthony e Young (1994) indicam nove características das organizações sem fins lucrativos que afetam o processo de controle gerencial e que, portanto, devem ser consideradas no seu desenvolvimento. Tais características são:

1. O lucro não deve ser considerado como medida principal de sucesso;
2. Possuem tratamento tributário distinto das demais organizações;
3. Enfoque, em geral, na prestação de serviços;
4. Menor necessidade de mudanças de estratégias e metas;
5. A dependência de recursos financeiros não está relacionada diretamente com o relacionamento com os clientes;
6. Dominação das atividades por determinadas classes profissionais;
7. Estrutura de governança menos influente em comparação ao que se observa em organizações com finalidades de lucro;
8. A relevância de questões políticas no seu processo de gestão (por necessidade de reeleição, pela visibilidade pública de suas ações, pelas pressões externas, pelas restrições legais e pelos ciclos de gestão);
9. Tradição de contabilidade e controles gerenciais inadequados ou

desatualizados.

Dessa forma, considera-se que há uma dificuldade incremental em se mensurar o desempenho de organizações sem finalidades de lucro, já que seu significado de sucesso é mais vago do que o conceito de lucro adotado por organizações com finalidades lucrativas (Anthony & Young, 1994; Lee & Nowell, 2015; Sawhill & Williamson, 2001; Speckbacher, 2003), além de ser remota a possibilidade de que uma única forma de mensuração de desempenho seja aplicável para todas as organizações do setor por conta de sua diversidade (Wainwright, 2003).

Por conseguinte, a ênfase em medidas financeiras de desempenho se torna limitada, enquanto a utilização de medidas não financeiras é considerada mais importante, em especial para demonstrar a realização de sua missão e o fornecimento de diversos benefícios para a comunidade (Cordery & Sinclair, 2013; Huang & Hooper, 2011), o que, por sua vez, limita a possibilidade de que a expressão do desempenho de organizações sem fins lucrativos possa ser reduzida a uma única medida (Boateng et al., 2016; Jobome, 2006).

Desta feita, considera-se importante que os sistemas de avaliação de desempenho adotados por organizações sem finalidades de lucro sejam capazes de contemplar suas especificidades, sobretudo a respeito de seus objetivos e de seu desempenho nos aspectos econômico, ambiental e social, conduzindo para a mensuração do valor social gerado por estas ao invés do resultado financeiro (Arena, Azzone, & Bengo, 2015).

2.2 TEORIA DO VALOR PÚBLICO

A respeito da gestão do desempenho de organizações sem fins lucrativos, Brown e Iverson (2004, p. 377) asseveram:

Os gerentes de organizações sem fins lucrativos fazem escolhas que buscam melhorar o desempenho de sua organização. Essas decisões envolvem interpretação e enquadramento com o ambiente, desenvolver e implementar programas e serviços e criar processos e estruturas para monitorar e controlar recursos para um otimizar os impactos.

Quanto à diferenciação no processo de gestão com relação às organizações com fins lucrativos, Anthony e Young (1994) explicam que, enquanto as decisões gerenciais nas

organizações com finalidades de lucro objetivam manter ou aumentar os lucros e o seu sucesso é identificado de acordo com os lucros obtidos, as decisões gerenciais em organizações sem finalidades de lucro têm como meta fornecer o melhor serviço possível e em maior volume com os recursos disponíveis e o seu sucesso é identificado de acordo com a sua contribuição para o bem-estar público.

Arena et al. (2015), também, ao tratarem sobre as características das organizações sem finalidades de lucro, ressaltam que estas possuem como principal objetivo a maximização da criação de valor social e/ou ambiental, e têm como foco o alcance de resultados por uma perspectiva social. Lee e Nowell (2015) reforçam este entendimento ao afirmarem que “... a preocupação com a realização do valor público como uma dimensão esclarece uma diferença fundamental entre as organizações com fins e sem fins lucrativos” (p. 9).

Moore (2000) sumarizou as principais diferenças na gestão estratégica de organizações com fins lucrativos e setor público (incluindo organizações sem fins lucrativos), com enfoque principal à diferença de objetivo principal. Essa sintetização é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Conceitos estratégicos básicos no setor privado e no setor público

	Setor com fins lucrativos	Setor público (organizações sem fins lucrativos e governamentais)
Objetivo normativo	Aumentar a riqueza do acionista	Alcançar a missão social
Principal fonte de recursos	Receitas obtidas pela venda de produtos e serviços	Contribuições de caridade ou apropriações de impostos
Medida de desempenho	Resultado financeiro ou aumento do valor patrimonial	Eficiência e efetividade no alcance da missão
Cálculo-chave	Encontrar e explorar a competência distintiva da empresa, posicionando-a nos mercados de produtos/serviços	Encontre as melhores formas de alcançar a missão

Nota. Fonte: Moore (2000)

Como observado na Tabela 1, é indicado o alcance da missão social como objetivo normativo do setor público, envolvendo organizações governamentais e sem fins lucrativos. Para Moore (1995), o alcance de sua missão social, objetivo final das ações e programas promovidos pelo setor público, passa pela ideia de criação de valor público. Ou seja, “... a tarefa de um gerente do setor público é criar valor público” (Moore, 1994, p. 296). Tendo como um de seus objetivos uma definição de desempenho a ser mensurado e gerenciado por organizações públicas e sem fins lucrativos, a teoria do valor público é um tópico em evidência junto a acadêmicos e profissionais (Bryson et al., 2014; De Jong et al., 2016; Hartley et al., 2016; O’Flynn, 2007; Try & Radnor, 2007).

A teoria do valor público é considerada uma construção ocorrida no campo teórico da

administração pública como uma alternativa ao movimento *New Public Management* (NPM), que tinha como principal objetivo a implantação de uma lógica de mercado nesse setor (Bajpai, 2016; Bryson et al., 2014; O’Flynn, 2007). Inicialmente, a construção de uma plataforma conceitual baseada na ideia de valor público teve como objetivo auxiliar gestores públicos a enfrentarem desafios estratégicos, da mesma forma que plataformas conceituais já existentes são utilizadas por gestores de organizações privadas em seu processo de tomada de decisão estratégica (Benington & Moore, 2011). Atualmente, a teoria do valor público está sendo praticada em países como Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália (Bajpai, 2016).

A ideia do valor público (*public value*) parte da premissa de que o objetivo do trabalho gerencial no setor público seria o de criar valor público, da mesma forma que o trabalho gerencial no setor privado é criar valor privado (Moore, 1995), ou seja, se os gestores de organizações privadas devem utilizar suas habilidades e imaginação para produzir valor privado em favor dos acionistas, os gestores públicos e do Terceiro Setor devem utilizar suas habilidades e imaginação para produzir valor público para os cidadãos e para a sociedade (Moore, 2014). Tal entendimento, como observado, também é compartilhado por diversos autores ao realizarem a apresentação de características distintivas de organizações sem finalidade de lucro das organizações com finalidade de lucro (Anthony & Young, 1994; Arena et al., 2015; Lee & Nowell, 2015; Moulton & Eckerd, 2012; Salamon & Anheier, 1998).

Como afirma Moore (1995), esta parece ser uma ideia simples, contudo é contrária ao senso comum de que organizações que não visam lucro, como as pertencentes ao governo, fazem parte de um setor identificado como não produtivo. De acordo com Benington e Moore (2011, p. 7), o contexto no qual surgiu a ideia de valor público apontava os governos como “um setor improdutivo se alimentando como um parasita do valor que é supostamente criado pelo setor privado”, uma visão oferecida pelo NPM que foi adotada por líderes políticos como Ronald Reagan, que chegou a afirmar que “o governo não é a solução: o governo é o problema”.

Uma evidência do senso comum mencionado por Moore (1995), ou seja, de que as atividades realizadas por uma organização sem fins lucrativos são consideradas não produtivas, é notada no cenário brasileiro por meio do estudo de Mário, Alves, Carmo, Silva e Jupetipe (2013), em que a organização estudada considera que, como instituições sem fins lucrativos não produzem nada e não possuem fins lucrativos (apenas sociais), não seria possível ou necessário calcular custos, por exemplo.

Ao mesmo tempo, de acordo com Moore (2013), as ideias originais sobre valor

público surgiram em um contexto em que muitos conceitos de gestão aplicados na iniciativa privada estavam sendo aplicados no setor público, como o enfoque no atendimento ao cliente, a utilização de sistemas de avaliação de desempenho, a busca por ganhos operacionais e de produtividade, a aplicação de políticas de remuneração variável e de gestão de recursos humanos, tendo como objetivo ganhos de eficiência, eficácia e de satisfação dos clientes.

Nesse contexto, para Moore (2013), muitos gestores demonstraram confusão sobre “... quem eram seus clientes, como poderiam estar mais satisfeitos e quão importante era a satisfação do cliente em sua missão geral” (p. 2), indicando que muitas das premissas existentes nas ferramentas desenvolvidas para o setor privado não se adaptariam adequadamente para a realidade do setor público, especialmente pelo fato de que este último possui a incumbência de geração de resultados sociais positivos para indivíduos que não são necessariamente aqueles que recebem diretamente os bens e serviços públicos.

Como indica Moore (1994), o propósito geral da organização deve guiar suas atividades, o que é estabelecido pelos cidadãos e seus representantes, e não o interesse ou a busca por satisfação de seus clientes ou daqueles que recebem diretamente bens e serviços do governo. Moore (1994, p. 301) ilustra essa situação da seguinte forma: “acho que seria absurdo pensar que o valor das operações de um departamento de polícia se acumulou principalmente pela satisfação que os criminosos apresentam por serem presos”.

No enfoque da teoria do valor público, portanto, a gestão de organizações de caráter público deve se voltar para a criação de resultados que tenham valor percebido pela sociedade em geral (Moore, 1995), ou seja, o valor público seria “... a contribuição feita pelo setor público para o bem-estar econômico, social e ambiental de uma sociedade ou nação, e pode ser geralmente definido como o que o público está disposto a fazer sacrifícios de dinheiro e liberdade para alcançar” (Try & Radnor, 2007, p. 658). Como explicam Bryson et al. (2014), os valores públicos gerados por organizações públicas e do Terceiro Setor podem ser muitos e em diversas áreas, mas a criação de valor público se trata da produção de algo que seja valioso ao público ou que seja benéfico para o público em geral.

Destarte, de acordo com Alford e O’Flynn (2009), o valor público não comporta apenas os bens ou serviços gerados por uma instituição pública (*outputs*), mas também os resultados gerados (*outcomes*), ou seja, o impacto gerado em indivíduos que apreciam o benefício em questão ou as alterações importantes, no contexto social, proporcionadas para essas pessoas. Tais impactos, de acordo com Benington (2011), podem ocorrer, por exemplo, na geração de valor econômico (criação de empregos e de novas atividades econômicas), social e cultural (coesão social, relacionamentos sociais, criação de identidade cultural, bem-

estar comunitário ou individual), político (participação ativa e engajamento na sociedade), ecológico e ambiental. Consoante Coyle e Woolard (2010, p. 12), “os valores relativos aos resultados dos serviços públicos incluem melhoria: na qualidade de vida, bem-estar e felicidade; no capital social, coesão social e inclusão social; segurança e proteção; igualdade; e engajamento cívico”.

Em outras palavras, para Alford e O’Flynn (2009), “valor público tem significado para quem o aprecia”. (p. 175). Nesse contexto, vale ressaltar o significado de “valor” de acordo com Bozeman (2007, p. 117):

Um valor é uma avaliação complexa e ampla de um objeto ou conjunto de objetos (onde os objetos podem ser concretos, psicológicos, socialmente construídos ou uma combinação dos três) caracterizados por elementos cognitivos e emotivos, definidos após alguma deliberação, e, como um valor faz parte da definição de si do indivíduo, ele não é facilmente alterado e tem o potencial de provocar ação.

Desta feita, presume-se para Alford e O’Flynn (2009, p. 175-176) que, “se algo é valioso, é porque é percebido como sendo valioso para as pessoas” ou para a coletividade, sendo o valor público, portanto, algo que vai além do valor dos produtos e serviços públicos por si, sendo aquilo “que possui significado para as pessoas, e não o que um tomador de decisões do setor público poderia presumir que seria melhor para elas”.

Em suma, de acordo com Benington e Moore (2011), a ideia de valor público desenvolvida no primeiro livro sobre o tema, “*Creating Public Value*” (Moore, 1995) parte de três elementos principais:

- (I) O papel do governo na sociedade como potencialmente um criador de valor público ao invés de apenas exercer funções legislativas, oferecimento de serviços públicos e proteção social;
- (II) O papel dos gestores públicos como responsáveis em utilizar sua imaginação para empregar os recursos públicos de forma a gerar valor no fornecimento de serviços aos seus usuários e aos cidadãos ao invés de direcionarem seus esforços meramente para atividades burocráticas ou para o atendimento das exigências de interesses políticos;
- (III) O uso de técnicas de gestão como meio para ajudar as instituições públicas a terem maior capacidade de adaptação diante de mudanças nas condições sociais e materiais, nas aspirações políticas e nas necessidades da população, ao invés de terem uma orientação limitada para garantir consistência e confiabilidade das rotinas.

Coyle e Woolard (2010, p. 9), tomando como base o trabalho de Kelly, Mulgan e Muers (2002), afirmam que o valor público pode ser entendido por meio de três dimensões: (I) pela ótica do serviço, em que “o valor público é criado através da prestação de serviços de alta qualidade que criam satisfação do usuário”; (II) pela ótica dos resultados, como segurança, redução da pobreza e saúde, que vão além dos serviços públicos oferecidos e que, para seu alcance, também dependem das ações da população; (III) pela ótica da confiança, em que as relações de confiança entre população e a organização são cruciais para que seja possível gerar valor público.

Para Bajpai (2016, p. 9-10), podem ser identificadas cinco principais características da teoria do valor público: (I) é um enfoque estratégico por abordar questões relacionadas à finalidade, papel e natureza da administração pública; (II) é abrangente por levar em consideração, especialmente em seu triângulo estratégico, fatores externos e internos considerados relevantes para a gestão pública; (III) é baseada em “uma visão positiva da natureza humana, que valoriza a colaboração, o envolvimento em assuntos públicos e a preocupação com o bem público”; (IV) é uma teoria normativa, por exigir dos gestores públicos uma posição mais proativa para criação de valor público e, ao mesmo tempo, pragmática, por reconhecer que ajustes contínuos devem ser promovidos pelos gestores públicos diante de mudanças no ambiente de autorização; (V) “diferencia claramente o valor público do valor privado e a administração pública da administração privada”.

Com base em Coats e Passmore (2008), Coyle e Woolard (2010, p. 11) afirmam que a abordagem à ideia do valor público pode oferecer os seguintes benefícios:

- fornecer às organizações públicas ferramentas para demonstrar que elas podem justificar o gasto do dinheiro público;
- melhorar a qualidade da tomada de decisões, contribuindo para uma melhor base de evidências;
- desafiando uma abordagem puramente tecnocrática ou liderada por especialistas;
- utilizar plenamente os conhecimentos e a experiência dos usuários dos serviços e dos cidadãos;
- educar o público sobre os dilemas enfrentados pelos políticos e gestores públicos e os limites do que é possível;
- gerir o risco político de forma mais eficaz.

Quanto às repercussões da teoria do valor público, apresenta-se primeiramente um dos principais artigos que realizam uma análise sobre a ideia do valor público: o trabalho de Alford & O’Flynn (2009). O artigo aborda, além dos principais conceitos, as críticas e significados emergentes da teoria do valor público, considerando os 20 anos de sua emergência. A respeito das principais críticas existentes, concentradas principalmente no trabalho de Rhodes e Wanna (2007), o artigo discute, em primeiro lugar, a ideia de que o valor público

possa ser considerada uma teoria empírica ou, por outro lado, uma prescrição normativa, ressaltando que a posição de Moore, ao longo de sua obra a respeito da teoria do valor público, é de que a plataforma deva ser encarada tanto como uma teoria empírica quanto uma prescrição normativa (Alford & O’Flynn, 2009).

A segunda crítica trata da dificuldade de definição sobre o que seria valor público, o que é esclarecido por Moore como os produtos e serviços (atividades ou *outputs*) somados à efetividade dessas ações (resultados ou *outcomes*), como, por exemplo, ações para dirimir falhas de mercado – como as que geram monopólios naturais ou externalidades negativas – com efeitos positivos para o funcionamento do mercado e da sociedade como a manutenção de direitos de propriedade, manutenção da ordem e maximização de meios para cumprimento de contratos. Ademais, esclarece-se que não há uma medida única ou padrão único para se definir valor público, sendo algo relativo às circunstâncias e ao ambiente, como aos problemas materiais e sociais que a instituição busca enfrentar (Alford & O’Flynn, 2009). Tal entendimento vai ao encontro de Wadongo e Abdel-Kader (2014) que, com base na teoria contingencial, indicam que a mensuração do desempenho de uma organização sem fins lucrativos e a definição de sua efetividade organizacional depende de seus atributos específicos, como estratégia, ambiente externo e estrutura organizacional.

A terceira crítica discutida é a identificação dos gestores públicos como definidores do que é melhor para o público ao invés dos políticos eleitos (caracterizados por Rhodes e Wanna, 2007, como “guardiões platônicos”), o que é rebatido por Moore ao lembrar que os gestores públicos são muitas vezes apontados por políticos eleitos, argumento reforçado pelos autores do artigo ao tratarem sobre a posição de controle dos políticos eleitos sobre os gestores públicos, ou seja, que a autoridade dos gestores públicos é restringida pela autoridade dos políticos eleitos (Alford & O’Flynn, 2009).

O trabalho de Bajpai (2016) também apresenta críticas sobre a teoria do valor público, sendo: (I) não fica claro dentro da ideia de valor público de que forma os administradores públicos, diante do grande poder atribuído a eles, conseguirão prestar contas para a sociedade sem fazer alusão ao regime político, fato que pode não estar alinhado com princípios democráticos; (II) suposições sobre a natureza humana que podem ser consideradas errôneas, por partir de uma visão positiva da natureza humana enquanto a realidade indica que os indivíduos são propensos a tomarem ações com base em interesses particulares, o que por sua vez está mais alinhado com os pressupostos da *New Public Management*.

Já Chohan e Jacobs (2017) indicam a presença na literatura acadêmica de duas críticas a respeito do valor público e apresentam contra-argumentos a estas críticas com base em

estudos empíricos. A primeira crítica, de que a ideia de valor público é antidemocrática por permitir que os gestores públicos usurpem o papel de políticos eleitos no processo de tomada de decisão, é contra-argumentada pelos autores ao indicarem que essa abordagem aumenta tanto a eficiência organizacional quanto a democracia por permitir maior participação dos indivíduos nas decisões públicas por meio de maior transparência e prestação de contas. Já a segunda crítica, de que o valor público é baseado em uma retórica ou em um truque de relações públicas que permite que os gestores públicos justifiquem o seu trabalho, é contra-argumentada pelos autores ao afirmarem que a ideia de valor público pode servir como elemento retórico tanto para políticos quanto para os gestores públicos, contudo os gestores possuem uma retórica limitada pelo seu ambiente de autorização, especialmente pelos políticos.

Obras decorrentes da teoria do valor público esclarecem que essa ideia é aplicável tanto para a gestão de organizações públicas quanto para organizações sem fins lucrativos (Bryson, 2018; Meynhardt, 2015; Moore, 2000, 2003). De acordo com Moore (2000), mesmo que haja importantes diferenças entre organizações governamentais e sem fins lucrativos, ambas possuem a capacidade de definir o valor público que produzem em termos de alcance de sua missão social ao invés de desempenho financeiro e ambas obtêm receitas de indivíduos que não necessariamente irão se beneficiar com os produtos e serviços oferecidos por estas instituições.

A aplicação da ideia do valor público também está associada às ferramentas de gestão elaboradas a partir dessa teoria, como o triângulo estratégico (*strategic triangle*), a cadeia de valor público (*public value chain*), a contabilização de valor público (*public value account*) (De Jong et al., 2016), além do *Public Value Scorecard* (Moore, 2003, 2013).

Segundo Alford e O’Flynn (2009, p. 185), “... o foco na mensuração de desempenho pode ser visto como uma parte importante do desenvolvimento da abordagem de valor público.” O PVSC é defendido como útil para a avaliação de desempenho das organizações públicas e sem finalidade de lucro por oferecer maiores possibilidades à gestão dessas organizações de garantir e demonstrar a geração de valor público, o que deveria ser o objetivo destas instituições de acordo com a teoria do valor público e que, por sua vez, é o foco principal desta ferramenta (Moore, 2003), tendo como sua base de desenvolvimento o triângulo estratégico apresentado no trabalho inicial de Moore sobre o processo de criação de valor público (Moore, 1995). O triângulo estratégico e sua aplicação no modelo *Public Value Scorecard* é apresentado na Figura 1.

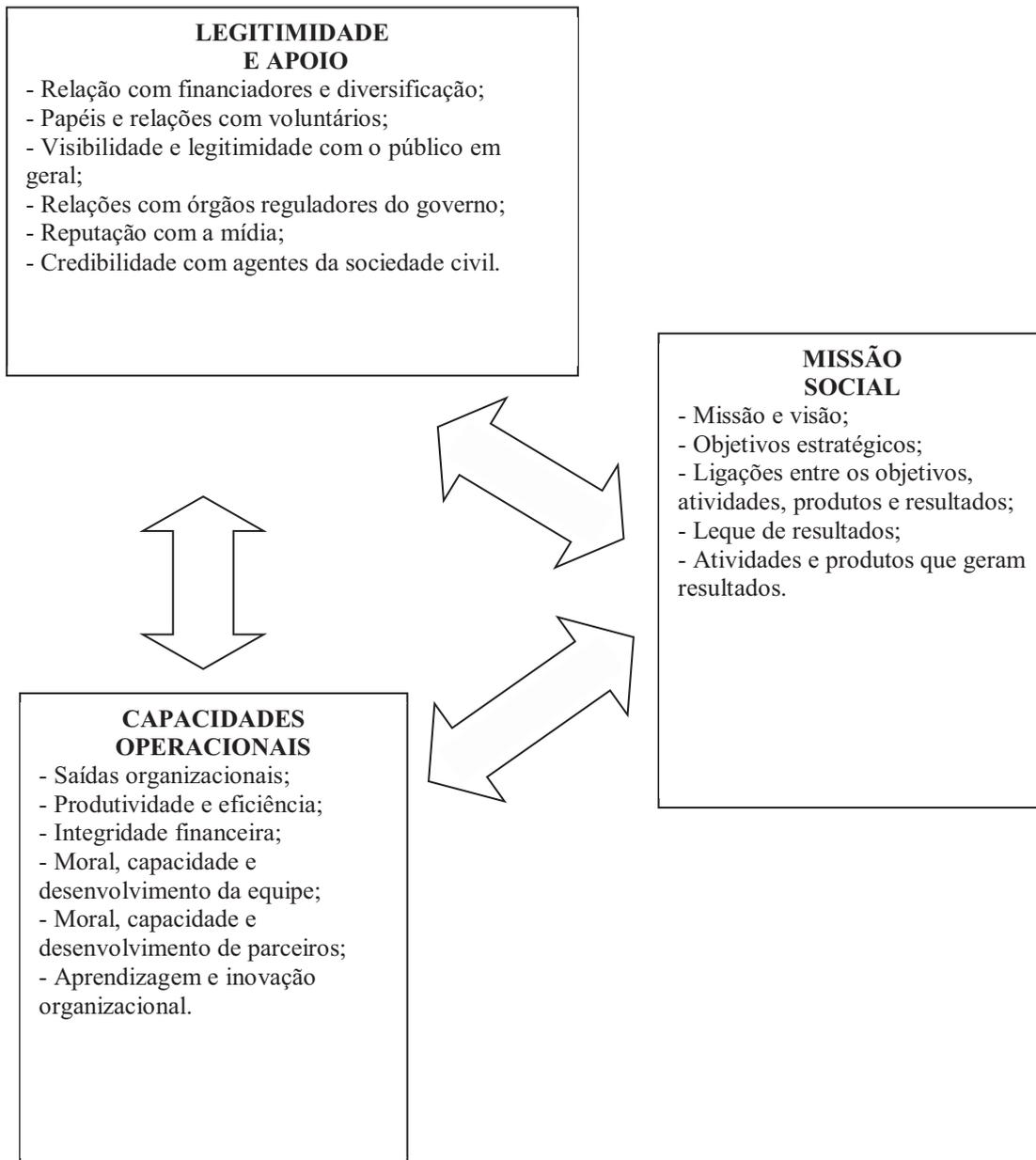


Figura 1. Modelo *Public Value Scorecard*

Nota. Fonte: Portulhak (2013, p. 45), traduzido de Moore (2003, p. 27)

De acordo com Moore (2003), o principal elemento diferencial do *Public Value Scorecard* em relação ao modelo *Balanced Scorecard* (BSC), por vezes recomendado e utilizado em organizações públicas e sem fins lucrativos (ex. Castro, Donega, Gomes, Rech, & Costa, 2014; Kaplan, 2001; Niven, 2003; Perkins & Fields, 2010), é justamente o fato de contemplar a premissa de que, para organizações sem finalidade de lucro, os indicadores financeiros não devem representar o fim, mas sim, o meio para o alcance de sua missão social, que é a geração de valor público, apresentada na perspectiva “missão social” da Figura 1. Essa perspectiva envolve indicadores que retratam o que a organização busca oferecer para a sociedade, ou seja, aborda as questões-chave que constituem o valor público que a

organização busca gerar (Moore, 2003). É nesta perspectiva que se busca realizar a mensuração dos resultados da organização por meio da quantificação do impacto dos programas e serviços oferecidos (MacIndoe & Barman, 2013).

Como deve ser entendida a perspectiva financeira como um meio e não como um fim por si só, trazendo foco às medidas não financeiras que expressem o alcance da missão social, alteram-se as relações de causa e efeito presentes originalmente no modelo BSC (Moore, 2003), o que está ao encontro de autores a respeito de a principal preocupação dessas organizações ser o serviço oferecido para os seus beneficiários ao invés de desempenho financeiro (Anthony & Young, 1994), e a respeito do protagonismo das medidas não financeiras devido às especificidades operacionais dessas instituições (Cordery & Sinclair, 2013).

Ainda a respeito do triângulo estratégico, base para desenvolvimento do modelo PVSC (Moore, 2003) e considerada como o principal símbolo da abordagem do valor público (Alford & O'Flynn, 2009), as relações de causa e efeito entre as três diferentes perspectivas indicam que, para que seja possível a geração de resultados considerados publicamente valiosos (valor público ou missão social), é necessário construir um ambiente de autorização junto a diversos *stakeholders* para que seja possível alcançar os resultados esperados de forma sustentável por meio da obtenção de autorizações e recursos (perspectiva de legitimidade e apoio), além de que os resultados esperados sejam factíveis tanto operacionalmente quanto administrativamente (perspectiva de capacidades operacionais), ocorrendo entre tais perspectivas as relações de causa e efeito (Alford & O'Flynn, 2009; Benington & Moore, 2011).

Como explica Rubin (2015), com base no livro de Moore (2013), "*Recognizing Public Value*", este sistema de avaliação de desempenho, além de fornecer enfoque à geração de valor público, pode servir como uma ferramenta para que os *stakeholders* possam acompanhar quais atividades estão sendo realizadas, quais as metas desejadas e o progresso do alcance das metas da instituição, bem como para que os gestores consigam tomar decisões sobre investimentos nas capacidades operacionais e na construção de legitimidade com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais.

Tais consequências são relevantes, pois, como explicam Balser e McClusky (2005), as organizações sem fins lucrativos são observadas como mais eficazes quando os *stakeholders* consideram que a instituição está servindo ao interesse público e quando os gestores dessas organizações conseguem lidar melhor com seus interesses, desenvolvendo um bom relacionamento e confiança. Com isso, pode-se depreender que o relacionamento do indivíduo

como *stakeholder* pode resultar em uma observação mais próxima sobre a geração de valor público pela instituição.

2.3 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

Para Freeman (1984, p. 46) os *stakeholders* podem ser definidos como aqueles que “... podem afetar ou ser afetados pelo alcance dos objetivos da organização”. Para Lewis (2001, p. 202), o termo *stakeholder* identifica “qualquer pessoa ou grupo que é capaz de reivindicar atenção, recursos ou resultados ou que pode ser afetado pela organização”. Conforme Van Puyvelde, Caers, Du Bois e Jegers (2012), existem diversas definições para o termo *stakeholder*, sendo algumas mais amplas e outras mais restritas. Uma definição mais restrita, por exemplo, é dada por Speckbacher (2008, p. 302), que reconhece como *stakeholders* “... apenas os grupos que realizam uma contribuição ativa e específica para a organização”. Contudo, Van Puyvelde et al. (2012) enfatizam que uma definição mais ampla (como as três primeiras indicadas) pode ser considerada mais adequada pelo entendimento de que “nenhum *stakeholder*, atual ou potencial, são excluídos de análises arbitrariamente ou *a priori*” (Mitchell, Agle, & Wood, 1997, p. 854).

A respeito da teoria dos *stakeholders*, Donaldson e Preston (1995, p. 67) afirmam que a teoria possui um núcleo normativo que envolve o aceite de duas ideias:

(a) *Stakeholders* são pessoas ou grupos com interesses legítimos em aspectos processuais e/ou substantivos da atividade corporativa. *Stakeholders* são identificados por seus interesses na corporação, mesmo que a corporação não tenha qualquer interesse funcional correspondente neles.

(b) Os interesses de todos os *stakeholders* possuem valor intrínseco. Ou seja, cada grupo de *stakeholders* merece consideração por si só e não apenas por sua capacidade de favorecer os interesses de algum outro grupo, como os acionistas.

Donaldson e Preston (1995) entendem que este núcleo normativo da teoria dos *stakeholders* é, por sua vez, envolvido por dois aspectos. O primeiro aspecto, o instrumental, pressupõe que “... as corporações que praticam a gestão dos *stakeholders* serão, todo o mais constante, relativamente bem-sucedidas em termos de desempenho convencional (lucratividade, estabilidade, crescimento etc.)” (p. 67). Já o segundo aspecto, o descritivo, indica a corporação como “... uma constelação de interesses cooperativos e competitivos que

possuem valor intrínseco” (p. 66).

Diante da importância conferida às partes interessadas a partir da teoria dos *stakeholders* e a indicada vantagem competitiva possibilitada por seu monitoramento e gestão, estudos buscaram identificar e categorizar estas partes. Uma primeira segregação entre grupos de *stakeholders* é observada na obra de Freeman (1984), podendo ser identificados os *stakeholders* internos, como gestores e funcionários, e os *stakeholders* externos, como clientes, concorrentes, fornecedores, governo, mídia e a comunidade.

Por seu turno, Savage, Nix, Whitehead e Blair (1991) afirmam que uma organização deve identificar os seus *stakeholders* de acordo com a seguinte avaliação: aqueles que possuem potencial de ameaçar a instituição e aqueles que possuem potencial de cooperar com a mesma. Para os autores, essa classificação pode ajudar a organização a traçar estratégias para gerenciar sua relação com as partes interessadas, levando em consideração a capacidade, oportunidade e a motivação de cada uma dessas partes em cooperar ou de prejudicar a organização.

Para Mitchell et al. (1997), a classificação dos *stakeholders* de uma organização passa pela identificação de três atributos presentes na sua relação com a instituição: poder, quando a parte “... possui ou pode ter acesso a meios coercitivos, utilitários ou normativos para impor sua vontade na relação” (p. 865); legitimidade, que é “uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (Suchman, 1995, p. 574); e, urgência, entendida como “... o grau em que as reivindicações das partes interessadas exigem atenção imediata” (p. 867).

Mitchell et al. (1997) também afirma que a capacidade de identificar os atributos de seus *stakeholders* é crítica para que a gestão possa compreender a importância de cada uma dessas partes interessadas. A partir destes três atributos, os autores classificaram os *stakeholders* em sete categorias, como apresentado na Figura 2.

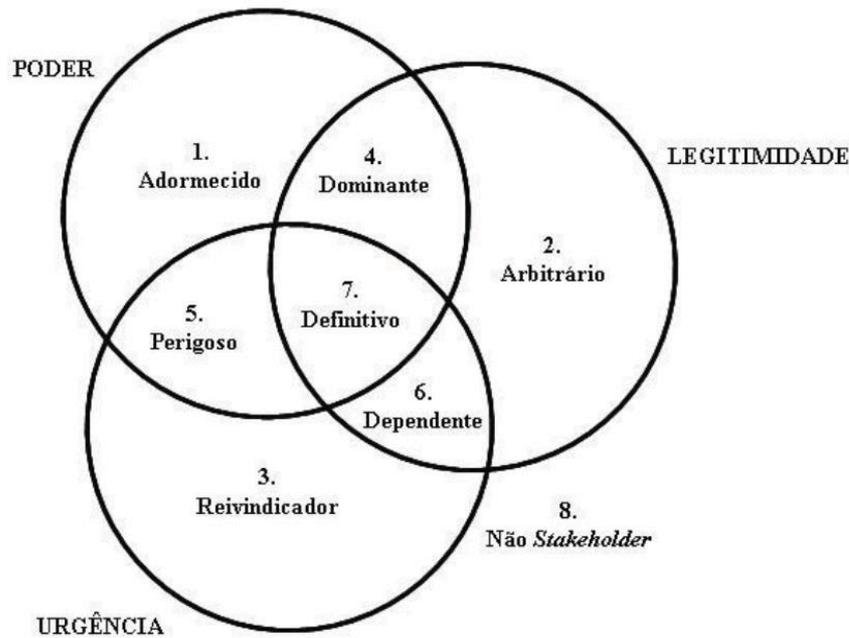


Figura 2. Tipologia de *stakeholder*

Nota. Fonte: Paula e Mendonça (2014, p. 48), traduzido de Mitchell et al. (1997, p. 874)

Consoante Mitchell et al. (1997), os *stakeholders* classificados nas posições 1, 2 e 3 da Figura 2 podem ser considerados como interessados de baixa importância por possuírem apenas um dos atributos de relacionamento com a instituição. Os classificados nas posições 4, 5 e 6 são considerados como interessados de importância moderada por possuírem dois dos três atributos. Já os da posição 7 podem ser considerados como interessados de alta importância por evidenciarem os três atributos de relacionamento com a instituição.

Já para Phillips (2003), a classificação dos *stakeholders* de uma organização passa pelo conceito da sua legitimidade, partindo do entendimento de que um *stakeholder* é “... qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que é objeto legítimo de atenção gerencial ou organizacional” (p. 25). Por meio desta abordagem, os *stakeholders* são classificados em normativos (partes com que a organização possui alguma obrigação moral, como clientes, fornecedores, financiadores, empregados e comunidade) e derivativos (partes cujas ações e reivindicações devem ser levadas em conta por possuírem o potencial de afetar a organização ou sua relação com os *stakeholders* normativos, como concorrentes, imprensa e ativistas).

A premissa de que a teoria dos *stakeholders* é aplicável apenas para corporações, como identificado em algumas publicações (ex. Donaldson & Preston, 1995) pode ser considerada como uma interpretação incorreta (Phillips, Freeman, & Wicks, 2003). De acordo com Phillips et al. (2003), a adoção da teoria dos *stakeholders* como uma teoria de gestão estratégica e ética organizacional passa pela sua aplicação além das grandes companhias de

capital aberto, também sendo aplicável para empresas familiares, empresas de qualquer tamanho ou porte, organizações públicas e organizações sem fins lucrativos.

Especificamente quanto à sua aplicação em organizações sem fins lucrativos, considera-se que essa utilização pode servir como resposta às críticas originadas da mencionada interpretação, errônea, sobre a aplicação da teoria que aponta sua incompatibilidade com o mundo dos negócios. Todavia, observa-se que a aplicação da teoria dos *stakeholders* em pesquisas orientadas para organizações sem fins lucrativos ainda é rara e, por suas especificidades contextuais e operacionais, é um campo considerado relativamente inexplorado na pesquisa acadêmica (Cooper, 2014).

De acordo com Speckbacher (2003), além da dificuldade de se mensurar o alcance da missão das organizações sem fins lucrativos, também se deve levar em consideração que tais instituições servem a uma grande quantidade de *stakeholders* que possuem interesses e necessidades heterogêneas, algo distinto do que ocorre em organizações com finalidade de lucro e que incrementa a dificuldade de mensuração de desempenho. Tal observação é reforçada por Balser e McClusky (2005), ao afirmarem que a existência de diferentes *stakeholders* com diferentes expectativas conduzem para a definição de múltiplos critérios para a avaliação do desempenho de uma organização sem fins lucrativos.

Em complemento, Poister et al. (2015) ressaltam que o principal propósito que conduziram à adoção de práticas de avaliação de desempenho por organizações sem fins lucrativos foi a necessidade de resposta a diversos *stakeholders* sobre os resultados gerados por elas, grupo que inclui financiadores, órgãos de acreditação, entidades representativas da sociedade civil e público em geral. Desta feita, pode-se depreender o papel central dos *stakeholders* no desempenho das organizações sem fins lucrativos, já que, conforme Balser e McClusky (2005), a avaliação da eficácia da organização sem fins lucrativos é baseada na capacidade de resposta da instituição às expectativas particulares de cada *stakeholder*.

Van Til (2005) elenca as principais forças e os atores institucionais que interagem com essas organizações: (I) a cultura (por meio da família, religião e educação formal e informal); (II) condições sociais e demográficas (por meio de situações de pobreza e crise econômica, racismo, marginalidade e falta de capacitação); (III) governo, estrutura política e legal (programas sociais, certificações e regulação); (IV) economia (produtividade, distribuição do bem-estar social e inserção na economia global); (V) atores sociais (doadores, intermediários, reguladores, organizações parceiras e beneficiários/clientes). Balser e McClusky (2005) indicam como exemplos de *stakeholders* de organizações sem fins lucrativos: financiadores, agências de regulação, governo, voluntários e clientes.

Por sua vez, Benjamin (2008) aponta os seguintes grupos como *stakeholders* de organizações sem fins lucrativos: doadores, beneficiários, reguladores e parceiros organizacionais. A partir de uma definição de *stakeholders* mais restrita, que envolve apenas pessoas ou instituições que fornecem recursos específicos e valiosos para a organização sem fins lucrativos, Speckbacher (2008) identifica, dentre os *stakeholders* de uma organização sem fins lucrativos, os voluntários e doadores, ao mesmo tempo excluindo outras partes como funcionários e receptores dos benefícios gerados pela instituição como *stakeholders* primários.

Já Van Puyvelde et al. (2012) classificam os *stakeholders* de organizações sem fins lucrativos em internos, externos e de interface (devido à sua função de conexão entre organização e ambiente), sendo estes identificados na Tabela 2.

Tabela 2. Organizações com fins lucrativos, sem fins lucrativos ou governamentais

Tipo de <i>stakeholder</i>	Descrição
<i>Stakeholders</i> de interface	
Membros do conselho	O conselho de administração é o corpo diretivo da organização sem fins lucrativos. Ele representa a organização para o mundo externo e garante que a organização cumpre a sua missão (Anheier, 2005).
<i>Stakeholders</i> internos	
Gestores	Gestão da organização sem fins lucrativos.
Empregados	Outros funcionários pagos da organização sem fins lucrativos.
Voluntários	Voluntários que estão diretamente envolvidos no fornecimento de bens e serviços oferecidos pela organização sem fins lucrativos.
<i>Stakeholders</i> externos	
Doadores	Indivíduos ou organizações que doam para organizações sem fins lucrativos e governos ou agências governamentais que fornecem subsídios para a organização.
Beneficiários	Consumidores, clientes ou membros da organização sem fins lucrativos.
Fornecedores	Organizações com fins lucrativos, sem fins lucrativos ou governamentais que fornecem produtos ou serviços para a organização sem fins lucrativos.
Concorrentes	Organizações com fins lucrativos, sem fins lucrativos ou governamentais que competem com a organização sem fins lucrativos no mesmo mercado ou setor.
Parceiros organizacionais	Organizações com fins lucrativos, sem fins lucrativos ou governamentais que colaboram com a organização sem fins lucrativos.
Outros	Outros <i>stakeholders</i> externos como a imprensa, grupos comunitários e pessoas ou grupos que são afetadas pelas externalidades produzidas pela organização sem fins lucrativos.

Nota. Fonte: Van Puyvelde et al. (2012)

Mais especificamente a respeito das organizações religiosas, Serafim e Alperstedt (2012) também elaboraram, com base no mapa de *stakeholders* de Phillips (2003), uma representação gráfica de *stakeholders* das organizações religiosas. Este mapa é representado na Figura 3.

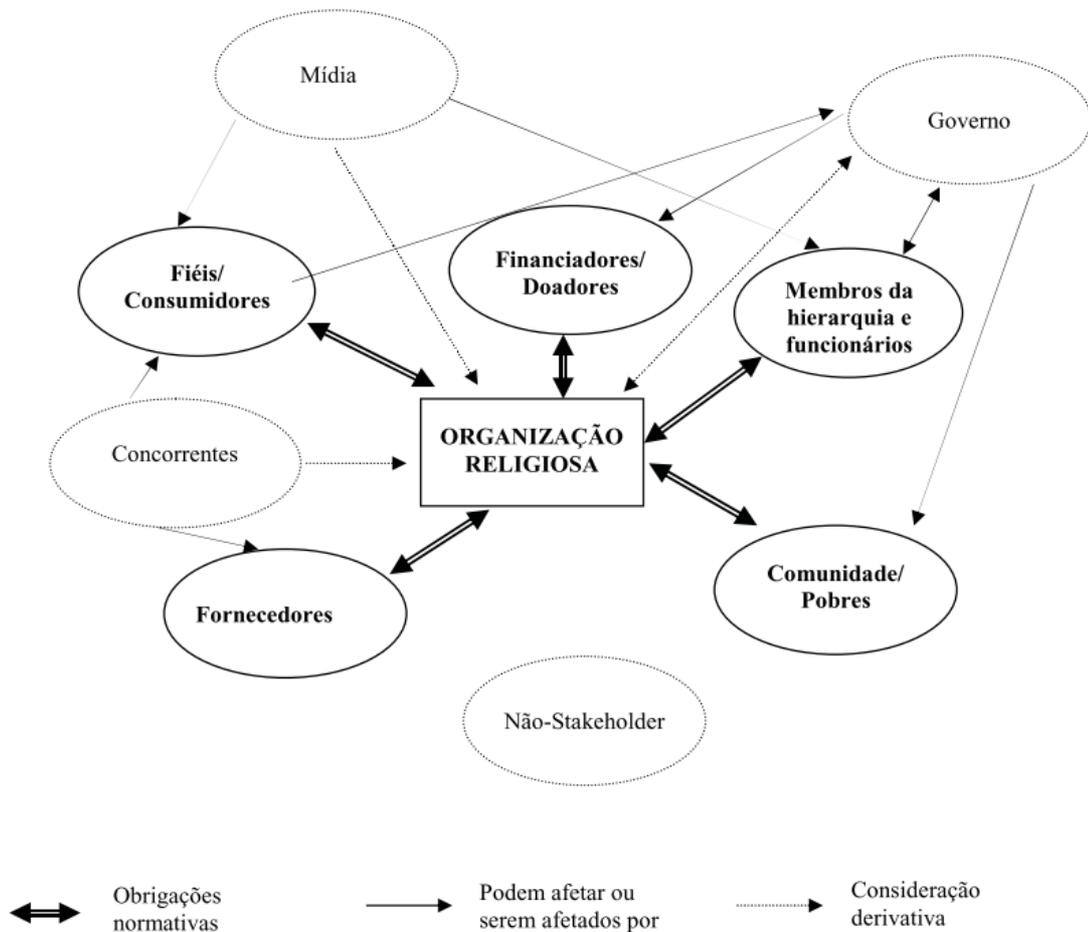


Figura 3. Mapa dos *stakeholders* para as organizações religiosas
 Nota. Fonte: Serafim e Alperstedt (2012)

Observa-se, a partir da Figura 3, que as relações entre diversos grupos de *stakeholders* e as organizações religiosas tendem a ocorrer de três formas: obrigações normativas; podem afetar ou serem afetados; e, consideração derivativa. De acordo com Phillips et al. (2003, p. 489), os *stakeholders* normativos são “... aqueles a quem a organização tem uma obrigação moral direta de atender ao seu bem-estar”, enquanto os *stakeholders* derivativos são “...aqueles grupos ou indivíduos que podem prejudicar ou beneficiar a organização, mas para quem a organização não tem nenhuma obrigação moral direta”.

Quanto aos *stakeholders* normativos, Serafim e Alperstedt (2012) apontam que a principal diferença dessa relação com o que é observado na relação entre organizações com finalidade econômica e seus *stakeholders* está no relacionamento da organização religiosa com a figura dos doadores, sejam aqueles que fazem doações esporádicas, aqueles que fazem doações contínuas como por meio de dízimos ou aqueles que participam de campanhas de curta duração como por meio de carnês, contraponto à figura dos consumidores presentes em

organizações econômicas. Este principal contraponto se refere ao retorno do valor aplicado ou investido na instituição: enquanto em organizações econômicas o resultado do valor investido pelos consumidores é direcionado de forma nominal, ou individualizada, o mesmo não ocorre a respeito dos doadores, já que o benefício material do valor investido por estes, como na manutenção das atividades religiosas ou na melhoria de infraestrutura, pode ser usufruído por outros indivíduos além dos próprios doadores.

Ainda dentre os *stakeholders* normativos, Serafim e Alperstedt (2012) elencam os consumidores ou fiéis. Os autores afirmam que o relacionamento desses com a organização religiosa se assemelha ao relacionamento entre consumidores e uma organização econômica. Entretanto, a principal diferença é que a relação entre fiéis e organização religiosa possui relevante fundamento na confiança que aqueles depositam na instituição que lhes oferece os serviços religiosos, contudo, exigem fortemente dessas organizações comportamentos que possam ser considerados éticos e moralmente corretos.

Um terceiro *stakeholder* considerado como normativo, por afetar e ser afetado em suas atividades, trata-se da comunidade e dos pobres. De acordo com Serafim e Alperstedt (2012), os valores normativos dessas organizações orientam para a realização de ações sociais e assistenciais, sendo estas seus principais objetivos, uma diferença às organizações econômicas.

Tal caracterização de clientes das organizações religiosas guarda relação com o que é observado no triângulo estratégico desenvolvido por Moore (2003) como ferramenta de aplicação da teoria do valor público. De acordo com este modelo, há distinção entre as características dos clientes de organizações com fins lucrativos e os clientes de organizações sem fins lucrativos. Ao contrário das primeiras, as organizações sem fins lucrativos possuem essencialmente dois tipos de clientes: os clientes *upstream* (grupo que envolve os financiadores, como doadores individuais, doadores institucionais e o governo) e os clientes *downstream* (grupo que envolve os indivíduos ou organizações que recebem os produtos e serviços oferecidos), fato que, de acordo com Moore (2003), deve ser considerado na gestão de desempenho dessas entidades.

Ao encontro dos argumentos de Moore (2003) e de Serafim e Alperstedt (2012), também se observam na literatura acadêmica informações sobre a distinção entre diferentes classes de clientes das organizações sem finalidade de lucro. Anthony e Young (1994) enfatizam que, nestas organizações, diferentemente daquelas que possuem finalidade de lucro, a dependência de recursos financeiros não está vinculada diretamente com o relacionamento com os clientes, já que os indivíduos beneficiados pelos serviços não são necessariamente

aqueles que fornecem os recursos necessários para a sua geração. Por sua vez, Van Til (2005) indica dentre os atores sociais importantes no ambiente das organizações sem fins lucrativos, distintamente, os doadores e os beneficiários. Cordery e Sinclair (2013), ao citarem Huang e Hooper (2011), mencionam que uma das principais finalidades da avaliação de desempenho para organizações sem fins lucrativos é aumentar a sua legitimidade diante de dois públicos principais distintos: os beneficiários e os financiadores.

O quarto *stakeholder* indicado como normativo por Serafim e Alperstedt (2012) apresenta, além dos funcionários (como nas organizações econômicas), os membros da hierarquia eclesial, que legitimam o funcionamento da organização religiosa por exercerem uma dominação legal e/ou tradicional. Este ponto possui harmonia com a perspectiva de capacidades operacionais presente no triângulo estratégico do valor público de Moore (2003), no qual afirma que deve ser considerada a produtividade, eficiência, integridade financeira e a capacidade do *staff* que compõe a organização, ou seja, que revelam se a instituição possui as habilidades e condições suficientes para converter a legitimidade obtida e os recursos arrecadados em resultados que contribuam para o alcance dos objetivos desejados. O relacionamento e capacitação do *staff* e de voluntários, além do profissionalismo nas atividades desempenhadas também são pontos de monitoramento destacados por MacIndoe e Barman (2013).

Quanto aos *stakeholders* derivativos, Serafim e Alperstedt (2012) ressaltam primeiramente as características que distinguem os concorrentes de organizações religiosas aos concorrentes das organizações econômicas. Os autores argumentam que, nas organizações religiosas, essa relação entre instituições e concorrentes é mais complexa, já que há uma tendência de cultivo de relações amigáveis e de colaboração entre diferentes instituições que em um primeiro momento poderiam ser consideradas como rivais, o que pode ser explicado pela existência de certas obrigações morais com seus concorrentes e a necessidade de realizar ações de solidariedade para autopreservação.

Esta percepção de Serafim e Alperstedt (2012) coaduna com outro elemento do triângulo estratégico de valor público de Moore (2003), que é a forma como os gestores de uma organização sem fins lucrativos devem visualizar uma instituição que realiza a mesma atividade que a sua organização. De acordo com Moore (2003), enquanto uma organização com finalidade de lucro a encararia como uma concorrente, sobre a qual se deve buscar a obtenção de vantagens competitivas e maior participação de mercado, o ideal é que uma entidade sem finalidades de lucro a observe como uma parceira, com a qual se deve buscar, ao invés de competição, uma relação de cooperação para que seja aumentada a possibilidade de

que o problema social sobre o qual elas atuam seja resolvido, ampliando desta forma o valor público gerado por estas. Vale ressaltar que a importância das organizações parceiras no ambiente institucional de uma organização sem fins lucrativos também é reconhecida por Van Til (2005).

Ainda dentre os *stakeholders* derivativos, Serafim e Alperstedt (2012), em comparação ao modelo de Phillips (2003), incluem o governo no lugar dos ‘ativistas’ e mantêm a mídia, sendo estas duas partes consideradas como importantes por exercerem pressão e monitoramento sobre a organização religiosa. Em linha com essa observação, Moore (2003) considera em seu triângulo estratégico do valor público a atenção que deve ser dada para o monitoramento da relação entre a organização e instituições que, de alguma forma, autorizam ou legitimam o seu funcionamento, tais como órgãos reguladores, governo, imprensa e organizações da sociedade civil. A importância destes atores também é observada nas considerações realizadas por Anthony e Young (1994) sobre a influência de questões políticas nestas organizações, e por Van Til (2005) ao indicar o governo, a estrutura política e os reguladores como atores importantes presentes no ambiente institucional dessas organizações e que devem ser considerados em sua gestão.

Com isso, nota-se que a ideia do valor público contempla, dentre suas ferramentas, a importância e influência de diversos *stakeholders* nas atividades de organizações públicas e sem fins lucrativos no processo de obtenção de legitimidade. A segunda perspectiva do modelo *Public Value Scorecard*, legitimidade e apoio, busca chamar a atenção para a necessidade de monitoramento da reputação e da credibilidade da organização junto a doadores, beneficiários, voluntários, governo, imprensa, órgãos reguladores e sociedade civil, para que a instituição tenha maiores condições de operar de forma relativamente autônoma (Moore, 2003). Como explicam Talbot e Wiggan (2010), a perspectiva de legitimidade e apoio engloba o ambiente de autorização, que determina se a organização terá ou não recursos financeiros, autorizações e informações suficientes para atingir os seus objetivos.

Quanto a essa necessidade de obtenção de legitimidade, o papel importante do monitoramento dos provedores de recursos, beneficiários, órgãos reguladores e agentes da sociedade civil para o desempenho das organizações sem fins lucrativos também é reconhecida por MacIndoe e Barman (2013), por exemplo. Em específico, quanto a organizações religiosas, Burity (2007) aponta que as atividades religiosas realizadas por estas instituições possuem, dentre seus objetivos, a obtenção de legitimidade social.

Em termos gerais, a respeito da aplicação da teoria dos *stakeholders* para análise de organizações religiosas, Serafim e Alperstedt (2012) asseveram que a segregação de

stakeholders pode não ser perfeita, já que nestas instituições aqueles que são entendidos como consumidores possuem condições de ser, simultaneamente, fornecedores ou, até mesmo, produtores de atividades e serviços.

2.4 TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL, VIÉS ENDOGRUPAL E FAVORITISMO INTRAGRUPPO

Para Myers (2014), a percepção que um indivíduo possui de si próprio (autoconceito) é composta tanto pela identidade pessoal quanto pela identidade de grupo. Este último aspecto de autoconceito está relacionado à ideia de “nós”, ou seja, de pertencimento a determinado grupo, identificando-os de acordo com as características dos indivíduos daquele grupo ao qual pertencem. Assim explica o autor:

Os seres humanos são uma espécie que tende a estar em grupo. Nossa história ancestral nos prepara para nos alimentarmos e nos protegermos – ou seja, para viver – em grupos. Os seres humanos torcem, matam, morrem por seus grupos. Não surpreendentemente, também nos definimos de acordo com os nossos grupos (...) (Myers, 2014, p. 260)

Como afirmam Nascimento e Souza (2017), essa identificação de ‘pertença’ a um grupo possui significado emocional para o indivíduo, refletindo na percepção de si no ambiente físico e social. Para Ysseldyk et al. (2010), a identificação social possui repercussões cognitivas, afetivas e avaliativas, tendo importância para a autoestima ou para a obtenção de autoestímulo pelo indivíduo.

Desta premissa parte a teoria da identidade social, que, com base na obra dos psicólogos sociais John Turner e Henri Tajfel, Myers (2014, p. 260) distingue da seguinte forma:

- Nós categorizamos: achamos que é útil colocar as pessoas, inclusive nós mesmos, em categorias. Rotular alguém como hindu, escocês ou motorista de ônibus é uma forma abreviada de dizer algumas outras coisas sobre essa pessoa;
- Nós nos identificamos: associamo-nos a determinados grupos (os nossos endogrupos) e ganhamos autoestima ao fazer isso;
- Nós comparamos: contrastamos nossos grupos com outros grupos (exogrupos), com um viés favorável ao nosso.

Como assevera Ferreira (2010, p. 57), na teoria da identidade social, “as relações

intergrupais estão intimamente relacionadas a processos de identificação grupal e de comparação social”. Myers (2014, p. 260) identifica o endogrupo como ‘nós’, ou seja, “grupo de pessoas que compartilham um sentimento de pertencimento, um sentimento de identidade comum”, enquanto reconhece o exogrupo como ‘eles’, ou seja, “grupo que as pessoas percebem como claramente diferentes ou afastadas do seu endogrupo”. A importância do endogrupo para o indivíduo é explicada pelo autor pela ótica da autoavaliação, ao considerar que o endogrupo fortalece um autoconceito positivo, levando o indivíduo ao orgulho e fazendo-o se sentir bem.

Myers (2014, p. 260) explica: “Eu sou X [nome do seu grupo]. X é bom. Portanto, eu sou bom”, podendo ser estes grupos relacionados a um *status* social, atividades profissionais ou voluntárias, gênero, raça, estado civil, curso superior, nacionalidade (ou patriotismo), orientação política ou orientação religiosa. Por outro lado, quanto maior a identificação do indivíduo com o grupo, maior a tendência do indivíduo reagir de forma preconceituosa a ameaças de outro grupo.

Neste contexto da teoria da identidade social se situa a ideia de viés endogrupal, também conhecida como viés intergrupalo ou viés de grupo. “O viés de grupo pode ser definido (...) como as instâncias de favoritismo que são injustas ou injustificáveis no sentido de que elas vão além de requisitos objetivos ou da evidência da situação” (Turner, Brown & Tajfel., 1979, p. 187).

Como esclarecem Carone e Barone (2001, p. 999), o viés de grupo é um tipo de viés de confirmação, que, por sua vez, é um processo em que “a percepção seletiva e a lembrança parecem validar crenças, hipóteses e esquemas sobre o mundo, mesmo quando não o são”. De acordo com Johnson et al. (2012, p. 155), “o viés intergrupalo refere-se à tendência dos indivíduos de avaliar o grupo (qualquer grupo ao qual ele pertence) e seus membros de forma mais positiva do que o grupo externo e seus membros”.

“O viés de grupo representa um esforço para uma distinção positivamente avaliada ao próprio grupo”. Essa suposição parte da ideia de que “indivíduos são motivados a alcançar uma autoimagem positiva e que a autoestima pode ser reforçada por uma avaliação positiva do próprio grupo” (Turner et al., 1979, p. 190). Conforme Myers (2014), a formação de grupos pode levar a um viés endogrupal, partindo da definição de que o pertencimento a um determinado grupo (endogrupo) automaticamente exclui de outro grupo ou outros grupos (exogrupo). Em consequência, o viés endogrupal sustenta um autoconceito positivo (ou seja, o indivíduo se sente melhor quando pertence a um grupo que apresenta sucesso), bem como alimenta o favorecimento ao endogrupo ou até mesmo leva o indivíduo a criar um sentimento

negativo em relação ao exogrupo (ou seja, pela necessidade de se obter orgulho ou para se sentir bem, o indivíduo possui tendência em favorecer o endogrupo e de promover injustiça ao exogrupo).

Adicionalmente, Hewstone, Rubin e Willis (2002) explicam que, como o indivíduo se inclui cognitivamente no endogrupo, este atribui maior confiança nos membros do endogrupo e, conseqüentemente, menor confiança nos do exogrupo, tendo como base a ideia de que viver em grupo é uma estratégia fundamental para a sobrevivência no ambiente social. Tal abordagem de confiança, de acordo com os autores, leva a atitudes como cooperação e empatia, sendo que um viés intergrupo bem-sucedido é aquele que cria ou protege o *status* do grupo. Com isso, o indivíduo desenvolve uma identidade social positiva a respeito do grupo que, por conseguinte, afeta positivamente a autoestima dos membros do grupo. Por outro lado, Hewstone et al. (2002) acrescentam que o viés intergrupar pode afetar o comportamento pela geração de discriminação, além de incentivar atitudes de geração de preconceito e influenciar a cognição pela geração de estereótipos.

Para Ysseldyk et al. (2010), a religião é uma identidade social baseada em um sistema de crenças e símbolos que oferece a seus membros segurança epistemológica e ontológica, sendo, portanto, um elemento avaliado como poderoso na formação de processos psicológicos e sociais dos indivíduos. Dessa forma, indivíduos religiosos atribuem aos membros do endogrupo uma visão sagrada e uma visão contrária aos membros do exogrupo.

Desta feita, para Carone e Barone (2001), a religião é um fator capaz de ativar vieses de grupo. Como afirmam os autores, cada religião se identifica como possuidora da única verdade, fazendo com que seus seguidores atribuam às pessoas pertencentes a este grupo características positivas, como justos e santos, em contraste àqueles pertencentes ao exogrupo, restringindo, por consequência, a possibilidade de avaliação sistemática e objetiva de pontos de vista distintos. Ou seja, gera-se um viés de que outros pontos de vista estão, necessariamente, equivocados.

Johnson et al. (2012) entendem que indivíduos que se identificam como religiosos apresentam atitudes positivas com religiosos enquanto apresentam comportamentos negativos com indivíduos reconhecidos como não religiosos. Para os autores, esse viés endogrupal é explicado pela tendência de promoção de um comportamento de proteção ou de cooperação no endogrupo.

Como se pode observar, o viés intergrupar pode ser manifestar de duas formas: “(a) favoritismo no grupo, que ocorre quando os indivíduos favorecem ou mostram preferência por seu próprio grupo, e (b) derrogação fora do grupo, que ocorre quando os indivíduos denegrem

os grupos externos” (Johnson et al., 2012, p. 155). Todavia, o favoritismo intragrupo não necessariamente implica em hostilidade ao exogrupo (Brewer, 1999; Turner et al., 1979). Ademais, o viés de grupo está mais ligado à promoção do próprio grupo do que ao menosprezo ou à ameaça a outro grupo (Shiramizu & Yamamoto, 2017).

Consoante DiDonato, Ullrich e Krueger (2011), o favoritismo intragrupo é caracterizado como o fenômeno no qual indivíduos de um determinado endogrupo tendem a atribuir características mais positivas ao grupo ao qual pertencem em comparação a grupos aos quais não pertencem. Para Turner et al. (1979, p. 187), “o favoritismo intragrupo é um conceito descritivo que se refere a qualquer tendência para favorecer o endogrupo em detrimento do exogrupo, em comportamentos, atitudes, preferências ou percepções”.

A existência de diferentes orientações e relações afiliativas com membros do endogrupo ou do exogrupo pode ser fator suficiente para a geração de favoritismo intragrupo (Turner et al., 1979). Como exemplo, de acordo com Johnson et al. (2012), o viés intergrupar religioso ocorre mais frequentemente na forma de favoritismo ao endogrupo do que na forma de invalidação ou detrimento ao exogrupo.

Para Dunkel e Dutton (2016), a aderência a uma religião faz o indivíduo propenso ao favoritismo intragrupo pelo fato de motivarem seus membros a serem orientados ao grupo, seja pela criação de confiança entre os membros ou por originarem oportunidades de cooperação. Para os autores, portanto, é esperado que, no caso de religiosidade, o favoritismo intragrupo seja mais forte, por evocar associações como ‘abençoados por Deus’ aos que pertencem ao endogrupo e ‘relacionados ao mal’ àqueles que estão no exogrupo. Por consequência, pessoas religiosas possuem a tendência de “... avaliar os membros do grupo de forma mais favorável do que os de fora” (p. 311).

2.5 HIPÓTESES DA PESQUISA

Levando em conta a questão de pesquisa, a teoria do valor público segundo Moore (1994, 1995, 2013), conforme exposta no item 2.2 do referencial teórico empírico, é utilizada como teoria de base dessa investigação. A partir da teoria de base e da questão de pesquisa proposta, a hipótese principal do presente estudo é a de que:

(I) a Igreja Católica realiza atividades ou oferece resultados que são percebidos

pela sociedade como geradores de valor público.

A partir dos objetivos específicos definidos para esta investigação também foram definidas hipóteses de pesquisa. Para o atendimento do primeiro objetivo específico (identificar fatores de atividades e/ou de resultados de acordo com a percepção dos indivíduos quanto à geração de valor público pela denominação religiosa), considerando especialmente o exposto por Serafim e Alperstedt (2012), que afirmam que organizações religiosas realizam atividades religiosas que são geralmente acompanhadas de produtos sociais, além de considerar os diversos resultados sociais possivelmente oferecidos como consequência das ações empreendidas pela Igreja Católica elencados no referencial teórico (item 2.1), a hipótese de pesquisa atrelada ao primeiro objetivo específico é de que:

(II) as atividades e resultados da Igreja Católica são agrupados, de acordo com a percepção dos indivíduos quanto à geração de valor público, em fatores de atividades religiosas, atividades sociais e de resultados.

Para o atendimento do segundo objetivo específico do presente estudo, que é o de detectar a existência de diferenças na percepção de geração de valor público das atividades realizadas e dos resultados fornecidos por uma denominação religiosa de acordo com o relacionamento do indivíduo com a instituição, é considerada a teoria dos *stakeholders*, foco do item 2.3 deste relatório. Desta forma, em alinhamento com a tese declarada e considerando o exposto pela teoria dos *stakeholders*, além de considerar, em especial, a afirmação de Balsler & McClusky (2005) de que a avaliação da eficácia de uma organização sem finalidades de lucro passa pela capacidade de atendimento das diferentes expectativas específicas de seus *stakeholders*, a presente investigação também propõe as seguintes hipóteses:

(III) há diferenças na percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica de acordo com o relacionamento dos indivíduos como *stakeholders* normativos da instituição.

(IV) há uma maior percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica por indivíduos com maior relacionamento como *stakeholders* normativos da instituição.

Para o atendimento do terceiro objetivo específico do presente estudo, que é o de apontar a existência de diferenças na percepção de geração de valor público das atividades realizadas e dos resultados fornecidos por uma denominação religiosa de acordo com o grupo religioso ao qual o indivíduo pertence, considera-se a teoria da identidade social (por sua vez acompanhada dos conceitos de viés endogrupal e favoritismo intragrupo), presentes no item 2.4 deste trabalho. Da mesma forma, em alinhamento com a tese declarada e considerando o

exposto no referido tópico, são propostas as seguintes hipóteses:

(V) há diferenças na percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica de acordo com a identificação com indivíduo como pertencente ao grupo religioso (endogrupo).

(VI) há uma maior percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica por indivíduos que se identificam socialmente como pertencentes a este grupo religioso (endogrupo).

Por fim, para atendimento do quarto objetivo específico do presente estudo, que é o de identificar a existência de influência do posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo e do viés endogrupal religioso no valor público atribuído às atividades realizadas e resultados gerados por uma denominação religiosa, considera-se tanto o exposto no referencial teórico a respeito da teoria dos *stakeholders* (item 2.3) e da teoria da identidade social, viés endogrupal e favoritismo intragrupo (item 2.4) para propor a seguinte hipótese de pesquisa:

(VII) o relacionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo e a religião declarada pelo indivíduo são elementos que influenciam na percepção de geração de valor público sobre as atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo identifica os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta investigação, estando organizado da seguinte forma: (I) caracterização da pesquisa, (II) construtos, definições operacionais e variáveis, (III) população e amostra, (IV) procedimentos para coleta de dados e (V) tratamento e análise de dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente investigação parte de uma abordagem epistemológica positivista, em que, tendo como base as abordagens tradicionais de pesquisa utilizadas nas ciências naturais, é aplicada na realidade social com o objetivo de se encontrar regularidades ou relações causais entre diversos elementos, adicionando, conseqüentemente, conhecimento por meio de hipóteses verificadas ou eliminando conhecimento com a falsificação de hipóteses (Bryman, 2012; Burrell & Morgan, 1979).

Dessa forma, o processo de obtenção de conhecimentos sob uma lente positivista passa pela abordagem ao problema por meio da utilização de métodos quantitativos (Bryman, 2012; Creswell, 2007). De acordo com Hartley et al. (2016), o desenvolvimento empírico do tema “valor público” pode se beneficiar com a realização de pesquisas por métodos quantitativos, por meio dos quais se busca, dentre outros elementos, identificar valores atribuídos por indivíduos ou grupos.

Quanto à estratégia de pesquisa, em alinhamento à abordagem quantitativa, a presente investigação se deu pela realização de um levantamento (*survey*), “...com o objetivo de efetuar generalizações a partir de uma amostra para uma população” (Creswell, 2007, p. 31). Quanto à técnica de coleta de dados, foi utilizado um questionário autoadministrado gerado eletronicamente (Martins & Theóphilo, 2007). Em consequência, o efeito do pesquisador nas variáveis de estudo é *ex post facto*, pela impossibilidade de controle ou manipulação das variáveis pelo pesquisador (Cooper & Schindler, 2016), enquanto a dimensão do tempo da investigação é transversal (Bryman, 2012; Cooper & Schindler, 2016).

3.2 CONSTRUTOS, DEFINIÇÕES OPERACIONAIS E VARIÁVEIS

Tomando como base a estratégia adotada por Costa (2016), são apresentados neste capítulo os construtos e as suas respectivas definições operacionais. Partindo da tese defendida, entende-se que o construto principal desta investigação é relativo à **percepção de valor público pela sociedade das atividades realizadas e dos resultados gerados por uma denominação religiosa e sua diferenciação de acordo com o posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo da instituição e do seu viés endogrupal religioso**. A partir deste construto principal, derivam-se as categorias, respectivas definições operacionais, variáveis e referências. A Tabela 3 apresenta tais elementos.

Tabela 3. Construtos, definições operacionais, variáveis e referências

Categoria	Definição operacional	Variáveis	Referências
Percepção de valor público das atividades de uma instituição religiosa	Contribuição dada pelos bens e serviços gerados pela instituição que é considerada valiosa e/ou benéfica para a sociedade.	Percepção de valor público expressa pelo respondente (intervalar) de: (I) orações; (II) orações; (III) meditações; (IV) doutrina; (V) curas; (VI) cultos; (VII) rituais; (VIII) missões de recrutamento; (IX) atividades de assistência social (assistência social); (X) ações de solidariedade, caridade e serviço social (serviço social); (XI) serviços de saúde; (XII) serviços de educação; e (XIII) programas de reabilitação para dependentes químicos (reabilitação de dependentes).	(Alford & O’Flynn, 2009; Bryson et al., 2014; Hagopian, 2009; Moore, 1994, 1995, 2013; Serafim & Alperstedt, 2012; Teixeira, 2011)
Percepção de valor público dos resultados de uma instituição religiosa	Impacto gerado em indivíduos que apreciam o benefício em questão ou as alterações importantes no contexto social consideradas valiosas para a sociedade.	Percepção de valor público expressa pelo respondente (intervalar) de: (I) consciência social e comunitária dos indivíduos/motivar pessoas para atividades assistenciais ou voluntárias (consciência social); (II) inclusão social; (III) garantia de direitos; (IV) saúde; (V) educação; (VI) segurança, combate à criminalidade e violência (segurança); (VII) economia/crescimento econômico (crescimento econômico); (VIII) valores morais; (IX) cultura; (X) bem-estar individual (bem-estar); e (XI) redistribuição de renda.	(Alford & O’Flynn, 2009; Barrett, 2010; Barro & McCleary, 2003; Bennett, 2009; Bryson et al., 2014; Burity, 2007; Fagan, 1996; Gruber, 2005; Guiso et al., 2003; Hull & Bold, 1989; Iannaccone, 1995; King & Furrow, 2004; Knill et al., 2014; Latour, 2017; Lim & Putnam, 2010; Moore, 1994, 1995, 2013; Murta et al., 2008; Souza, 2007; Teixeira, 2011)
<i>Stakeholder</i> normativo	Indivíduos ou grupos de indivíduos com quem a organização tem uma obrigação moral direta de atender ao seu bem-estar.	Caracterização do respondente (categórica) em: (I) fiel / consumidor; (II) membro da comunidade / pobres; (III) financiadores / doadores; e (IV) membros da hierarquia / funcionários.	(Donaldson & Preston, 1995; Freeman, 1984; Lewis, 2001; Phillips et al., 2003; Serafim & Alperstedt, 2012)
Viés endogrupal religioso	Favoritismo injustificável que vai além das evidências da situação; tendência de avaliar o grupo ao qual pertence de forma mais positiva.	Caracterização do respondente (categórica) em: (I) católico romano; (II) outra religião (católico ortodoxo, protestante / evangélico, espírita, umbanda / candomblé, outras religiosidades); ou (III) sem religião.	(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012b; Johnson et al., 2012; Myers, 2014; Turner et al., 1979)

Como é possível observar na Tabela 3, as categorias (ou construtos de segunda ordem) derivam dos elementos presentes no construto de primeira ordem (por sua vez derivado da tese defendida). As definições operacionais e as variáveis aqui apresentadas para cada uma das categorias têm como base os elementos apresentados ao longo do referencial teórico empírico deste trabalho.

Todavia, para uma melhor definição das variáveis relacionadas às categorias “percepção de valor público das atividades da Igreja Católica” e “percepção de valor público dos resultados da Igreja Católica” quanto à sua compatibilização às atividades e resultados efetivamente promovidos pela Arquidiocese de Curitiba, a definição de tais variáveis também envolveu a realização de procedimentos de coleta de dados empíricos, a partir da obtenção de informações do sítio eletrônico da Arquidiocese de Curitiba (Arquidiocese de Curitiba, 2018) e de entrevista semiestruturada com um membro da cúria diocesana, estrutura administrativa da Arquidiocese, com o objetivo de validar tais variáveis.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Conforme mencionado na delimitação da pesquisa, a presente investigação compreende o espaço geográfico da Arquidiocese de Curitiba, abrangendo os municípios de Curitiba, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Campo Largo, Campo Magro, Balsa Nova, Palmeira e Porto Amazonas.

Para o procedimento preliminar de confirmação das variáveis das duas primeiras categorias da Tabela 3, considerou-se, além da verificação de informações públicas apresentadas no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba, realizá-lo junto a um membro da cúria diocesana da Arquidiocese de Curitiba, visto sua posição na alta administração da instituição.

Já para o levantamento, estimando-se para o ano de 2016 uma população de 2,6 milhões de habitantes no espaço geográfico mencionado (Catholic Hierarchy, 2018) e definindo um nível de confiança de 99% e erro amostral de 5%, aponta-se como amostra necessária mínima de 665 respostas para a realização do estudo. Tal quantidade também é adequada para a realização da análise fatorial exploratória que, de acordo com Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009), demanda que a amostra tenha um número maior de observações do que de variáveis, com número mínimo absoluto de 50 observações e um

número de, pelo menos, 10 observações para cada variável.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os procedimentos preliminares de validação das variáveis das categorias “percepção de valor público das atividades da Igreja Católica” e “percepção de valor público dos resultados da Igreja Católica” ocorreram em duas etapas: (I) coleta e análise de dados e informações apresentadas no sítio eletrônico da Arquidiocese de Curitiba (Arquidiocese de Curitiba, 2018) quanto às comissões existentes e atividades realizadas por estas comissões, de forma a confrontar ou agregar às informações coletadas a partir do referencial teórico empírico; (II) entrevista semiestruturada com um membro da cúria diocesana da Arquidiocese, com o objetivo de validar as atividades e resultados entendidos como geradores de valor público pela instituição.

O roteiro de entrevista semiestruturada para o item (II) é apresentado no Apêndice A. Neste roteiro, ressalta-se que a realização das questões também buscou identificar, por meio de escala, quão as atividades e resultados validados são considerados pela própria Arquidiocese como valiosos ou benéficos para a sociedade. Estas possuem como objetivo a verificação de possíveis congruências e distanciamentos das percepções do membro da cúria com os resultados do levantamento, possibilitando discussão com maior profundidade dos resultados obtidos pela ótica do viés endogrupal.

Após tais procedimentos de validação, as variáveis resultantes foram utilizadas para o levantamento junto aos membros da comunidade situados no espaço geográfico delimitado para esta pesquisa. A coleta de dados se deu por meio de questionário eletrônico (Google Docs®), apresentado no Apêndice B. As questões [1] a [3] estão relacionadas à percepção de valor público pelos respondentes a respeito das atividades e resultados gerados pela Igreja Católica, a questão [4] possui como objetivo atender à delimitação da pesquisa quanto ao espaço geográfico, as questões [5] e [6] estão relacionadas à identificação do respondente a um grupo religioso para verificação de viés endogrupal religioso e a questão [7] está relacionada à identificação do respondente como um *stakeholder* normativo.

Em ambos os instrumentos de pesquisa (Apêndices A e B), para todas as questões fechadas às quais foi necessária a utilização de uma escala intervalar, adotou-se uma escala do tipo Likert de 11 pontos (zero a dez), tanto para facilitar a compreensão do sistema de

numeração pelos respondentes quanto para viabilizar a inserção de um ponto neutro (cinco), fator que busca facilitar a expressão adequada da opinião do respondente (Antonelli, 2018; Dalmoro & Vieira, 2013).

Tanto o roteiro de entrevista semiestruturada quanto o questionário passaram por validações aparente e de construto por três doutores da área de Contabilidade, o que ocorreu durante a primeira quinzena do mês de agosto de 2018. Adicionalmente, após serem contempladas as alterações sugeridas neste processo, o questionário sofreu um pré-teste por três doutores da área de Contabilidade e uma mestra na área de Desenvolvimento Regional, o que também ocorreu no mesmo período.

3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para operacionalização da hipótese de pesquisa (I), hipótese principal de que a Igreja Católica realiza atividades ou oferece resultados que são percebidos pela sociedade como geradores de valor público, os dados coletados por meio de levantamento foram tratados e analisados de acordo com os procedimentos a seguir discriminados.

Em primeiro lugar, buscou-se, por meio da aplicação de análise fatorial exploratória, determinar fatores que pudessem agrupar as variáveis indicadas nos construtos “atividades” e “resultados” (Tabela 3). Para tal, foram consideradas como fonte de dados as respostas obtidas às questões [2] e [3] no questionário aplicado à comunidade. O protocolo utilizado para aplicação da análise fatorial exploratória é exposto na Tabela 4.

Além das informações apresentadas na Tabela 4, é importante observar que o método de extração escolhido para a aplicação da análise fatorial exploratória foi a análise de componentes principais e, quanto ao método de rotação, optou-se pelo Varimax (Field, 2009; Hair et al., 2009). Para os procedimentos de 1 a 9, utilizou-se o *software Statistical Package for the Social Sciences*® (SPSS), versão 22; para os procedimentos 11 a 14 e 18 se valeu do *software IBM Amos*®, versão 18; enquanto para os procedimentos 15 a 17 os cálculos foram realizados com o uso do *software Microsoft Excel*®.

Tabela 4. Protocolo para análise fatorial exploratória

Nº	Categoria	Procedimento	Objetivo	Fontes
1		Teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)		(Fávero & Belfiore, 2017)
2		Teste de esfericidade de Bartlett		(Fávero & Belfiore, 2017)
3	Pressupostos	Estatística Alpha de Cronbach	Avaliar a adequação da análise fatorial para a amostra	(Fávero & Belfiore, 2017)
4		Matriz de correlações		(Hair et al., 2009)
5		Medida de adequação da amostra (MSA)		(Hair et al., 2009)
6		Variância total explicada (critério de Kaiser)	Verificar a quantidade de fatores a extrair	(Fávero & Belfiore, 2017; Hair et al., 2009)
7	Extração dos fatores	Comunalidades	Verificar variáveis que não são adequadamente explicadas pela solução fatorial	(Hair et al., 2009)
8		Correlações reproduzidas	Avaliar as correlações entre coeficientes observados e previstos	(Field, 2009)
9	Interpretação	Avaliação das cargas fatoriais	Identificar cargas fatoriais significantes estatisticamente	(Field, 2009; Hair et al., 2009)
10		Rotulagem dos fatores	Atribuir significado para o padrão das cargas fatoriais	(Hair et al., 2009)
11	Validação (pré-análise)	Curtose e achatamento	Verificar a normalidade dos dados	(Marôco, 2014)
12		D ² de Mahalanobis	Verificar a presença de <i>outliers</i>	
13		Índices de ajustamento	Avaliar a qualidade do modelo fatorial	(Hair et al., 2009; Marôco, 2014)
13.1		Chi-quadrado (X ²)	Avaliar se o modelo é representativo dos dados	(Hair et al., 2009; Marôco, 2014)
13.2		Índice de ajuste comparativo (CFI)	Comparar o modelo especificado com um modelo alternativo de referência	(Hair et al., 2009; Marôco, 2014)
13.3	Validação (ajustamento)	Índice de qualidade de ajuste (GFI)	Avaliar a proporção da covariância manifesta	(Hair et al., 2009; Marôco, 2014)
13.4		Raiz do erro quadrático médio de aproximação (RMSEA)	Avaliar o ajustamento do modelo a uma população	(Hair et al., 2009; Marôco, 2014)
13.5		Índice de validação cruzada esperada mínima (MECVI)	Avaliar o ajustamento do modelo em amostras semelhantes	(Marôco, 2014)
14		Índices de modificação (MI)	Detectar a existência de correlações entre erros e correlações entre erros e fatores	(Marôco, 2014)
15		Confiabilidade composta (CC)	Avaliar a capacidade de explicação das variáveis como manifestações do fator latente	(Hair et al., 2009; Marôco, 2014)
16	Validação (validade fatorial)	Variância extraída média (VEM)	Avaliar se o comportamento das variáveis é explicado pelo fator	(Hair et al., 2009; Marôco, 2014)
17		Validade discriminante (VD)	Avaliar a ausência de correlação das variáveis com outros fatores	(Hair et al., 2009; Marôco, 2014)
18		Pesos fatoriais e confiabilidades individuais	Avaliar a relevância das variáveis em cada fator	(Marôco, 2014)

Ainda, a partir da Tabela 4, é possível observar que foi realizada uma validação dos fatores extraídos após a análise realizada por meio do *software* SPSS por meio da reprodução dos fatores no *software* suplementar IBM Amos®, o que foi composta por procedimentos de pré-análise, verificação de ajustamento e de validade fatorial. Com tais procedimentos, atendeu-se ao objetivo específico (I) da presente investigação, bem como se realizou a verificação da hipótese de pesquisa (II), a qual identifica a formação de fatores para atividades religiosas, atividades sociais e para resultados.

Na sequência, examinou-se o poder de explicação dos fatores extraídos, a partir do procedimento anterior, no valor público geral atribuído pelos respondentes às atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica à sociedade. Para tal, os fatores foram incluídos como variáveis independentes na aplicação do método de regressão linear múltipla, enquanto a questão [1] do questionário aplicado à comunidade compôs o valor da variável dependente. Para tal, seguiu-se o protocolo de análise exposto na Tabela 5.

Tabela 5. Protocolo para análise de regressão linear múltipla

Nº	Procedimento	Objetivo	Fontes
1	Curtose e achatamento	Verificar a normalidade dos dados	(Marôco, 2014)
2	D ² de Mahalanobis	Verificar a presença de <i>outliers</i>	(Marôco, 2014)
3	Fator de inflação da variância (VIF)	Avaliar a existência de multicolinearidade	(Marôco, 2014)
4	Coefficientes estimados e p-valores	Avaliar a significância dos coeficientes no modelo	(Marôco, 2014)
5	Teste F	Avaliar a significância global do modelo	(Fávero & Belfiore, 2017)
6	R ²	Avaliar a capacidade de explicação da variável dependente	(Marôco, 2014)

Em complemento às informações apresentadas na Tabela 5, esclarece-se que, para os procedimentos 1, 2, 4 e 6 foi utilizado o *software* IBM Amos®, enquanto para os procedimentos 3 e 5 fez-se uso do *software* SPSS®. Também é importante esclarecer que, para a realização da regressão linear múltipla de forma a verificar se os fatores extraídos na análise fatorial exploratória explicam o escore atribuído pelos respondentes quanto ao valor público geral gerado pela Igreja Católica, utilizaram-se as seguintes variáveis de controle, tomando como base variáveis utilizadas nos estudos de Guiso et al. (2003) e de Lim e Putnam (2010): gênero (questão [8] do questionário aplicado à comunidade - Apêndice B), escolaridade (questão [9] - Apêndice B), idade (questão [10] - Apêndice B), renda (questão [11] - Apêndice B) e estado de saúde atual (questão [12] - Apêndice B).

Com a realização de tais procedimentos, foi possível realizar uma verificação preliminar quanto à hipótese de pesquisa (I), relacionada à questão de pesquisa, de que há

atividades realizadas ou resultados gerados por uma denominação religiosa que são reconhecidos pela sociedade como geradoras de valor público. O teste para averiguação das variáveis e fatores considerados como geradores de valor público pela sociedade considerou como critério os escores que, na verificação da média considerando o nível de 99% de confiança, possuem limite inferior maior ou igual a 6 (seis), ou seja, escore acima do ponto neutro da escala de 11 pontos aplicada aos respondentes. Deste modo, a comprovação de que a Igreja Católica realiza atividades ou oferece resultados que são percebidos pela sociedade como geradores de valor público se deu com a rejeição da hipótese nula (H_{A0}) de que a média dos escores atribuídos para as atividades, resultados e seus fatores não são iguais ou superiores a 6 (seis).

Além disso, a aplicação da regressão linear múltipla com a inclusão de variáveis de controle é capaz de reforçar a importância dos fatores extraídos para explicação do valor público atribuído em geral pela amostra da pesquisa e pode subsidiar a aplicação dos procedimentos seguintes, visando o alcance dos objetivos específicos (II) e (III).

Por conseguinte, procedeu-se primeiramente à realização de aplicações de regressão para cada grupo de *stakeholders*, condição observada de acordo com os dados coletados pela questão [7] do questionário aplicado à comunidade (Apêndice B). Para tal, foram formados três grupos, considerando as quatro formas de relacionamento como *stakeholders* normativo indicadas na Tabela 3, a saber: nenhum relacionamento (rotulados como '0'), um relacionamento (rotulados como '1') e dois ou mais relacionamentos (rotulados como '2').

Essa segregação parte do pressuposto de que o indivíduo pode possuir diversas formas de relacionamento com uma instituição religiosa, fazendo com que a segregação apenas pelo seu papel pode não ser perfeita (Serafim & Alperstedt, 2012) e, ao possuir uma forma ou distintas formas de relacionamento com a instituição, intui-se que este poderá afetar ou ser afetado de forma mais significativa pela instituição (Freeman, 1984). Ressalta-se que, como mencionado na Tabela 3, a categorização das quatro formas de relacionamentos como *stakeholders* é amparada no mapa de *stakeholders* para organizações religiosas dado por Serafim e Alperstedt (2012) (Figura 3) e aliada à classificação de clientes *upstream* e *downstream* dado por Moore (2003).

Com isto, procedeu-se à elaboração de modelos de regressão linear múltipla aplicando-se o protocolo de análise descrito na Tabela 5, o que foi complementado com a realização de verificação de diferenças de médias entre os grupos religiosos com a realização dos testes Kruskal-Wallis e U de Mann-Whitney. Empreendido este protocolo, foi possível examinar, ao comparar os três modelos, a hipótese de pesquisa (III) de que há diferenças na

percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica de acordo com o relacionamento dos indivíduos como *stakeholders* normativos da instituição.

Enquanto a verificação pelos modelos de regressão se deu pela observação e comparação dos fatores e/ou variáveis de controle consideradas relevantes para cada grupo e seus respectivos pesos fatoriais, por meio dos testes de médias avaliou-se a hipótese nula (H_{B0}) de que os escores atribuídos ao valor público em geral, aos fatores e às variáveis relevantes em cada modelo fatorial não são significativamente diferentes entre os grupos de *stakeholders* normativos.

Além disso, para verificação da hipótese de pesquisa (IV), de que há uma maior percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica por indivíduos com maior relacionamento como *stakeholders* normativos da instituição, aplicou-se teste para comparação das médias obtidas para os fatores e respectivas variáveis tomando como base os escores atribuídos por cada grupo de respondentes, considerando o nível de 99% de confiança.

Com isto, testou-se a hipótese nula (H_{C0}) de que as médias dos escores atribuídos pelos indivíduos com dois ou mais relacionamentos como *stakeholders* normativos para os atividades, resultados e seus fatores não são significativamente superiores às médias dos escores atribuídos pelos indivíduos que possuem um relacionamento como *stakeholder* normativo, além da hipótese nula (H_{D0}) de que as médias dos escores atribuídos pelos indivíduos que possuem um relacionamento como *stakeholders* normativo para as atividades, resultados e seus fatores não são significativamente superiores às médias dos escores atribuídos pelos indivíduos que não possuem relacionamento como *stakeholder* normativo. Com tais procedimentos, buscou-se o alcance do objetivo específico (II) desta pesquisa.

O mesmo tratamento foi dado para análise de modelos de regressão entre diferentes grupos religiosos, ao segregar os respondentes em três grupos: católicos (rotulados como '1'), outras religiões (rotulados como '2') e sem religião (rotulados como '3'), de acordo com os dados coletados por meio da questão [5] do questionário aplicado à comunidade (Apêndice B).

Ressalta-se que esta forma de segregação, em três grupos de acordo com a religião, é justificada, em primeiro lugar, pela hipótese de pesquisa de que membros do endogrupo (no caso, católicos) atribuem maior valor às atividades realizadas pela instituição à qual pertencem, bem como a segregação entre “outras religiões” e “sem religião”, considerando o exposto por Serafim e Alperstedt (2012) de que organizações religiosas vistas como

concorrentes podem cultivar relações amigáveis e de colaboração por conta de obrigações morais e necessidade de autopreservação. Complementa-se com base em Moore (2003) pela possibilidade de instituições que atuam sobre um mesmo problema social criem canais de colaboração, além do exposto por Johnson et al. (2012) de que indivíduos religiosos podem desenvolver atitudes positivas com religiosos e comportamento negativo com não religiosos com o objetivo de desenvolvimento de formas de proteção e cooperação.

Desta forma, procedeu-se à elaboração de modelos de regressão linear múltipla aplicando-se o protocolo de análise descrito na Tabela 5, o que foi complementado com a realização de verificação de diferenças de médias entre os grupos religiosos com a aplicação dos testes Kruskal-Wallis e U de Mann-Whitney. Empreendendo-se este protocolo, foi possível verificar, ao comparar os três modelos, o acatamento da hipótese de pesquisa (V) de que há diferenças na percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica de acordo com a identificação com indivíduo como pertencente ao grupo religioso (endogrupo).

Enquanto a verificação pelos modelos de regressão se deu pela observação e comparação dos fatores e/ou variáveis de controle consideradas relevantes para cada grupo e seus respectivos pesos fatoriais, por meio dos testes de médias foi possível analisar a hipótese nula (H_{E0}) de que os escores atribuídos ao valor público em geral, aos fatores e às variáveis relevantes em cada modelo fatorial não são significativamente diferentes entre os grupos religiosos.

Além disso, para verificação da hipótese de pesquisa (VI), de que há uma maior percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica por indivíduos que se identificam socialmente como pertencentes a este grupo religioso (endogrupo), foi realizado teste para comparação das médias obtidas para os fatores e respectivas variáveis tomando como base os escores atribuídos por cada grupo de respondentes, considerando o nível de 99% de confiança.

Com isto, testou-se a hipótese nula (H_{F0}) de que as médias dos escores atribuídos pelos católicos para as atividades, resultados e seus fatores não são significativamente superiores às médias dos escores atribuídos pelos indivíduos de outras religiões, além da hipótese nula (H_{G0}) de que as médias dos escores atribuídos pelos indivíduos de outras religiões para as atividades, resultados e seus fatores não são significativamente superiores às médias dos escores atribuídos pelos indivíduos sem religião. Com tais procedimentos, buscou-se o alcance do objetivo específico (III) desta pesquisa.

Na sequência, foi aplicado o método de regressão linear múltipla para a amostra da

pesquisa incluindo as variáveis “religião” e “*stakeholder*”, considerando a categorização em três grupos para cada variável apresentada nesta seção. Inicialmente, buscou-se incluir a variável “religião” nos modelos de regressão gerados para os diferentes grupos de *stakeholders* com o objetivo de verificar suas possíveis influências nos modelos elaborados, ensejando, sendo o caso, em correções nos modelos gerados anteriormente. Com o mesmo objetivo, foi inserida a variável “*stakeholder*” nos modelos de regressão gerados para os diferentes grupos religiosos. Para isto, foi aplicado o protocolo de análise exposto na Tabela 5.

Após esta verificação, foi aplicado o método de regressão linear múltipla para a amostra completa da pesquisa, incluindo as variáveis “religião” e “*stakeholder*”, sem categorizações por grupos religiosos ou por grupos de *stakeholders*. Para tal, também foi utilizado o protocolo de análise apresentado na Tabela 5. Neste momento, também foram reincluídas as variáveis de controle gênero, idade, escolaridade, renda e estado de saúde.

Com isto, foi possível examinar a hipótese de pesquisa (VII), relacionada ao objetivo específico (IV), de que o relacionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo e a religião declarada por ele são elementos que influenciam na percepção de geração de valor público sobre as atividades realizadas e resultados oferecidos por uma denominação religiosa, ao observar se estas variáveis foram identificadas como significativas no modelo de regressão ($p\text{-valor} \leq 0,05$).

Com a realização deste procedimento, partiu-se para a avaliação da hipótese de pesquisa (I), relacionada à questão de pesquisa, de que há atividades realizadas ou resultados gerados pela Igreja Católica que são reconhecidos pela sociedade como geradoras de valor público. O teste para a análise das variáveis e fatores considerados como geradores de valor público pela sociedade considerou como critério, da mesma forma que no modelo de regressão sem as variáveis “religião” e “*stakeholder*”, os escores que, na verificação da média considerando o nível de 99% de confiança, possuem limite inferior maior ou igual a 6 (seis).

Deste modo, a comprovação de que a Igreja Católica realiza atividades ou oferece resultados que são percebidos pela sociedade como geradores de valor público se deu com a rejeição da hipótese nula (H_{H0}) de que a média dos escores atribuídos para as atividades, resultados e seus fatores não são iguais ou superior a 6 (seis).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente capítulo, são apresentados os resultados dos procedimentos de campo, incluindo os procedimentos para validação das categorias “atividades” e “resultados”, indicados na seção 4.1. Já a seção 4.2 apresenta os resultados do questionário aplicado à comunidade, contendo a descrição da amostra, os resultados da análise fatorial exploratória e os resultados dos modelos de regressão (geral, por grupo de *stakeholders*, por grupo religioso, e geral com a inclusão das variáveis “religião” e “*stakeholder*”). Por fim, a seção 4.3 se dedica à discussão dos resultados obtidos à luz das hipóteses de pesquisa e do referencial teórico empírico.

4.1 VALIDAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ATIVIDADES E DE RESULTADOS

Para validação das categorias “percepção de valor público das atividades da Igreja Católica” e “percepção de valor público dos resultados da Igreja Católica”, conforme indicado dentre os procedimentos metodológicos, foram realizados os seguintes processos: (I) análise de informações públicas disponíveis no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba; (II) entrevista com representante da cúria arquidiocesana.

4.1.1 Análise de Informações Públicas

De acordo com o portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba (2018), existem 129 pastorais, movimentos ou organismos que compõem o conjunto de atividades realizadas pela instituição, sendo estas atividades agrupadas em 13 comissões pastorais. De acordo com a organização, os coordenadores das comissões pastorais “... formam como uma equipe que espelha as diversas dimensões da atuação eclesial, e possui representação dos diversos carismas e ministérios da Igreja (leigos, religiosos, ministros ordenados)”. As 13 comissões pastorais são as seguintes:

1. Comissão da Animação Bíblico–catequética: responsável pela formação bíblica

- e teológica católica, composta pelas atividades de Catequese, Pastoral do Batismo e Instituto Arquidiocesano de Formação na Fé;
2. Comissão de Comunicação: responsável pela elaboração de materiais, como revistas e livros (inclusive para escolas católicas), relativos à dimensão de comunicação da instituição, composta pelas atividades de Pastoral da Comunicação, Pastoral da Educação e Assessoria de Imprensa;
 3. Comissão de Dimensão Econômica e Dízimo: responsável pelas dimensões de ofertas e dízimo e administração dos bens da instituição, composta pelas atividades de Pastoral do Dízimo e Secretarias Paroquiais;
 4. Grupo de Animação Missionária: responsável pela organização de missões pela instituição, composta pelas atividades de Conselho Missionário da Arquidiocese, Pontifícia Obra da Infância e Adolescência Missionária, Conselho Missionário Seminarista e Grupos de Reflexões nas Famílias;
 5. Comissão da Dimensão Social: responsável por promover ações relacionadas ao atendimento de necessitados e promoção da dignidade da vida humana, composta pelas atividades da Campanha da Fraternidade, Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Pessoa com Deficiência, Pastoral dos Surdos, Pastoral da Saúde, Pastoral da Sobriedade, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral da Criança, Pastoral da AIDS, Pastoral do Povo de Rua, Pastoral Operária, Pastoral Carcerária, Pastoral Afro-Brasileira, Pastoral do Migrante, Pastoral Nipo-Brasileira, Pastoral dos Chineses e Pastoral Coreana;
 6. Comissão de Família e Vida: relacionada a funções que buscam fortalecer a vivência da fé por famílias cristãs, composta pelas atividades de Pastoral Familiar, Escola Pastoral Familiar Sagrada Família, Centro de Planejamento Familiar, Encontro de Casais com Cristo, Encontro Matrimonial, Equipes de Nossa Senhora, Movimento Familiar Cristão. Movimento de Irmãos, Movimento Familiar Filhos de Nossa Senhora de Guadalupe, Movimento de Casais Jovens, Movimento Focolares – Setor Novas Famílias, Casa Pró-Vida, Redescobrir, Programa Bom Pastor (Casais em Segunda União), Programa SOS Família, Núcleo de Bioética;
 7. Comissão do Conselho de Leigos: responsável por organizar a atividade e atuação dos leigos na instituição, composta pela atividade de Pastoral do Empreendedor;
 8. Comissão do Ecumenismo e do Diálogo Inter-religioso: responsável por

organizar ações ecumênicas e por promover diálogo com outras religiões não cristãs, composta pelas atividades de Movimento Ecumênico de Curitiba e pelo Movimento dos Focolares;

9. Comissão do Serviço de Animação Vocacional, Ministérios e Vida Consagrada: responsável pela promoção da vida vocacional, composta pelas atividades Serviço de Animação Vocacional, Promoção Vocacional dos Padres Diocesanos, Diaconado Permanente, Pastoral Presbiteral, Conselho de Ordens e Ministérios e Movimento Serra Clube Cidade Sorriso;
10. Comissão dos Movimentos Eclesiais: responsável pela articulação de movimentos eclesiais e diocesanos da organização, composta pelas atividades de Apostolado da Oração, Movimento Apostólico de Schoenstatt, Caminho Neocatecumenal, Capelinhas, Federação Mariana, Focolare Feminino e Masculino, Legião de Maria, Oficinas de Oração e Vida, Renovação Carismática, Rosário Perpétuo, Vigília Das Mães, Cursilhos e Movimento Mães que Oram pelos Filhos;
11. Comissão Litúrgica: responsável pela vida litúrgica e sacramental da instituição, composta pelas atividades de Coroinhas e Acólitos, Ministros Extraordinários da Sagrada Comunhão, Curso sobre Normas do Matrimônio, Arte Sacra e Bens Culturais e Animação e Canto Litúrgico;
12. Setor Juventude: responsável por organizar ações relacionadas à participação dos jovens na instituição, composta pelas atividades de Pastoral da Juventude, Pastoral Universitária, Ministério Jovem, Movimento *Regnum Christi*, Território Jovem, Treinamento de Lideranças Cristãs, Equipe de Jovens de Nossa Senhora, Jornada Jovem, Shai Jovem, Pastoral Juvenil Marista, Juventude Josefino Marelliana, Movimento Juvenil Dominicano, Juventude de Schoenstatt, Juventude Palotina, Pastoral da Juventude Cleliana, Juventude – Irmãs Paulinas, Comunidade Shalom, Comunidade Canção Nova, Comunidade Santa Cruz e Missão Fonte do Encontro Jovem;
13. Comissão das Novas Comunidades: responsável pela organização e desenvolvimento de novas comunidades e grupos católicos, composta pelas atividades Associação Maria Mãe da Igreja, Comunidade Associação Vale do Saron, Comunidade Bethânia, Comunidade Canção Nova, Comunidade Católica Rahamim, Comunidade Católica Shalom, Comunidade Colo de Deus, Comunidade de Aliança Católica Santa Cruz, Comunidade Filhos da

Misericórdia, Missão Fonte do Encontro, Comunidade Mãe da Unidade, Comunidade Pneuma, Comunidade Arca da Aliança, Comunidade Fonte de Misericórdia, Éfeta Comunidade Católica de Evangelização.

Ao relacionar as atividades presentes nas 13 comissões elencadas no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba com as variáveis elencadas na categoria “percepção de valor público das atividades da Igreja Católica” da Tabela 3, é possível verificar relacionamentos entre os elementos de forma a validar as variáveis identificadas a partir do marco teórico empírico de referência. A análise do relacionamento entre variáveis e atividades das comissões pode ser observada por meio da Tabela 6.

Tabela 6. Interseção entre comissões pastorais da Arquidiocese de Curitiba e atividades da Igreja Católica

Variável	Comissão(ões) relacionada(s)
(I) adorações	10, 11 e 13
(II) orações	10, 11 e 13
(III) meditações	10 e 13
(IV) doutrina	1, 2, 6, 10, 11 e 13
(V) curas	---
(VI) cultos	10, 11 e 13
(VII) rituais	1, 10, 11 e 13
(VIII) missões de recrutamento	4, 9 e 12
(IX) atividades de assistência social	5
(X) ações de solidariedade, caridade e serviço social	5
(XI) serviços de saúde	5
(XII) serviços de educação	2, 5 e 7
(XIII) programas de reabilitação para dependentes químicos	5

Como é possível observar por meio da Tabela 6, todas as variáveis elencadas na categoria “percepção de valor público das atividades da Igreja Católica” da Tabela 3, a respeito de construtos, definições, variáveis e categorias a serem aplicadas no estudo, contêm interseções com as comissões indicadas pela Arquidiocese de Curitiba e suas respectivas atividades, com exceção da variável (V) curas, que, por conta disto, candidatou-se à exclusão da lista de variáveis para o presente estudo.

Também se ressalta que não foram encontradas interseções entre as variáveis e as comissões pastorais 3 (Comissão de Dimensão Econômica e Dízimo) e 8 (Comissão do Ecumenismo e do Diálogo Inter-religioso). Tal fato pode ser explicado por essas comissões envolverem funções que não estão relacionadas diretamente com o atendimento de sua missão social, portanto não ocorrendo por meio destas atividades a geração de valor público para a sociedade. Tendo como base o modelo PVSC de Moore (2003), pode-se depreender que tais funções estariam mais bem relacionadas com as perspectivas de legitimidade e apoio

(Comissão do Ecumenismo e do Diálogo Inter-religioso) e capacidades operacionais (Comissão de Dimensão Econômica e Dízimo), elementos importantes para a gestão das organizações públicas e sem fins lucrativos para que ela tenha condições de maximizar sua geração de valor público, contudo não compondo a perspectiva da missão social.

4.1.2 Entrevista com Membro da Arquidiocese

Com a finalidade de validar a análise realizada a partir das informações apresentadas no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba, foi realizada uma entrevista com um assessor do setor de Ação Evangelizadora, área responsável pelas comissões pastorais da instituição. O procedimento, com duração de 45 minutos, ocorreu na sede da Arquidiocese de Curitiba no mês de agosto de 2018. Na ocasião, obteve-se ciência e autorização do assessor para o prosseguimento da pesquisa, o que foi formalizado por meio de uma carta de apresentação, conforme modelo apresentado no Apêndice C.

Os resultados obtidos na entrevista são apresentados nas Tabelas 7 e 8, sendo apresentada na primeira a validação das variáveis relacionadas às atividades da Igreja Católica e, na segunda, a validação das variáveis relacionadas aos resultados.

Tabela 7. Validação das variáveis com a Arquidiocese de Curitiba: atividades

Atividades	Realizada?	Forma	Escala
(I) adorações	Sim	'De forma periódica, (...) especificamente, adoração ao Santíssimo Sacramento mesmo, (...) através de leitura orante da palavra de Deus, de louvores (...).'	7
(II) orações	Sim	'As orações das formas mais diversas também, dentro e fora das celebrações, dentro e fora das orações, temos grupos de oração que se reúnem para fazer a leitura do Evangelho, (...) de forma periódica, também.'	7
(III) meditações	Sim	'Não é tão evidente, <i>né</i> , remonta da própria palavra em si que talvez <i>tá</i> ligada a uma questão mais oriental (...), e a origem da igreja é oriental.'	7
(IV) curas	Não	---	
(V) doutrina	Sim	'Catequeses, formações bíblicas, ações acerca do magistério da Igreja, também de forma periódica, de acordo com a organização de cada paróquia ou de cada estrutura.'	8
(VI) cultos	Sim	'Missas, as próprias adorações, as orações, as meditações... Tudo isso poderia compreender como um momento de culto. São semelhantes.'	8
(VII) rituais	Sim	'São os sacramentos: ritual do batismo (...), a missa também é um ritual, (...) o casamento.'	8
(VIII) missões de recrutamento	Não	---	
(IX) atividades de assistência social	Sim	'Muito amplo, nós temos, acho que, 16 pastorais voltadas para trabalhos sociais, desde a Pastoral da AIDS, Pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral da Pessoa Deficiente, Pastoral do Surdo, Pastoral do Povo de Rua...'	10
(X) ações de solidariedade, caridade e serviço social	Sim	'Essas duas estão meio se conversando (em referência ao item anterior), também é muito amplo. (...) as panificadoras comunitárias que a gente tem também.'	10
(XI) serviços de saúde	Sim	'Também <i>tá</i> envolvido dentro da dimensão social para a gente, pela pastoral da saúde (...) ela trabalha mais na garantia de direitos. (...) Santa Casa, os hospitais, muitos hospitais são ligados à Igreja: o (Hospital) Cajuru hoje, por exemplo, o Cajuru é dos Maristas, os Maristas é Igreja. O (Hospital) Nossa Senhora das Graças é das Irmãs, é Igreja também.'	10
(XII) serviços de educação	Sim	'Pelas instituições católicas Jesuítas, os Franciscanos, os Maristas, as Apóstolas. Há muitos colégios, dos Missionários do Sagrado Coração, todos eles ligados à Igreja.'	10
(XIII) programas de reabilitação para dependentes químicos	Sim	' <i>Tá</i> dentro deste contexto da dimensão social também, como instituições parceiras. Se a gente for ver, nós temos muitas organizações católicas que trabalham com pessoas, <i>né</i> , dependentes químicos.'	10
(NOVO) missões de evangelização	Sim	'São saídas, visitas mesmo. São saídas nas ruas, nas casas, estado permanente de missão.'	8

Tabela 8. Validação das variáveis com a Arquiocese de Curitiba: resultados

Resultados	Realizado?	Forma	Escala
(I) consciência social e comunitária / promover motivação para atividades assistenciais ou voluntárias	Sim	‘Por exemplo, os Maristas fazem um trabalho de... não somente de assistencialismo, mas também de emancipação dos lugares. (...) Fui beneficiado e agora eu preciso beneficiar outros também.’	8
(II) inclusão social	Sim	‘É o desejo. (...) Através da garantia de direitos dela, através da promoção da saúde, através de uma educação com qualidade, através de uma segurança melhor pra todos. (...) Através de reconhecer essa pessoa como um sujeito de direitos também, de direitos e deveres.’	8
(III) garantia de direitos	Sim	‘Através da inclusão social, através da luta por direitos e de perceber o cidadão como um sujeito de direitos e de deveres. (...) na perspectiva que essa pessoa vá caminhando e vai reconhecendo, vá se reconhecendo também como protagonista da própria história.’	8
(IV) saúde	Sim	‘Através de projetos, estruturas físicas, também estrutura humana... espaço mesmo, espaço físico para que a promoção, para que esse resultado da saúde aconteça. (...) Hospitais, as próprias igrejas que são disponibilizadas às vezes para alguma questão de tratamento de saúde. (...) Nessa perspectiva de resultado, a Igreja dá suporte para que também as pessoas possam buscar também as melhorias para a sua vida.’	10
(V) educação	Sim	‘Diante de todas as instituições católicas que dão suporte na área da educação, né, o resultado é positivo, porque as instituições católicas hoje não são só católicos que buscam (...) porque ela é de qualidade.’	10
(VI) segurança, combate à criminalidade e violência	Sim	‘Sim, se for nessa perspectiva da cultura de paz, sim, mas não no combate em si da criminalidade, mas indiretamente cultivando uma cultura da paz. (...) Por exemplo, a Campanha da Fraternidade desse ano, que foi para falar sobre a superação da violência.’	10
(VII) economia	Sim	‘Enquanto um valor de justiça social, sim. (...) Através das reflexões sobre a justiça social.’	8
(VIII) valores morais	Sim	‘Através dos ensinamentos dados, das estruturas já colocadas (...). Através da doutrina da Igreja, do catecismo da Igreja Católica que nos orienta enquanto cristãos, os documentos.’	10
(IX) cultura	Sim	‘A igreja em si é cultural, né, ela traz um legado histórico que compõe a cultura de um povo. Toda sua estrutura é cultural, ela é a cultura em si, a cultura de um povo está baseada em uma religião. O cristianismo, a Igreja Católica é cultura em si, ela é inculturada, é aculturadora.’	10
(X) bem-estar individual	Sim	‘Através da própria experiência do transcendente, com Deus. (...) Eu preciso ter uma religião para poder afagar meus dramas humanos, entende? E quanto isto, realmente, ela é, ela vem me dar esse auxílio (...) ela me dá respostas para aquilo que às vezes eu não tenho de imediato. (...) ela nos dá respostas que o mundo não dá.’	10
(XI) redistribuição de renda	Sim	‘Se a gente for olhar para a Igreja, ela é filantrópica. (...) ela destina, da sua forma, da sua estrutura de organização, ela destina para quem não tem. (...) através da filantropia.’	10

Como é possível observar por meio da Tabela 7, a quase totalidade das atividades extraídas a partir do referencial teórico e indicadas dentre os construtos da pesquisa foram indicadas como realizadas pela Arquidiocese de Curitiba. Quanto às atividades não observadas como realizadas pela instituição, ressalta-se em primeiro lugar a atividade de “curas”, fato que coaduna com a análise previamente realizada a partir de informações presente no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba, motivo pelo qual levou-se à exclusão dessa variável para o levantamento junto à comunidade.

Ainda quanto às atividades não observadas como realizadas pela instituição estudada, notou-se que a Arquidiocese de Curitiba entende que não concretiza a atividade de “missões de recrutamento”. Por outro lado, o representante da Arquidiocese afirmou que a instituição realiza, por meio de suas estruturas subordinadas, a atividade de “missões de evangelização”, que também é apresentada na Tabela 7, sendo esta a única atividade acrescentada à categoria.

Já quanto à Tabela 8, que apresenta os resultados indicados pelo referencial teórico como gerados por organizações religiosas, pode-se observar que a entrevista resultou na validação de todos os resultados como sendo oferecidos pela Arquidiocese de Curitiba. Além disto, o entrevistado não indicou a necessidade de se acrescentar quaisquer resultados a esta categoria.

Como resultado dos procedimentos indicados nos itens 4.1.1 e 4.1.2, portanto, ocorreram as seguintes alterações nas variáveis da categoria de atividades: (I) exclusão da variável “curas”; (II) substituição da variável “missões de recrutamento” pela variável “missões de evangelização”. Essas alterações foram incorporadas no questionário utilizado para a realização de levantamento junto aos membros da sociedade.

4.2 QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos com o questionário aplicado à comunidade, estando estruturada em: (I) descrição da amostra; (II) resultados da análise fatorial exploratória; (III) resultados dos modelos de regressão, tanto em geral quanto especificamente para cada grupo religioso e para os grupos de *stakeholders* normativos, além do modelo final com a inclusão das variáveis “religião” e “*stakeholder*”.

4.2.1 Descrição da Amostra

Após a validação das variáveis com o representante da Arquidiocese de Curitiba e a validação do questionário por mestres e doutores (validação aparente e de construto e pré-teste), procedeu-se à aplicação do questionário à comunidade. Foram registradas, no total, 851 respostas entre os dias 18/08/2018 a 16/09/2018. Destas respostas, três foram excluídas por apresentarem indícios de duplicidade, enquanto 116 respostas foram desconsideradas deste processo de análise por terem sido realizadas por indivíduos que residem em localidades distintas à área geográfica de interesse. Assim sendo, a análise foi iniciada considerando um conjunto de 732 respostas. Apresenta-se na Tabela 9 a descrição da amostra.

Tabela 9. Descrição da amostra

Dado / Variável	Categoria	Quant.	%
Município	Curitiba/PR	605	82,65%
	Colombo/PR	50	6,83%
	Campo Largo/PR	39	5,33%
	Pinhais/PR	34	4,64%
	Outros	4	0,55%
Religião	Católico romano	431	58,88%
	Outra religião	180	24,59%
	Não possui religião	112	15,30%
	Indeterminado	9	1,23%
Gênero	Feminino	402	54,92%
	Masculino	321	43,85%
	Prefiro não responder	9	1,23%
Stakeholder	Nenhum relacionamento	358	48,91%
	Um relacionamento	197	26,91%
	Dois ou mais relacionamentos	177	24,18%
Escolaridade	Fundamental incompleto	8	1,09%
	Fundamental completo	27	3,69%
	Ensino médio completo	203	27,73%
	Superior completo	494	67,49%
Renda Familiar	Até R\$ 1.908,00	54	7,38%
	De R\$ 1.908,01 até R\$ 3.816,00	164	22,40%
	De R\$ 3.816,01 até R\$ 9.540,00	329	44,95%
	De R\$ 9.540,01 até R\$ 19.080,00	136	18,58%
	Acima de R\$ 19.080,01	49	6,69%
Dado / Variável	Descritivos		
Idade (anos)	Média:		33,82
	Mediana		31
	Desvio Padrão:		12,14
	Mínimo:		13
	Máximo:		81
Estado de saúde atual	Média:		8,36
	Mediana		9
	Desvio Padrão:		1,49
	Mínimo:		1
	Máximo:		10

Tomando como base as informações apresentadas na Tabela 9, ressalta que, quanto aos municípios, foram concentradas no campo “Outros” as respostas obtidas de residentes nos municípios de Almirante Tamandaré, Campo Magro, Palmeira e Rio Branco do Sul (uma resposta cada).

Quanto às religiões, foram classificadas na Tabela 9, no campo “Outras Religiões”, as respostas obtidas indicando as seguintes denominações religiosas: Protestante / Evangélico (106 respostas, 14,48%), Espírita (38 respostas, 5,19%), Católico Ortodoxo (21 respostas, 2,87%), Umbanda / Candomblé (oito respostas, 1,09%), Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e Bahá’í (duas respostas cada, 0,55%), Católico Grego, Seicho-no-ie e Messiânica (uma resposta cada, 0,41%).

Já as indicadas como “Indeterminado”, oito respostas foram assim classificadas pois, por conta da possibilidade de preenchimento alternativo em campo aberto, não foi possível determinar objetivamente sobre a qual grupo religioso o respondente se identifica ou se não há nenhuma identificação (preenchimentos como “cristão”, “sou cristão”, “não atuo com tanta frequência”, “frequento vários ambientes”, “pessoal” e “Bíblia Sagrada”). Além disto, um respondente também foi classificado como “Indeterminado” pelo fato de informar uma religião na questão pertinente a este tema enquanto informou não possuir religião na questão que indagou se o indivíduo se considerava como um religioso praticante.

Quanto à categorização dos respondentes de acordo com o relacionamento com a Igreja Católica, 347 indivíduos (47,4%) foram classificados como fiéis ou consumidores por se reconhecerem como frequentadores das atividades religiosas da instituição; 199 (27,19%) se identificaram como doadores / financiadores ou voluntários; cinco (0,68%), como funcionários ou membros da hierarquia; enquanto dois (0,27%) declararam receber algum benefício assistencial da Igreja Católica. Quanto à escolaridade, destaca-se que, dentre os que possuem ensino superior, 183 possuem grau de especialista (25% do total de respondentes) como último grau de instrução e 167 possuem a graduação como último grau de instrução (22,81% do total de respondentes); já dentre os que possuem o ensino médio completo, destaca-se que 168 declararam que possuem, no momento, curso de graduação incompleto (22,95% do total de respondentes).

A partir deste conjunto de dados, procedeu-se à análise de acordo com o protocolo de pesquisa indicado no capítulo de procedimentos metodológicos, iniciando-se pela análise fatorial.

4.2.2 Análise Fatorial Exploratória

Considerando o objetivo específico (I) e a hipótese de pesquisa (II), procedeu-se à análise fatorial exploratória, considerando as variáveis indicadas nos construtos “atividades” e “resultados” (12 atividades e 11 resultados). Os procedimentos elencados seguem o protocolo de análise definido para esta etapa (Tabela 4), iniciando-se pela validação de pressupostos.

O procedimento [1] do protocolo de análise para realização da análise fatorial exploratória é o teste KMO que, realizado por meio do *software* SPSS® indicou o resultado de 0,961, estatística que, de acordo com Fávero e Belfiore (2017), reflete que a adequação global da análise fatorial para a amostra.

O procedimento [2] do protocolo de análise indicou a realização do teste de esfericidade de Bartlett. Realizado por meio do *software* SPSS®, o teste apontou p-valor = 0,000 ($X^2 = 18.484,24$; graus de liberdade (df) = 253), portanto, como o p-valor é inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula que não há correlação suficiente entre as variáveis, admitindo-se que a análise fatorial é apropriada para a amostra por ser possível extrair fatores a partir das variáveis em análise (Fávero & Belfiore, 2017).

O procedimento [3] do protocolo de análise solicita a realização do cálculo da estatística Alpha de Cronbach. Realizado por meio do *software* SPSS®, a estatística revelou o resultado de 0,973 para 23 variáveis. Como o parâmetro dado por Fávero e Belfiore (2017) para que se considere o banco de dados interessante quanto à consistência interna de suas variáveis é de um resultado maior que 0,6, é possível considerar que as escalas utilizadas no instrumento são consistentes para a definição das variáveis do estudo, portanto, adequadas para a realização da análise fatorial exploratória.

O procedimento [4] do protocolo de análise indica o exame da matriz de correlações para justificar a aplicação da análise fatorial. De acordo com Hair et al. (2009), a verificação de uma quantidade substancial de correlações parciais iguais ou inferiores a 0,3 pode indicar que a análise fatorial é inapropriada para a base de dados. Os resultados fornecidos pelo *software* SPSS® não revelaram a existência de correlações parciais abaixo de 0,3 (mínimo: 0,392 entre “Rituais” e “Reabilitação de Dependentes Químicos”), o que reforça a adequabilidade da base de dados para a análise fatorial.

O procedimento [5] do protocolo de análise aponta para a verificação da MSA que, de acordo com Hair et al. (2009, p. 110), examina “... o grau de intercorrelações entre as

variáveis e a adequação da análise fatorial”. A verificação realizada a partir do *software* SPSS®, por meio de matriz anti-imagem, indicou que todas as correlações possuem medida superior a 0,8, o que, para Hair et al. (2009) denota um resultado classificado como ‘admirável’, estando acima do resultado mínimo aceitável de 0,5 para cada variável (mínimo: 0,918 para “Serviços de Educação”; máximo: 0,987 para “Missões”).

Com a validação dos pressupostos para a realização da análise fatorial, seguiu-se para o procedimento [6] do protocolo de análise, que é verificação da variância total explicada, procedimento que determina a quantidade de fatores a serem extraídos a partir das variáveis do banco de dados. Os resultados fornecidos pelo *software* SPSS® indicaram a existência de três fatores, considerando o critério de Kaiser em levar em conta apenas os fatores que apresentaram autovalor superior a 1 (fator 1: 14,408; fator 2: 1,901; fator 3: 1,225; fator 4: 0,715) (Fávero & Belfiore, 2017; Hair et al., 2009). Contemplando os três fatores, estes acumulam 76,24% da variância total das variáveis originais, o que é observado como adequado por Hair et al. (2009) ao considerar como satisfatória uma solução fatorial que explique ao menos 60% da variância total.

O procedimento [7] do protocolo de análise é a verificação das comunalidades. De acordo com Hair et al. (2009), variáveis com comunalidades acima de 0,5 possuem capacidade suficiente de explicação na solução fatorial. Os resultados fornecidos pelo *software* SPSS® indicaram que, pelo método de análise de componentes principais, todas as variáveis elencadas possuem comunalidade suficiente (mínimo: 0,648 para “Bem-Estar”; máximo: 0,889 para “Serviço Social”).

O procedimento [8] do protocolo de análise trata da avaliação dos resíduos entre correlações observadas e reproduzidas. De acordo com Field (2009), um percentual de 50% de resíduos com valores absolutos maiores que 0,05 pode ser preocupante. Os resultados fornecidos pelo *software* SPSS® na verificação das correlações reproduzidas indicaram que 12% dos resíduos possuem valores absolutos maiores do que 0,05, percentual inferior ao indicado por Field (2009) como ponto de alerta para a solução fatorial.

O procedimento [9] do protocolo de análise conduziu para o início da interpretação dos fatores, ocorrendo nesta etapa a avaliação das cargas fatoriais. Conforme Hair et al. (2009, p. 120), “apesar de cargas fatoriais de $\pm 0,30$ a $\pm 0,40$ serem minimamente aceitáveis, valores maiores que $\pm 0,50$ são geralmente considerados necessários para significância prática”. A Tabela 10 apresenta a matriz de componente rotativa gerada a partir das variáveis em estudo, que utilizou o método de rotação Varimax e convergida em seis rotações.

Tabela 10. Matriz de componente rotativa – modelo original

Variáveis	Componente		
	1	2	3
Cultos	0,870		
Rituais	0,833		
Orações	0,809		
Doutrina	0,796		
Adorações	0,763		
Meditações	0,719		
Missões de evangelização	0,687		0,451
Crescimento econômico		0,803	
Redistribuição de renda		0,772	
Garantia de direitos		0,749	
Saúde		0,742	
Educação		0,722	0,426
Segurança		0,697	
Inclusão social		0,635	0,440
Consciência social		0,529	0,527
Cultura	0,435	0,516	0,467
Assistência social			0,871
Serviço social			0,869
Reabilitação de dependentes			0,805
Serviços de educação		0,507	0,683
Serviços de saúde		0,479	0,677
Bem-estar	0,418	0,421	0,544
Valores morais	0,472	0,402	0,531

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

A Tabela 10 leva em consideração a sugestão de Field (2009) pela supressão de valores absolutos inferiores a 0,4, de modo a facilitar a análise de identificação das variáveis aos fatores. Como é possível observar, as variáveis “Missões de Evangelização”, “Educação”, “Inclusão Social”, “Consciência Social”, “Cultura”, “Serviços de Educação”, “Serviços de Saúde”, “Bem-Estar” e “Valores Morais” apresentaram cargas fatoriais elevadas em dois ou três fatores, ou seja, são variáveis com carga cruzada.

De acordo com a orientação dada por Hair et al. (2009), as referidas variáveis foram eliminadas do estudo, o que exigiu reespecificar o modelo fatorial. O modelo reespecificado retornou os resultados apresentados na Tabela 11 em sua matriz de componente rotativa.

Como é possível verificar na Tabela 11, o modelo reespecificado não apresentou cargas fatoriais cruzadas nas variáveis mantidas, sendo esta, portanto, considerada uma solução fatorial aceitável (Hair et al., 2009).

Tabela 11. Matriz de componente rotativa – modelo reespecificado

Variáveis	Componente		
	1	2	3
Cultos	0,872		
Rituais	0,841		
Orações	0,815		
Doutrina	0,793		
Adorações	0,775		
Meditações	0,722		
Crescimento Econômico		0,831	
Redistribuição de Renda		0,802	
Saúde		0,759	
Garantia de Direitos		0,741	
Segurança		0,732	
Assistência Social			0,887
Serviço Social			0,880
Reabilitação de Dependentes			0,807

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Adicionalmente, foram novamente realizados os procedimentos de [1] a [8], de forma a validar os pressupostos e a extração dos fatores para o modelo reespecificado, conforme protocolo apresentado na Tabela 4:

- Procedimento [1]: o teste KMO obteve resultado de 0,934, apontando adequação de análise fatorial para a amostra (Fávero & Belfiore, 2017);
- Procedimento [2]: o teste de esfericidade de Bartlett apresentou p-valor = 0,000 ($X^2 = 10.363,93$; $df = 91$), ou seja, resultado que indica que a análise fatorial para a amostra pode ser considerada apropriada (Fávero & Belfiore, 2017);
- Procedimento [3]: a estatística Alpha de Cronbach relevou o resultado de 0,953 para 14 itens, indicando a adequação de análise fatorial para a amostra (Fávero & Belfiore, 2017);
- Procedimento [4]: a matriz de correlações manteve correlação parcial mínima de 0,392 (“Rituais” x “Reabilitação de Dependentes Químicos”), indicando que as variáveis são adequadas para a realização da análise fatorial exploratória (Hair et al., 2009);
- Procedimento [5]: a verificação da MSA apresentou valor mínimo de 0,857 (para “Assistência Social”) e valor máximo de 0,973 (para “Reabilitação de Dependentes”), resultados ainda considerados ‘admiráveis’ e acima dos níveis aceitáveis para realização da análise fatorial (Hair et al., 2009);
- Procedimento [6]: a variância total explicada manteve, considerando o critério de Kaiser, três fatores (fator 1: 8,729; fator 2: 1,519; fator 3: 1,105; fator 4: 0,415), acumulando 81,09% da variância total das variáveis originais,

sustentando-se como uma solução satisfatória (Fávero & Belfiore, 2017; Hair et al., 2009);

- Procedimento [7]: esta verificação indicou que as variáveis mantidas possuem comunalidade suficiente para a formação de fatores (mínimo: 0,751 para “Segurança”; máximo: 0,924 para “Assistência Social”) (Hair et al., 2009);
- Procedimento [8]: as correlações reproduzidas indicaram 16 resíduos (17%) com valores absolutos maiores que 0,05, mantendo-se adequadas de acordo com o parâmetro dado por Field (2009).

Como procedimento [10], seguiu-se para a rotulagem dos fatores, no qual se busca “... designar algum significado para o padrão de cargas fatoriais” (Hair et al., 2009, p. 122). De acordo com a Tabela 11, o modelo reespecificado resultou na formação de três fatores, sendo possível observar que o componente 1 concentra atividades de caráter religioso, o componente 3 concentra atividades de caráter social e que o componente 2 concentra os resultados mantidos no modelo. Dessa forma, rotula-se:

- Componente 1: atividades religiosas;
- Componente 2: resultados;
- Componente 3: atividades sociais.

Ressalta-se, portanto, que a existência de dois fatores para atividades, sendo um de caráter religioso e outro de caráter social, além de um fator para resultados, está ao encontro da hipótese de pesquisa (II) indicada para o objetivo específico (I).

Conforme previsto no protocolo de análise, seguiu-se para os procedimentos de validação da análise fatorial, o que foi realizado por meio do *software* IBM Amos®. O procedimento [11] indica a verificação da normalidade dos dados pela observação dos valores de curtose e achatamento. Com base nos testes realizados por meio do *software* IBM Amos® e considerando a totalidade de respostas (732), não foram observados indícios de afastamento de uma distribuição normal, haja vista que os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 1,019) e os valores absolutos de achatamento estão abaixo de dois (máximo observado: 1,154) (Marôco, 2014).

Quanto ao procedimento [12], este teve por objetivo verificar a existência de *outliers* na amostra da pesquisa. A análise do D^2 de Mahalanobis indicou a presença de quatro *outliers*, caracterizados por valores de p_1 e p_2 inferiores a 0,05 e uma diferença considerável no valor

de D^2 de Mahalanobis em relação ao restante das respostas (Marôco, 2014). Com isso, foram retiradas as observações 102 ($D^2 = 116,469$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 356 ($D^2 = 77,366$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 696 ($D^2 = 76,290$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$) e 698 ($D^2 = 73,118$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$) para a avaliação de cenários com *outliers* e sem *outliers* com base nos índices de ajustamento.

Para verificar se o modelo ajustado (sem *outliers*), doravante modelo 2, pode ser considerado vantajoso em relação ao modelo original, doravante modelo 1, seguiu-se para o procedimento [13] do protocolo de análise, que aponta para a verificação dos índices de ajustamento do modelo fatorial, tomando como base os parâmetros sugeridos por Hair et al. (2009) e Marôco (2014). Os resultados dos índices de ajustamento para os dois modelos são apresentados na Tabela 12.

Tabela 12. Índices de ajustamento - modelos 1 e 2

Índice	Parâmetros	Modelo 1	Modelo 2
	$X^2(df)$: quanto menor – melhor	627,905(74)	651,625(74)
X^2	p-valor: maior que 0,05 – modelo não medíocre	0,000	0,000
	X^2/df : menor do que 2 – ajustamento bom	8,485	8,806
CFI	Maior que 0,9 – ajustamento bom	0,946	0,945
GFI	Maior que 0,9 – ajustamento bom	0,886	0,883
RMSEA	Menor que 0,5 – ajustamento bom	0,101	0,104
	p-valor: maior que 0,05 – modelo não medíocre	0,000	0,000
MECVI	Quanto menor – melhor	0,946	0,983

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar a partir da Tabela 12, o modelo 2 não apresentou melhoras nos índices de ajustamento em comparação ao modelo 1, mantendo valores insatisfatórios para X^2 (ajustamento mau), GFI (ajustamento sofrível) e RMSEA (ajustamento inaceitável) e aumentando o valor para MECVI (Marôco, 2014). Desta feita, optou-se por realizar a sequência da validação do modelo fatorial com base no modelo 1, já que tais resultados sugerem que os problemas identificados nos índices de ajustamento do modelo provêm do próprio conjunto de dados, não estando relacionados aos *outliers*.

Na sequência, conforme o protocolo de análise, seguiu-se para o procedimento [14], quanto à verificação dos índices de modificação (MI), tomando como base os procedimentos sugeridos por Marôco (2014). Nesta etapa, o *software* IBM Amos® revelou a existência de correlações entre erros e a correlação entre erros e fatores. Tratadas em um primeiro momento as correlações entre erros, identificou-se:

- “Doutrina” x “Meditações” (MI = 21,271);
- “Cultos” x “Adorações” (MI = 30,499);

- “Saúde” x “Garantia de Direitos” (MI = 13,256);
- “Crescimento Econômico” x “Redistribuição de Renda” (MI = 27,389);
- “Crescimento Econômico” x “Segurança” (MI = 17,740);
- “Segurança” x “Reabilitação de Dependentes” (MI = 13,607);
- “Orações” x “Meditações” (MI = 110,920);
- “Orações” x “Adorações” (MI = 32,869);
- “Rituais” x “Meditações” (MI = 30,433);
- “Cultos” x “Rituais” (MI = 103,955);
- “Rituais” x “Segurança” (MI = 11,424);
- “Rituais” x “Orações” (MI = 57,377).

Tais correlações foram previstas no modelo fatorial, contudo, neste novo cenário, apontou-se uma nova correlação entre erros (“Rituais” x “Meditações” - MI = 11,775), que também foi incluída, na sequência, no modelo fatorial (modelo 3).

Quanto às correlações entre erros e fatores no modelo 3, após o apontamento das correlações entre erros foram observadas altas covariâncias entre o fator “atividades sociais” e o erro da variável “Meditações” (MI = 39,449), problema confirmado pelo peso da regressão disponibilizado pelo *software* IBM Amos®. Diante dessa anomalia, optou-se por retirar do modelo a variável “Meditações” por possuir a menor carga fatorial de seu fator (atividades religiosas), abaixo de 0,8, apesar do suporte teórico em Serafim e Alperstedt (2012) em ser considerada uma atividade religiosa.

Após a retirada da variável “Meditações”, os índices de modificação foram reavaliados no modelo fatorial. Este novo modelo indicou as seguintes altas covariâncias entre erros: “Cultos” x “Adorações” (MI = 42,220); “Saúde” x “Garantia de Direitos” (MI = 12,839); “Crescimento Econômico” x “Redistribuição de Renda” (MI = 27,545); “Crescimento Econômico” x “Segurança” (MI = 18,163); “Segurança” x “Reabilitação de Dependentes” (MI = 13,584); “Orações” x “Adorações” (MI = 60,303); “Cultos” x “Rituais” (MI = 56,081); “Rituais” x “Orações” (MI = 39,639). Tais correlações foram novamente previstas no modelo fatorial e, da mesma forma como ocorrido no modelo anterior, apontou-se na sequência uma correlação entre erros de “Rituais” x “Meditações” (MI = 11,356), que também foi incluída, na sequência, no modelo fatorial (modelo 4).

Quanto às correlações entre erros e fatores no modelo 4, após o apontamento das correlações entre erros, observou-se alta covariância entre a variável “Orações” e o fator

“atividades sociais”, também confirmada pelo peso da regressão. Entretanto, neste caso, optou-se por manter esta variável no modelo fatorial, considerando a alta carga fatorial observada na mesma para o fator “atividades religiosas” (acima de 0,8) e também considerando como suporte a identificação desta atividade como uma atividade religiosa por Serafim e Alperstedt (2012). Por fim, apresenta-se na Tabela 13 os índices de ajustamento para os modelos 3 e 4 em comparação ao modelo 1.

Tabela 13. Índices de ajustamento - modelos 1, 3 e 4

Índice	Parâmetros	Modelo 1	Modelo 3	Modelo 4
	X ² (df): quanto menor – melhor	627,905(74)	235,270(62)	164,424(53)
X ²	p-valor: maior que 0,05 – modelo não medíocre	0,000	0,000	0,000
	X ² /df: menor do que 2 – ajustamento bom	8,485	3,795	3,102
CFI	Maior que 0,9 – ajustamento bom	0,946	0,983	0,988
GFI	Maior que 0,9 – ajustamento bom	0,886	0,956	0,967
	Menor que 0,5 – ajustamento bom	0,101	0,062	0,054
RMSEA	p-valor: maior que 0,05 – modelo não medíocre	0,000	0,010	0,248
MECVI	Quanto menor – melhor	0,946	0,442	0,331

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível notar a partir da Tabela 13, as alterações propostas no modelo com os procedimentos aqui detalhados promoveram melhorias significativas nos índices de ajustamento. Convém ressaltar, em primeiro lugar, que o modelo 3 (com a identificação das correlações entre erros) é significativamente superior ao modelo 1 (original) ao comparar o X² destes modelos (X²_{diferença} = 392,635(12); p-valor = 0,000), ao passo que o modelo 4 (sem a variável “Meditações” e com a identificação das correlações entre erros) é significativamente superior ao modelo 3 (X²_{diferença} = 70,846(9); p-valor = 0,000). Ainda, observa-se que as alterações realizadas promoveram melhorias na relação chi-quadrado/graus de liberdade (X²/df), que partiu de um mau ajustamento para um ajustamento sofrível; em CFI, partindo de um ajustamento bom para um ajustamento muito bom; GFI, que partiu de um ajustamento sofrível para um ajustamento muito bom; RMSEA, que partiu de um ajustamento inaceitável para aceitável e obteve p-valor suficiente para se considerar o modelo como não medíocre; e, MECVI, com uma relevante redução (Marôco, 2014). Desta forma, o modelo 4 foi considerado com o modelo fatorial com melhor ajustamento.

Tomando como base o modelo 4, seguiu-se ao protocolo de análise com a verificação da confiabilidade composta, de acordo com a etapa [15], bem como à verificação da variância extraída média, de acordo com a etapa [16]. A Tabela 14 resume os resultados obtidos nessas etapas.

Tabela 14. Confiabilidade composta e variância extraída média

Variável	Atividades sociais (R ²)	Resultados (R ²)	Atividades religiosas (R ²)
Reabilitação de Dependentes	0,781		
Serviço Social	0,967		
Assistência Social	0,967		
Saúde		0,870	
Garantia de Direitos		0,890	
Redistribuição de Renda		0,821	
Crescimento Econômico		0,807	
Segurança		0,816	
Orações			0,847
Cultos			0,903
Rituais			0,874
Doutrina			0,874
Adorações			0,842
CC	0,93412	0,92370	0,93868
Resultado	Adequada	Adequada	Adequada
VEM	0,82671	0,70803	0,75391
Resultado	Adequada	Adequada	Adequada

Nota: Fonte: dados da pesquisa

Como se observa por meio da Tabela 14, é possível afirmar, por meio da CC, que as variáveis são, consistentemente, manifestações do fator latente, já que os valores de CC são superiores a 0,7 (Hair et al., 2009; Marôco, 2014). Já por meio da VEM, nota-se que todos os fatores são capazes de explicar adequadamente o comportamento das variáveis a eles associadas, considerando como critério a obtenção de valor mínimo de 0,5 (Hair et al., 2009; Marôco, 2014). Segue-se para o procedimento [17], que indica a verificação da validade discriminante. Os resultados estão apresentados na Tabela 15.

Tabela 15. Validade discriminante

Fatores	r	R ²
Atividades religiosas > Resultados	0,755	0,576
Atividades sociais > Resultados	0,678	0,452
Atividades sociais > Atividades religiosas	0,561	0,321

Nota: Fonte: dados da pesquisa

Como é possível observar na Tabela 15, os resultados para a VD dos três fatores extraídos no modelo fatorial podem ser considerados adequados, já que o R² calculado a partir das correlações entre fatores indicadas pelo *software* IBM Amos® são inferiores à VEM de cada fator, indicando que os itens que formam determinado fator não estão correlacionados com os demais (Hair et al., 2009; Marôco, 2014). Com a realização dos procedimentos previstos até então no protocolo de análise, apresenta-se na Figura 4 o modelo resultante de três fatores.

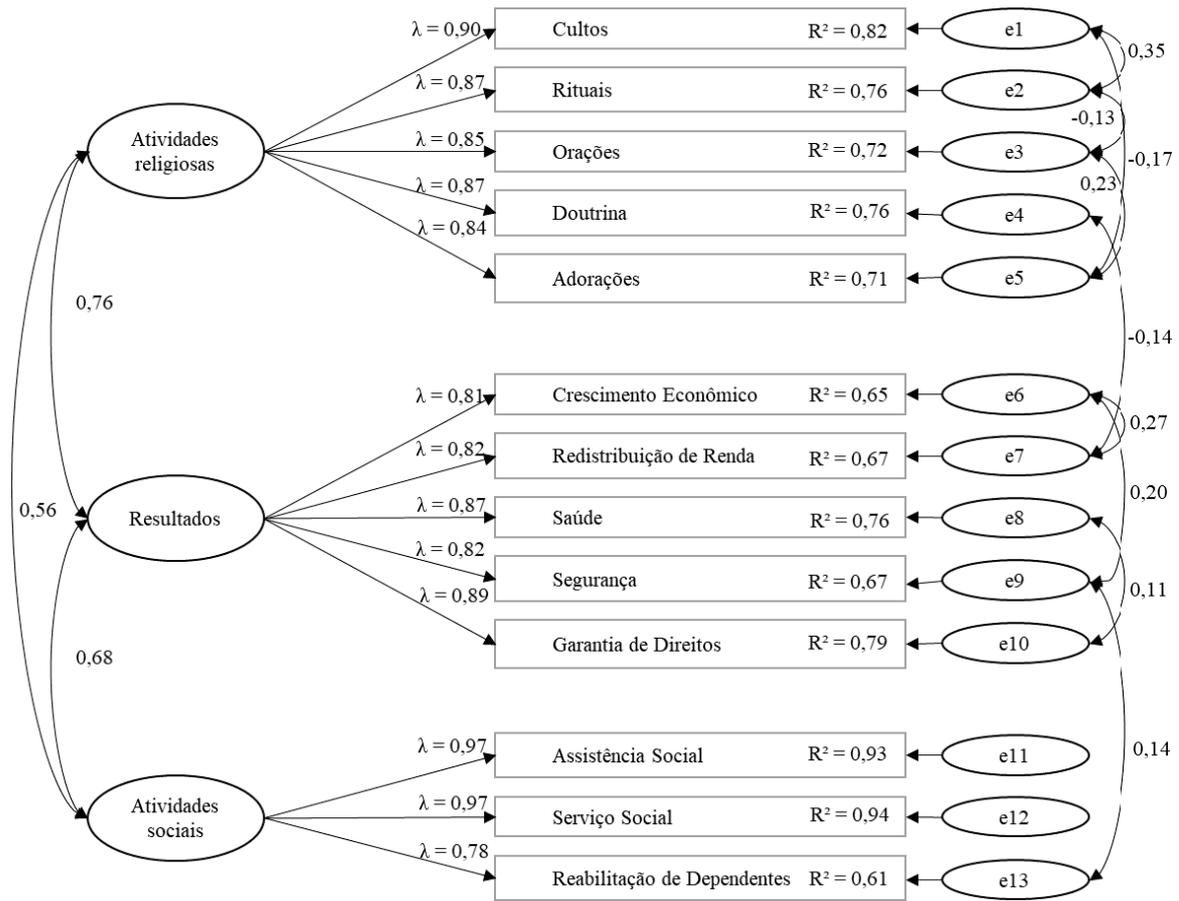


Figura 4. Modelo fatorial
 Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Observa-se na Figura 4 que, em todas as variáveis, os pesos dos fatores (λ) podem ser considerados elevados (superiores a 0,5) e as confiabilidades individuais (R^2) podem ser consideradas adequadas (superiores a 0,25) (Marôco, 2014), acatando-se o item [18] do protocolo de análise. Com isso, ao considerar apenas as variáveis validadas para cada fator, são apresentadas as Equações 1 a 3 para os fatores extraídos a partir desta análise, com base nos coeficientes padronizados:

$$\begin{aligned}
 & \textit{AtividadesReligiosas} \\
 & = 0,903\textit{Cultos} + 0,847\textit{Orações} + 0,874\textit{Rituais} + 0,874\textit{Doutrina} \\
 & + 0,842\textit{Adorações} \tag{1}
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 \textit{Resultados} & = 0,890\textit{GarantiaDeDireitos} + 0,870\textit{Saúde} \\
 & + 0,821\textit{RedistribuiçãoDeRenda} + 0,816\textit{Segurança} \\
 & + 0,807\textit{CrescimentoEconômico} \tag{2}
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 & \textit{AtividadesSociais} \\
 & = 0,967\textit{AssistênciaSocial} + 0,967\textit{ServiçoSocial} \\
 & + 0,781\textit{ReabilitaçãoDeDependentes} \tag{3}
 \end{aligned}$$

Com isso, reforça-se a existência de dois fatores para atividades, sendo um de atividades religiosas e outro de atividades sociais, além de um fator para resultados, estando convergente à hipótese de pesquisa (II) relacionada ao objetivo específico (I) dessa investigação e ao encontro do exposto por Serafim e Alperstedt (2012).

4.2.3 Regressão com Variáveis de Controle

Após a definição do modelo fatorial, prosseguiu-se para a elaboração de um modelo de regressão considerando os três fatores extraídos do banco de dados da pesquisa, a variável “valor público geral” como variável dependente e as variáveis de controle (“gênero”, “escolaridade”, “idade”, “renda familiar” e “estado de saúde atual”), neste momento identificado como ‘modelo completo’. Para tal, seguiu-se o protocolo de análise previsto na Tabela 5.

O modelo completo, em um primeiro momento, sofreu uma pré-análise, iniciada pela verificação da normalidade dos fatores pelo exame da curtose e do achatamento das variáveis, sendo o procedimento [1] do protocolo de análise. Não foram observados, neste modelo, indícios de afastamento de uma distribuição normal, já que os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 2,791) e os valores absolutos de achatamento estão abaixo de dois (máximo observado: 1,641) (Marôco, 2014).

O procedimento [2] conduz para a verificação da existência de *outliers*. A análise do D^2 de Mahalanobis indicou a presença de dois *outliers*, com valores de p_1 e p_2 inferiores a 0,05 e diferença considerável no valor D^2 em relação às demais observações (Marôco, 2014): 102 ($D^2 = 118,745$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$) e 696 ($D^2 = 94,430$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$). Após a retirada destes *outliers*, não foram observadas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 2,844; achatamento máximo: 1,647) e quanto a novos *outliers*.

Seguindo-se para o procedimento [3], verificou-se a possibilidade de existência de multicolinearidade entre as variáveis. O cálculo do fator de inflação da variância (VIF) realizado por meio do *software* SPSS® indicou valor máximo de 2,496 (para “resultados”), inferior ao valor de referência de cinco (5) dado por Marôco (2014), rejeitando-se tal possibilidade. Procedeu-se à etapa [4] do protocolo de análise, com o objetivo de verificação dos coeficientes estimados e p-valores dos pesos da regressão em relação à variável dependente. Os resultados são expressos na Tabela 16.

Tabela 16. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo completo

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,115	0,002
Atividades sociais	0,264	0,000
Resultados	0,578	0,000
Estado de saúde atual	0,049	0,204
Idade	0,009	0,066
Renda familiar	0,022	0,726
Escolaridade	-0,012	0,905
Gênero	-0,074	0,491

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Tabela 16, todas as variáveis de controle apresentaram p-valores acima de 0,05, ou seja, não apresentaram coeficientes significativos no modelo de regressão. Com isto, optou-se por retirar estas variáveis do modelo. Este novo modelo, doravante ‘modelo ajustado’, não revelou anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,019; achatamento máximo: 1,147) bem como não apresentou novos *outliers*. Quanto aos coeficientes estimados, estes são apresentados na Tabela 17.

Tabela 17. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo ajustado

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,123	0,000
Atividades sociais	0,254	0,000
Resultados	0,592	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é mostrado na Tabela 17, as variáveis do modelo de regressão não apresentaram p-valores acima de 0,05, ou seja, as três variáveis têm ajustamento significativo no modelo de regressão. Quanto ao procedimento [5] do protocolo de análise, realizado por meio do *software* SPSS®, a avaliação da significância global do modelo por meio do teste F indicou que há relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z = 432,158$; p-valor = 0,000) (Fávero & Belfiore, 2017).

O procedimento [6] conduz para a avaliação da capacidade de explicação da variável dependente pelo modelo de regressão. O R^2 fornecido pelo *software* IBM Amos® aponta que estas variáveis são capazes de explicar 67,7% do valor público geral indicado pelos respondentes. A Figura 5 apresenta o modelo de regressão resultante do processo de análise.

Como é possível notar a partir da Figura 5, o fator “resultados” é o que possui maior relevância no modelo, representando 58,88% do total dos pesos identificados. Em seguida, destaca-se o fator “atividades sociais”, que representa 26,57% dos pesos identificados e as “atividades religiosas”, que representam 14,55% dos pesos.

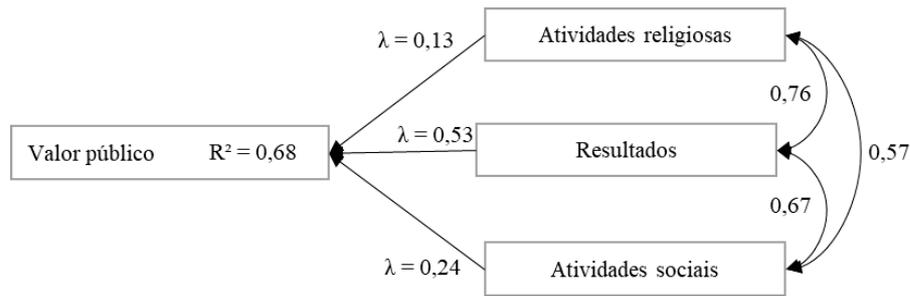


Figura 5. Modelo de regressão

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

A equação para esta regressão, com base nos coeficientes padronizados, é assim representada (Equação 4):

$$\text{ValorPúblico} = 0,534\text{Resultados} + 0,241\text{AtividadesSociais} + 0,132\text{AtividadesReligiosas} \quad (4)$$

Por fim, a Tabela 18 representa as estatísticas descritivas para a média dos fatores e variáveis, além da média para o valor público geral atribuído pelos indivíduos observados, considerando 99% de nível de confiança.

Tabela 18. Médias: modelo geral (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	Média (99% confiança)	
	Lim. Inf.	Lim. Sup.
Adorações	5,64	6,25
Orações	6,84 ^a	7,41 ^a
Doutrina	6,02 ^a	6,61 ^a
Cultos	6,11 ^a	6,69 ^a
Rituais	5,63	6,24
Atividades religiosas	6,07 ^a	6,61 ^a
Garantia de direitos	5,32	5,84
Saúde	5,38	5,91
Segurança	5,60	6,14
Crescimento econômico	4,48	5,03
Redistribuição de renda	4,32	4,89
Resultados	5,03	5,51
Assistência social	7,39 ^a	7,87 ^a
Serviço social	7,44 ^a	7,91 ^a
Reabilitação de dependentes	6,70 ^a	7,24 ^a
Atividades sociais	7,21 ^a	7,67 ^a
Valor público	6,55 ^a	7,03 ^a

Nota. (a) média acima de seis (6) no limite inferior da média

Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Ao examinar os resultados apresentados na Tabela 18, nota-se que, em geral, os

indivíduos observados consideram que a Igreja Católica, por meio de suas atividades e resultados, gera valor público à sociedade, já que a média entre 6,55 e 7,03 é superior ao valor crítico de seis (6) definido dentre as hipóteses de teste.

Mais especificamente, verifica-se que, mesmo possuindo o maior poder explicativo do modelo de regressão elaborado, o fator “resultados” e suas variáveis não podem ser considerados como geradores de valor público de acordo com a base de dados estudada. Por outro lado, as atividades sociais e suas variáveis (em especial, “assistência social” e “serviço social”) são reconhecidas pela amostra como as que possuem maior valor público, sendo seguidos pelas atividades religiosas, o que se deve principalmente às variáveis “orações”, “cultos” e “doutrina”. Ao comparar tais resultados com os escores atribuídos pelo membro da cúria (Tabelas 7 e 8), mostra-se uma congruência na atribuição de maior valor público para as atividades sociais em comparação às atividades religiosas quanto à geração de valor público. Por outro lado, não é possível afirmar o mesmo com relação aos resultados.

Neste momento, de acordo com a questão de pesquisa e a hipótese de pesquisa (I), sugere-se que as variáveis de atividades e respectivos fatores da Igreja Católica destacados na Tabela 18 são reconhecidos pela sociedade como geradoras de valor público, o que se dá com a rejeição da hipótese nula H_{A0} , estando ao encontro do indicado no referencial teórico desta investigação (Burity, 2007; Fagan, 1996; Gruber, 2005; Hagopian, 2009; Hull & Bold, 1989; Iannaccone, 1995; King & Furrow, 2004; Murta et al., 2008; Serafim & Alperstedt, 2012; Teixeira, 2011).

A partir deste modelo de regressão geral foram elaborados modelos de acordo com o perfil do respondente (relacionamento como *stakeholder* e religião), apresentados nos itens 4.2.3.1 e 4.2.3.2, respectivamente, com a finalidade de verificar a existência de diferenças entre os modelos e subsidiar o exame das hipóteses de pesquisa (III), (IV), (V) e (VI).

4.2.3.1 Regressão por Grupos de *Stakeholders*

Nesta etapa, procedeu-se à elaboração de modelos de regressão para cada perfil de relacionamento com a Igreja Católica, de modo a identificar a possibilidade da influência do *status* de *stakeholder* na percepção de geração de valor público gerado pela Igreja Católica. Ressalta-se que, por prudência, neste momento foram retiradas as observações cujos respondentes se identificaram como católicos ortodoxos (20 observações) ou católicos gregos

(uma observação), visto que, além da relevante similitude entre as religiões (o que poderia trazer prejuízos para uma identificação objetiva do viés de grupo), mesmo estas sendo religiões distintas ao catolicismo romano (predominante no Brasil), haveria a possibilidade de que os vínculos apontados com a Igreja Católica por estes respondentes se referissem, na verdade, aos seus relacionamentos com igrejas ortodoxas ou gregas, trazendo prejuízos para a identificação objetiva de diferenças de percepção de valor público de acordo com a teoria dos *stakeholders*.

Com isto, a amostra composta por 709 observações foi segregada em três grupos: (I) sem relacionamento (346 observações); (II) um relacionamento (190 observações) e (III) dois ou mais relacionamentos (173 observações). Iniciando-se pelos respondentes que declararam não possuir nenhum relacionamento com a Igreja Católica, a análise para obtenção do modelo de regressão também seguiu o protocolo de análise exposto na Tabela 5.

A análise se deu a partir da verificação da normalidade pelo exame da curtose e do achatamento das variáveis, procedimento [1] do protocolo. Não foram observados indícios de afastamento de uma distribuição normal, já que os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 1,184) e os valores absolutos de achatamento estão abaixo de dois (máximo observado: 0,798) (Marôco, 2014).

O procedimento [2], verificação da existência de *outliers* pelo D^2 de Mahalanobis, indicou a presença de um *outlier*, com valores de p_1 e p_2 inferiores a 0,05 e diferença considerável no valor D^2 em relação às demais observações (Marôco, 2014): 187 ($D^2 = 58,293$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$). Após a retirada deste *outlier*, não foram percebidas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,107; achatamento máximo: 0,800), bem como não foi observada a presença de novos *outliers*.

Seguindo-se para o procedimento [3], verificou-se a possibilidade de existência de multicolinearidade entre as variáveis do modelo. O cálculo do VIF indicou valor máximo de 1,883 (para “resultados”), inferior ao valor de referência de cinco dado por Marôco (2014), rejeitando-se esta possibilidade. Procedeu-se à etapa [4], com o objetivo de examinar os coeficientes estimados e p-valores dos pesos da regressão em relação à variável dependente. Os resultados são expressos na Tabela 19.

Tabela 19. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: sem relacionamentos (modelo completo)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,018	0,713
Atividades sociais	0,283	0,000
Resultados	0,662	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Tabela 19, o fator “atividades religiosas” apresentou p-valor acima de 0,05, ou seja, não apresentou coeficientes significativos neste modelo de regressão considerando apenas indivíduos sem relacionamento com a Igreja Católica. Com isto, optou-se por retirar a variável do modelo. Este novo modelo, doravante ‘modelo ajustado’, não revelou anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,037; achatamento máximo: 0,800) bem como não exibiu novos *outliers*. Quanto aos coeficientes estimados, estes são apresentados na Tabela 20.

Tabela 20. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: sem relacionamentos (modelo ajustado)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades sociais	0,287	0,000
Resultados	0,680	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Nota-se a partir da Tabela 20 que as variáveis do modelo ajustado não mostraram p-valores acima de 0,05, ou seja, as três variáveis apresentaram ajustamento significativo no modelo de regressão. Quanto ao procedimento [5] do protocolo de análise, a avaliação da significância global do modelo (teste F) indicou que há relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z = 207,137$; p-valor = 0,000) (Fávero & Belfiore, 2017).

Por fim, o procedimento [6], avaliação da capacidade de explicação da variável dependente pelo modelo de regressão por meio do R^2 , aponta que estas variáveis são capazes de explicar 57,9% do valor público geral indicado pelos indivíduos que não possuem relacionamentos com a Igreja Católica. A Figura 6 apresenta o modelo de regressão.

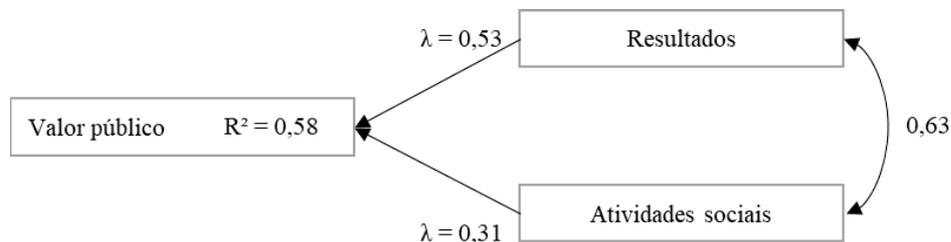


Figura 6. Modelo de regressão: sem relacionamentos

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Figura 6, o fator “resultados” é o que possui maior relevância para os católicos, representando 62,92% do total dos pesos identificados. Em seguida, destaca-se o fator “atividades sociais”, que representa 37,08% dos pesos

identificados.

A equação para esta regressão (Equação 5), com base nos coeficientes padronizados, é assim representada:

$$\text{ValorPúblico} = 0,526\text{Resultados} + 0,310\text{AtividadesSociais} \quad (5)$$

Na sequência, procedeu-se à verificação do modelo de regressão para o grupo de indivíduos que indicaram possuir uma forma de relacionamento com a Igreja Católica. Com o procedimento [1] do protocolo, a análise teve início com a verificação da normalidade pelo exame da curtose e do achatamento das variáveis. Não foram observados indícios de afastamento de uma distribuição normal, haja vista que os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 1,125) e os valores absolutos de achatamento estão abaixo de dois (máximo observado: 1,306) (Marôco, 2014).

O procedimento [2], verificação da existência de *outliers* pelo D^2 de Mahalanobis, não indicou a presença de *outliers*, de modo que se seguiu a análise para a verificação da possibilidade de existência de multicolinearidade entre as variáveis do modelo. O cálculo do fator de inflação da variância (VIF) indicou valor máximo de 2,070 (para “resultados”), inferior ao valor de referência de cinco (5) dado por Marôco (2014), rejeitando esta possibilidade. Procedeu-se à etapa [4], com o objetivo de verificação dos coeficientes estimados e p-valores dos pesos da regressão em relação à variável dependente. Os resultados são expressos na Tabela 21.

Tabela 21. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: um relacionamento (modelo completo)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,243	0,001
Atividades sociais	0,078	0,213
Resultados	0,455	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Tabela 21, o fator “atividades sociais” apresentou p-valor acima de 0,05, ou seja, não apresentou coeficientes significativos neste modelo de regressão considerando apenas indivíduos com um único relacionamento com a Igreja Católica. Com isto, optou-se por retirar o fator do modelo. O novo modelo, doravante ‘modelo ajustado’, não apresentou anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,024; achatamento máximo: 1,306) bem como não revelou novos *outliers*. Quanto aos coeficientes estimados, estes são apresentados na Tabela 22.

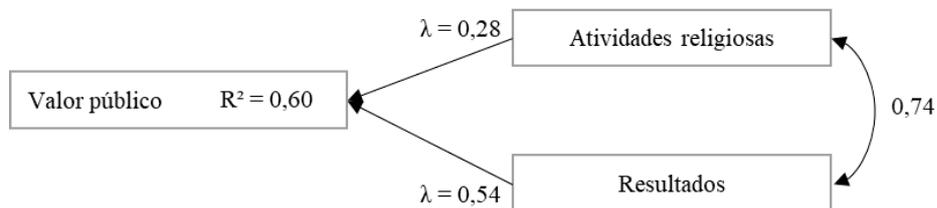
Tabela 22. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: um relacionamento (modelo ajustado)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,251	0,000
Resultados	0,484	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Nota-se a partir da Tabela 22 que as variáveis do modelo ajustado não apresentaram p-valor acima de 0,05, ou seja, as duas variáveis demonstraram ajustamento significativo no modelo de regressão. Quanto ao procedimento [5] do protocolo de análise, a avaliação da significância global do modelo (teste F) indicou que há relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z = 118,529$; $p\text{-valor} = 0,000$) (Fávero & Belfiore, 2017).

Por fim, o procedimento [6], a avaliação da capacidade de explicação da variável dependente pelo modelo de regressão, aponta que estas variáveis são capazes de explicar 59,8% do valor público geral indicado pelos indivíduos que possuem uma forma de relacionamento com a Igreja Católica. A Figura 7 apresenta o modelo de regressão.

**Figura 7.** Modelo de regressão: um relacionamento

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Figura 7, o fator “resultados” é o que possui maior relevância para os católicos, representando 66,1% do total dos pesos identificados. Em seguida está o fator “atividades religiosas”, que representa 33,9% dos pesos identificados. A equação para esta regressão (Equação 6), com base nos coeficientes padronizados, é assim representada:

$$\text{Valor Público} = 0,544\text{Resultados} + 0,279\text{AtividadesReligiosas} \quad (6)$$

Em um terceiro momento, analisou-se o modelo de regressão para o grupo formado por indivíduos que possuem duas ou mais formas de relacionamento com a Igreja Católica. Da mesma forma, a análise foi iniciada com a verificação da normalidade pelo exame da

curtose e do achatamento das variáveis, procedimento [1] do protocolo. Notou-se que os valores absolutos para a curtose ficaram abaixo de sete (máximo observado: 6,244), entretanto, foi observado um valor absoluto de achatamento acima de dois (máximo observado: 2,330), parâmetro dado por Marôco (2014), para a variável “Orações”, componente do fator “atividades religiosas”.

Seguiu-se a análise, de modo a avaliar se o problema de achatamento poderia ser derivado da presença de *outliers*. O procedimento [2], verificação da existência de *outliers* pelo D^2 de Mahalanobis, indicou a presença de três *outliers*, com valores de p_1 e p_2 inferiores a 0,05 e diferença considerável no valor D^2 em relação às demais observações (Marôco, 2014): 138 ($D^2 = 67,600$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$), 7 ($D^2 = 63,376$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$) e 149 ($D^2 = 58,136$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$).

Todavia, após a retirada destes *outliers*, observou-se que anomalia quanto ao achatamento se manteve para a variável “Orações” (curtose: 6,103; achatamento: 2,305). Não tendo sido observados novos *outliers*, bem como não tendo sido denotada a existência de multicolinearidade entre as variáveis do modelo (VIF máximo = 2,284 para “resultados”), procedeu à etapa [4], verificação dos coeficientes estimados e p-valores dos pesos da regressão em relação à variável dependente. Os resultados são expressos na Tabela 23.

Tabela 23. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: dois ou mais relacionamentos (modelo completo)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,080	0,328
Atividades sociais	0,440	0,000
Resultados	0,294	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Tabela 23, o fator “atividades religiosas” registrou p-valor acima de 0,05, ou seja, não apresentou coeficientes significativos para o grupo de indivíduos com dois ou mais relacionamentos. Aliado ao fato da existência de achatamento acima de dois em uma de suas variáveis, optou-se por retirar o fator do modelo. Este novo modelo, doravante ‘modelo ajustado’, não apresentou anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 4,501; achatamento máximo: 1,944) bem como não apresentou novos *outliers*. Quanto aos coeficientes estimados, estes são apresentados na Tabela 24.

Tabela 24. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: dois ou mais relacionamentos (modelo ajustado)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades sociais	0,445	0,000
Resultados	0,350	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Nota-se a partir da Tabela 24 que as variáveis do modelo ajustado não apresentaram p-valores acima de 0,05, ou seja, os dois fatores mostraram ajustamento significativo no modelo de regressão. No procedimento [5] do protocolo de análise, a avaliação da significância global do modelo (teste F) indicou que há relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z = 85,447$; $p\text{-valor} = 0,000$) (Fávero & Belfiore, 2017).

Por fim, o procedimento [6], avaliação da capacidade de explicação da variável dependente pelo modelo de regressão, apontou que os dois fatores são capazes de explicar 58,9% do valor público geral indicado pelos indivíduos que possuem duas ou mais formas de relacionamento com a instituição. A Figura 8 apresenta este modelo.

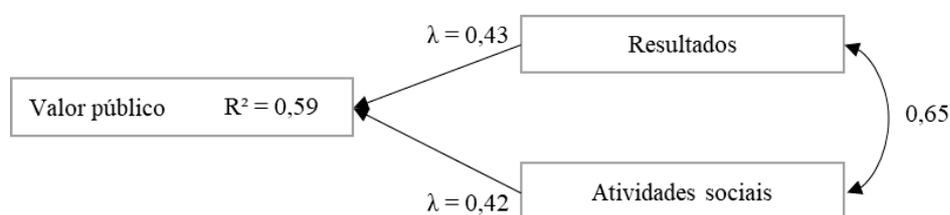


Figura 8. Modelo de regressão: dois ou mais relacionamentos

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Figura 8, há um equilíbrio na relevância dos fatores “resultados” e “atividades sociais”, sendo que o primeiro representa 50,65% do total dos pesos identificados e o segundo representa 49,35%. A equação para esta regressão (Equação 7), com base nos coeficientes padronizados, é assim representada:

$$\text{Valor Público} = 0,428\text{Resultados} + 0,417\text{AtividadesSociais} \quad (7)$$

Elaborados os três cenários de modelos de regressão, nota-se que, ao compará-los, há diferenças na percepção de valor público entre os grupos analisados ao considerar que os elementos que podem explicar a geração de valor público destes indivíduos são distintos: em primeiro lugar, para aqueles que não são considerados *stakeholders*, os resultados são o principal fator de explicação e ainda se revelou significativo o fator “atividades sociais”; já para aqueles que possuem uma forma de relacionamento, na qualidade de *stakeholder*, o fator “atividades sociais” perde significância, ao passo que o fator “atividades religiosas” se torna significativo.

Tais diferenças conduzem à aceitação da hipótese de pesquisa (III) de que há diferenças na percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados

oferecidos pela Igreja Católica de acordo com o relacionamento dos indivíduos como *stakeholders* normativos da instituição, o que pode ser compreendido por meio do referencial teórico da investigação (Balsler & McClusky, 2005; Cordery & Sinclair, 2013; Serafim & Alperstedt, 2012).

A inclusão do fator “atividades religiosas” para este último grupo pode ser explicada pelo fato de que, dos 190 indivíduos incluídos neste grupo, 166 (87,3%) se relacionam com a Igreja Católica apenas como fiel (ou consumidor), ou seja, como frequentador das atividades religiosas da instituição, reforçando a hipótese de pesquisa (III) de que o fato de o indivíduo ser um *stakeholder* normativo da Igreja Católica pode influenciar sua percepção de valor público gerado pela instituição (Balsler & McClusky, 2005; Serafim & Alperstedt, 2012).

Também é possível observar ao comparar os modelos de regressão que, enquanto os *stakeholders* com um único relacionamento apresentam o fator “atividades religiosas” como significativo, o grupo de *stakeholders* com dois ou mais relacionamentos apresentou o fator “atividades sociais” como significativo (da mesma forma que os indivíduos sem relacionamentos com a Igreja Católica). Com base no mesmo raciocínio, notou-se que, dos 173 indivíduos pertencentes ao grupo de indivíduos com dois ou mais relacionamentos, 107 (61,8%) afirmaram que atuam como voluntários em alguma atividade realizada pela instituição, fato que pode explicar a presença da variável “atividades sociais” no modelo de regressão para este grupo e que reforça a hipótese de pesquisa (III) de que o relacionamento do indivíduo como um *stakeholder* normativo da Igreja Católica pode influenciar em sua percepção de valor público gerado pela instituição (Balsler & McClusky, 2005; Serafim & Alperstedt, 2012).

Por fim, também se ressalta que, apesar de os modelos de regressão gerados para indivíduos não considerados como *stakeholders* normativos e para aqueles que possuem duas ou mais formas de relacionamento possuírem os mesmos componentes, é possível notar que, para o último grupo, ocorre um aumento relevante na importância conferida para as atividades sociais em relação ao primeiro grupo, possuindo tais atividades peso fatorial semelhante aos resultados, o que também denota uma diferença na forma de composição do valor público entre tais grupos e que também pôde ser influenciada pelo relacionamento do indivíduo com a instituição.

Visando corroborar as percepções de diferenças entre grupos de *stakeholders*, a exemplo do realizado para os grupos religiosos, procedeu-se inicialmente ao teste Kruskal-Wallis tomando como base o valor atribuído na escala pelos respondentes a respeito da percepção geral de valor público gerado pela Igreja Católica. O teste resultou em um p-valor

de 0,000 ($X^2 = 217,186$; $df = 2$), indicando a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos.

Especificamente, por meio de testes U de Mann-Whitney, notou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre indivíduos sem relacionamento e com um relacionamento (p -valor = 0,000; $U = 16.631$), sem relacionamento e com dois ou mais relacionamentos (p -valor = 0,000; $U = 11.910,5$) e com um relacionamento *versus* dois ou mais relacionamentos (p -valor = 0,000; $U = 8.076$), reforçando a hipótese de pesquisa (III) de que há diferenças significativas na percepção de geração de valor público de acordo com o relacionamento do indivíduo com a instituição, por meio da rejeição à hipótese nula H_{B0} .

Quanto ao sentido dessa diferença, a estatística descritiva revela que, considerando um intervalo de 99% para a média, o valor público geral atribuído pelo grupo de indivíduos sem relacionamento com a instituição está entre 4,65 e 5,21; com um relacionamento, entre 6,78 e 7,48; e com dois ou mais relacionamentos, entre 7,91 e 8,47. Assim sendo, indica-se que, além da existência de diferenças significativas com relação aos demais grupos, os indivíduos que possuem mais formas de relacionamento com a Igreja Católica atribuem, em média, valor público superior às atividades e resultados da Igreja Católica em relação àqueles que possuem uma única forma de relacionamento e em relação àqueles que não são *stakeholders* normativos, o que está de acordo com a hipótese de pesquisa (IV) por conta da rejeição das hipóteses nulas H_{C0} e H_{D0} , estando alinhado ao referencial teórico dessa investigação (Balsler & McClusky, 2005; Freeman, 1984; Serafim & Alperstedt, 2012).

Outrossim, identifica-se que aqueles que possuem alguma forma de relacionamento com a Igreja Católica consideram que, em geral, as atividades realizadas e resultados oferecidos pela instituição geram valor público, enquanto o mesmo não pode se afirmar com relação ao grupo que não possui nenhum relacionamento com a Igreja Católica.

Quanto aos fatores e às variáveis, também foram realizados testes Kruskal-Wallis e U de Mann-Whitney para identificar a existência de diferenças significativas entre as percepções nos grupos analisados. A Tabela 25 apresenta, primeiramente, os resultados dos testes Kruskal-Wallis realizados para os fatores e variáveis.

Como se observa na Tabela 25, os resultados dos testes Kruskal-Wallis indicaram a existência de diferenças estatisticamente significativas entre todos os grupos de *stakeholders*, para todas as variáveis e fatores.

Tabela 25. Testes Kruskal-Wallis: grupos de *stakeholders* (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	X ²	df	p-valor
Adorações	161,967	2	0,000
Orações	160,636	2	0,000
Doutrina	150,467	2	0,000
Cultos	158,416	2	0,000
Rituais	172,402	2	0,000
Atividades religiosas	199,113	2	0,000
Garantia de direitos	150,285	2	0,000
Saúde	112,590	2	0,000
Segurança	114,423	2	0,000
Crescimento econômico	97,659	2	0,000
Redistribuição de renda	123,478	2	0,000
Resultados	150,929	2	0,000
Assistência social	100,163	2	0,000
Serviço social	103,786	2	0,000
Reabilitação de dependentes	70,800	2	0,000
Atividades sociais	102,581	2	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Aprofundada a análise, a Tabela 26 apresenta os resultados dos testes U de Mann-Whitney, indicando como ‘0’ o grupo sem relacionamentos, ‘1’ o grupo com um relacionamento e ‘2 ou mais’ o grupo com dois ou mais relacionamentos com a Igreja Católica.

Tabela 26. Testes U de Mann-Whitney: grupos de *stakeholders* (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	0 x 1		0 x 2 ou mais		1 x 2 ou mais	
	U	p-valor	U	p-valor	U	p-valor
Adorações	19.503,5	0,000	10.619,5	0,000	12.333	0,000
Orações	19.816,5	0,000	10.827	0,000	12.372,5	0,000
Doutrina	18.862,5	0,000	11.929	0,000	12.964,5	0,000
Cultos	19.071	0,000	11.135	0,000	12.666,5	0,000
Rituais	17.949	0,000	10.487	0,000	13.008,5	0,000
Atividades religiosas	17.260	0,000	8.692	0,000	12.265	0,000
Garantia de Direitos	19.606,5	0,000*	11.419	0,000*	12.925,5	0,000*
Saúde	23.439	0,000*	13.268	0,000*	12.065,5	0,000*
Segurança	20.733,5	0,000*	13.933	0,000*	14.046	0,016*
Crescimento Econômico	22.771	0,000*	14.777,5	0,000*	13.214,5	0,001*
Redistribuição de Renda	22.112,5	0,000*	12.678	0,000*	12.437,5	0,000*
Resultados	20.255,5	0,000*	10.978	0,000*	12.344,5	0,000*
Assistência Social	23.046	0,000	14.749,5	0,000*	12.958,5	0,000
Serviço Social	22.237	0,000	14.737	0,000*	13.422	0,001
Reabilitação de Dependentes	24.930,5	0,000	16.917	0,000*	13.263	0,001
Atividades sociais	22.636	0,000	14.395,5	0,000*	12.838	0,000

Nota: (*) Fatores significativos nos modelos de regressão por grupos de *stakeholders*

Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

A Tabela 26 demonstra que, considerando apenas os fatores e suas variáveis que se

mostraram significativas nos modelos de regressão gerados para cada grupo religioso (indicados com asterisco), todos os p-valores indicaram a existência de diferenças significativas entre os grupos de *stakeholders*, reforçando a hipótese de pesquisa (III) de que há diferenças significativas na percepção de geração de valor público entre grupos distintos de *stakeholders*. Ressalta, ainda, que em geral não foram observadas diferenças não significativas em qualquer fator ou variável dentre os grupos analisados.

Adicionalmente, apresentam-se na Tabela 27 as estatísticas descritivas para a média dos fatores e variáveis por grupo de *stakeholders*.

Tabela 27. Médias: grupos de *stakeholders* (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	Sem relacionamento		Um relacionamento		2 ou + relacionamentos	
	Média (99% confiança)		Média (99% confiança)		Média (99% confiança)	
	Lim. Inf.	Lim. Sup.	Lim. Inf.	Lim. Sup.	Lim. Inf.	Lim. Sup.
Adorações	4,14	4,77	6,25* ^a	7,09* ^a	7,56	8,28
Orações	5,49	6,15	7,40* ^a	8,16* ^a	8,60	9,15
Doutrina	4,59	5,24	6,78* ^a	7,53* ^a	7,68	8,37
Cultos	4,76	5,38	6,77* ^a	7,55* ^a	7,89	8,51
Rituais	4,06	4,71	6,48* ^a	7,31* ^a	7,62	8,29
Atividades religiosas	4,65	5,21	6,78* ^a	7,48* ^a	7,91	8,47
Garantia de Direitos	4,09*	4,62*	5,88*	6,63*	6,92* ^a	7,56* ^a
Saúde	4,37*	4,91*	5,56*	6,37*	6,91* ^a	7,59* ^a
Segurança	4,44*	5,01*	6,16* ^a	6,95* ^a	6,98* ^a	7,63* ^a
Crescimento Econômico	3,46*	4,01*	4,81*	5,64*	5,82*	6,58*
Redistribuição de Renda	3,14*	3,70*	4,70*	5,56*	6,01* ^a	6,76* ^a
Resultados	3,92*	4,39*	5,44*	6,16*	6,56* ^a	7,15* ^a
Assistência Social	6,50* ^a	7,06* ^a	7,71	8,36	8,64* ^a	9,11* ^a
Serviço Social	6,52* ^a	7,09* ^a	7,86	8,48	8,65* ^a	9,14* ^a
Reabilitação de Dependentes	5,85*	6,46*	6,92	7,69	7,92* ^a	8,53* ^a
Atividades sociais	6,32* ^a	6,86* ^a	7,53	8,17	8,45* ^a	8,91* ^a

Nota: (*) Fatores significativos nos modelos de regressão por grupos de *stakeholders*

(^a) média acima de seis (6) no limite inferior da média

Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Observa-se na Tabela 27 que, tanto com relação aos fatores quanto em relação às variáveis, quanto mais relacionamentos o indivíduo possui com Igreja Católica, maior o valor público atribuído às atividades realizadas e resultados gerados pela instituição, o que vai ao encontro ao observado na análise realizada diretamente ao valor público geral atribuído pelos respondentes e reforça a hipótese de pesquisa (IV) devido à rejeição às hipóteses nulas H_{C0} e H_{D0} .

Ademais, é importante ressaltar que, para os indivíduos que possuem dois ou mais relacionamentos como *stakeholder* normativo, as atividades sociais e os resultados identificados no modelo de regressão podem ser considerados como fatores geradores de

valor público, inclusive suas variáveis (excetuando-se a variável “crescimento econômico” em “resultados”). Para o grupo de indivíduos que possui um único relacionamento como *stakeholder* normativo, dentre os fatores significativos, apenas o fator “atividades religiosas” pode ser considerado como gerador de valor público, enquanto no fator “resultados” apenas a variável “segurança” pode ser considerada dessa forma. Já para o grupo que não possui relacionamentos como *stakeholder* normativo, apenas o fator “atividades sociais” é considerado como gerador de valor público, devido às variáveis “assistência social” e “serviço social”.

4.2.3.2 Regressão por Grupos Religiosos

Nesta etapa, procedeu-se à elaboração de modelos de regressão para cada perfil religioso, de modo a identificar a possibilidade da influência do viés de grupo na percepção de geração de valor público gerado pela Igreja Católica. Além da retirada das observações identificadas como católicos ortodoxos e católicos gregos, como mencionado no item 4.2.3.1, foram retiradas da amostra nove observações nas quais, como relatado na Tabela 9, não foi possível determinar a qual grupo religioso o respondente pertence.

Com isto, a amostra composta por 700 observações foi segregada em três grupos, a saber: (I) católico romano (431 observações); (II) outra religião (157 observações) e (III) não possui religião (112 observações). Iniciando-se pelos respondentes identificados como católicos romanos, a análise para obtenção do modelo de regressão seguiu o protocolo de análise exposto na Tabela 5.

A análise foi iniciada pela verificação da normalidade pelo exame da curtose e do achatamento das variáveis, procedimento [1] do protocolo. Não foram observados indícios de afastamento de uma distribuição normal, já que os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 1,837) e os valores absolutos de achatamento estão abaixo de dois (máximo observado: 1,489) (Marôco, 2014).

O procedimento [2], verificação da existência de *outliers* pelo D^2 de Mahalanobis, indicou a presença de quatro *outliers*, com valores de p_1 e p_2 inferiores a 0,05 e diferença considerável no valor D^2 em relação às demais observações (Marôco, 2014): 194 ($D^2 = 93,981$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$), 169 ($D^2 = 82,605$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$), 412 ($D^2 = 81,421$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$) e 370 ($D^2 = 73,705$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$).

Após a retirada destes *outliers*, não foram observadas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,869; achatamento máximo: 1,496), contudo exigiu-se a retirada de três *outliers*: 6 ($D^2 = 70,760$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 210 ($D^2 = 69,877$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$) e 395 ($D^2 = 64,588$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$). Na sequência, não se observaram anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,843; achatamento máximo: 1,492) e não foi detectada a presença de novos *outliers*.

Seguindo-se para o procedimento [3], verificou-se a existência de multicolinearidade entre as variáveis do modelo. O cálculo do VIF realizado por meio do *software* SPSS® indicou valor máximo de 2,492 (para “resultados”), inferior ao valor de referência de cinco dado por Marôco (2014), rejeitando tal possibilidade. Procedeu-se à etapa [4], com o objetivo de verificação dos coeficientes estimados e p-valores dos pesos da regressão em relação à variável dependente. Os resultados são expressos na Tabela 28.

Tabela 28. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: religião católica (modelo completo)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,105	0,038
Atividades sociais	0,215	0,000
Resultados	0,522	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Nota-se a partir da Tabela 28 que as variáveis deste modelo ajustado não apresentaram p-valores acima de 0,05, ou seja, as três variáveis (fatores) se ajustaram de modo significativo no modelo de regressão. Quanto ao procedimento [5] do protocolo de análise, realizado por meio do *software* SPSS®, a avaliação da significância global do modelo por meio do teste F revelou que há relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z = 218,325$; $p\text{-valor} = 0,000$) (Fávero & Belfiore, 2017).

Por fim, o procedimento [6], avaliação da capacidade de explicação da variável dependente pelo modelo de regressão por meio do R^2 fornecido pelo *software* IBM Amos®, aponta que estas variáveis são capazes de explicar 65,6% do valor público geral indicado pelos católicos. A Figura 9 apresenta o modelo de regressão.

Como é possível observar na Figura 9, o fator “resultados” é o que possui maior relevância para os católicos, representando 64% do total dos pesos identificados. Em seguida, destaca-se o fator “atividades sociais”, que representa 23,25% dos pesos identificados e as “atividades religiosas”, que representam 12,75%.

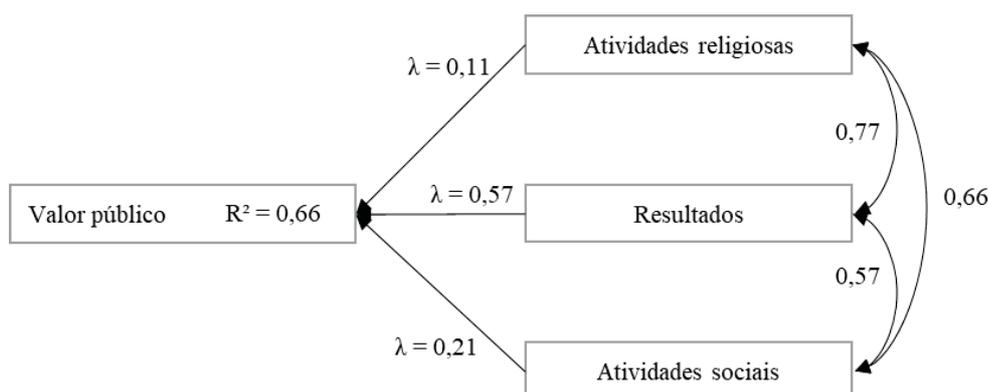


Figura 9. Modelo de regressão: religião católica

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

A equação para esta regressão, com base nos coeficientes padronizados, é assim representada (Equação 8):

$$\text{ValorPúblico} = 0,567\text{Resultados} + 0,206\text{AtividadesSociais} + 0,113\text{AtividadesReligiosas} \quad (8)$$

Seguindo-se a análise, procedeu-se à obtenção do modelo de regressão para os indivíduos que se identificaram como pertencentes a outras religiões. No procedimento [1] do protocolo de análise, verificou-se a normalidade das variáveis pelo exame da curtose e do achatamento. Não foram observados indícios de afastamento de uma distribuição normal, já que os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 1,147) e os valores absolutos de achatamento estão abaixo de dois (máximo observado: 1,014) (Marôco, 2014).

O procedimento [2], verificação da existência de *outliers* pelo D^2 de Mahalanobis, indicou a presença de dois *outliers*, com valores de p_1 e p_2 inferiores a 0,05 e diferença considerável no valor D^2 em relação às demais observações (Marôco, 2014): 90 ($D^2 = 48,792$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,001$) e 132 ($D^2 = 47,919$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,000$).

Após a retirada destes *outliers*, não foram observadas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,112; achatamento máximo: 1,017), contudo exigiu-se a retirada de um *outlier*: 92 ($D^2 = 46,538$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,004$). Na sequência, não se registraram anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,109; achatamento máximo: 1,041) e não foi detectada a presença de novos *outliers*.

No procedimento [3] investigou-se a possível existência de multicolinearidade entre as variáveis do modelo. O cálculo do VIF indicou valor máximo de 1,670 (para “resultados”),

inferior ao valor de referência de cinco dado por Marôco (2014), rejeitando esta possibilidade. Procedeu-se à etapa [4], com o objetivo de verificação dos coeficientes estimados e p-valores dos pesos da regressão em relação à variável dependente. Os resultados estão expressos na Tabela 29.

Tabela 29. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: outras religiões (modelo completo)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,035	0,610
Atividades sociais	0,073	0,000
Resultados	0,112	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Observa-se na Tabela 29 que o fator “atividades religiosas” apresentou p-valor acima de 0,05, ou seja, não mostrou coeficiente significativo neste modelo de regressão considerando apenas indivíduos pertencentes a outras religiões. Com isto, optou-se por retirar a variável do modelo. Este novo modelo, doravante ‘modelo ajustado’, não expôs anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 0,991; achatamento máximo: 1,041) bem como não revelou novos *outliers*. Quanto aos coeficientes estimados, estes são apresentados na Tabela 30.

Tabela 30. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: outras religiões (ajustado)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades sociais	0,400	0,000
Resultados	0,560	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

A partir da Tabela 30, nota-se que as variáveis deste modelo ajustado não apresentaram p-valores acima de 0,05, ou seja, nas duas variáveis (fatores) se denotou ajustamento significativo no modelo de regressão. Quanto ao procedimento [5] do protocolo de análise, a avaliação da significância global do modelo por meio do teste F indicou que há relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z = 96,825$; p-valor = 0,000) (Fávero & Belfiore, 2017).

Por fim, o procedimento [6], avaliação da capacidade de explicação da variável dependente pelo modelo de regressão por meio do R^2 , apontou que estas variáveis são capazes de explicar 57,5% do valor público geral indicado pelos indivíduos pertencentes a outras religiões. A Figura 10 apresenta o modelo de regressão.

Como é possível verificar na Figura 10, o fator “resultados” é o que possui maior relevância para os indivíduos de outras religiões, representando 52,71% do total dos pesos

identificados, seguido do fator “atividades sociais”, que representa 47,29%.

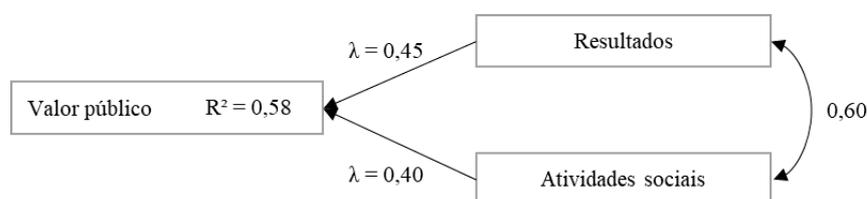


Figura 10. Modelo de regressão: outras religiões

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

A equação para esta regressão (Equação 9), com base nos coeficientes padronizados, é assim representada:

$$\text{Valor Público} = 0,447\text{Resultados} + 0,401\text{AtividadesSociais} \quad (9)$$

Na terceira etapa desta análise, procedeu-se à obtenção do modelo de regressão para os indivíduos que declararam não possuir religião. No procedimento [1] do protocolo de análise verificou-se a normalidade das variáveis pelo exame da curtose e do achatamento. Não foram observados indícios de afastamento de uma distribuição normal, já que os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 1,299) e os valores absolutos de achatamento estão abaixo de dois (máximo observado: 0,606) (Marôco, 2014).

O procedimento [2], verificação da existência de *outliers* pelo D² de Mahalanobis, indicou a presença de três *outliers*, com valores de p1 e p2 inferiores a 0,05 e diferença considerável de D² em relação às demais observações (Marôco, 2014): 27 (D² = 45,455; p1 = 0,000; p2 = 0,004), 32 (D² = 38,907; p1 = 0,000; p2 = 0,001) e 50 (D² = 38,608; p1 = 0,000; p2 = 0,000). Após a retirada destes *outliers*, não foram observadas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,305; achatamento máximo: 0,699), bem como não houve novos *outliers*.

No procedimento [3] verificou-se a possível existência de multicolinearidade entre as variáveis do modelo. O VIF indicou valor máximo de 2,024 (para “resultados”), inferior ao valor de referência de cinco dado por Marôco (2014), rejeitando-se tal possibilidade. Procedeu-se à etapa [4], com o objetivo de verificação dos coeficientes estimados e p-valores dos pesos da regressão em relação à variável dependente. Os resultados são expressos na Tabela 31.

Tabela 31. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: sem religião (modelo completo)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,035	0,671
Atividades sociais	0,139	0,066
Resultados	0,919	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Tabela 31, os fatores “atividades religiosas” e “atividades sociais” apresentaram p-valor acima de 0,05, ou seja, não revelaram coeficientes significativos neste modelo de regressão considerando apenas indivíduos pertencentes a outras religiões. Com isto, optou-se por retirar estas variáveis do modelo. O novo modelo, doravante ‘modelo ajustado’, não revelou anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 0,952; achatamento máximo: 0,527), todavia indicou dois novos *outliers* que foram retirados da base de dados: 17 ($D^2 = 32,551$; $p_1 = 0,000$; $p_2 = 0,001$) e 5 ($D^2 = 22,206$; $p_1 = 0,001$; $p_2 = 0,007$). Após a retirada destes *outliers* e a verificação da não existência de anomalias quanto à normalidade dos dados e não existência de novos *outliers*, procedeu-se à verificação dos coeficientes estimados, apresentados na Tabela 32.

Tabela 32. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: sem religião (modelo ajustado)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Resultados	1,016	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Nota-se na Tabela 32 que a variável “resultados” não apresentou p-valor acima de 0,05, ou seja, possui ajustamento significativo no modelo de regressão. Quanto ao procedimento [5] do protocolo de análise, a avaliação da significância global do modelo por meio do teste F indicou que há relação significativa entre a variável dependente e a variável independente ($Z = 137,165$; p-valor = 0,000) (Fávero & Belfiore, 2017).

Por fim, o procedimento [6], avaliação da capacidade de explicação da variável dependente pelo modelo de regressão por meio do R^2 fornecido pelo *software* IBM Amos®, aponta que o fator “resultados” é capaz de explicar 59,6% do valor público geral indicado pelos indivíduos que não possuem religião, sendo as demais variáveis consideradas não significativas para este grupo. A Figura 11 apresenta o modelo de regressão.

A Figura 11 demonstra que apenas o fator “resultados” se mostrou significativo no modelo gerado a partir das respostas obtidas de indivíduos sem religião, apresentando carga fatorial de 0,77.

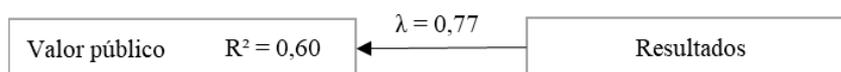


Figura 11. Modelo de regressão: sem religião

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

A equação para esta regressão (Equação 10), com base nos coeficientes padronizados, é assim representada:

$$\text{Valor Público} = 0,772\text{Resultados} \quad (10)$$

Com isto, observa-se por meio dos modelos de regressão, gerados de acordo com o grupo religioso ao qual os indivíduos respondentes pertencem, que há diferenças na percepção de valor público entre os grupos analisados ao considerar que essa percepção possui componentes distintos: enquanto apenas para os católicos as atividades religiosas se revelaram significativas, para os dois grupos compostos por religiosos (católicos e outras religiões) as atividades sociais foram significativas, ao passo que, para aqueles que declararam não pertencer a nenhuma religião, apenas os resultados se mostraram expressivos, ou seja, os fatores relacionados às atividades não pareceram significativos.

Com a observação de tais diferenças, acata-se a hipótese de pesquisa (V) de que há diferenças na percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica de acordo com a identificação com indivíduo como pertencente ao grupo religioso (endogrupo), respaldada nos argumentos expostos no referencial teórico empírico desta pesquisa (Carone & Barone, 2001; DiDonato et al., 2011; Dunkel & Dutton, 2016; Johnson et al., 2012; Turner et al., 1979; Ysseldyk et al., 2010).

Ainda, pode-se intuir que o fato de as atividades religiosas serem apenas considerados relevantes para a explicação do valor público em geral atribuído pelos católicos traz indicativos favoráveis à hipótese de pesquisa (V) de que o viés de grupo possui importância na percepção do indivíduo quanto ao valor público gerado pelas atividades e resultados fornecidos pela Igreja Católica, uma vez que tais atividades religiosas são específicas ao grupo e, porquanto, por seus membros são consideradas relevantes na atribuição do valor público em geral por estarem, de alguma forma, relacionadas com o sagrado (Ysseldyk et al., 2010).

Por outro lado, também é interessante notar que, para os dois grupos religiosos, as atividades sociais se mostraram relevantes, fato que pode ser entendido como a percepção de,

apesar de pertencerem a grupos distintos, tais indivíduos fazem parte de grupos que buscam resolver problemas sociais em comum (Moore, 2003; Serafim & Alperstedt, 2012), o que leva a uma proteção mútua (Johnson et al., 2012; Serafim & Alperstedt, 2012).

De modo a corroborar tal percepção, procedeu ao teste Kruskal-Wallis para verificação de diferenças de médias entre os três grupos definidos de acordo com a religião dos respondentes, tomando como base o valor atribuído na escala por estes a respeito da percepção geral de valor público gerado pela Igreja Católica. O teste, que resultou em um p-valor de 0,000 ($X^2 = 141,118$; $df = 2$), indicou a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Em específico, com a aplicação de testes U de Mann-Whitney, notou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre católicos e outras religiões (p-valor = 0,000; $U=18.157$), católicos e sem religião (p-valor = 0,000; $U=9.718$) e outras religiões e sem religião (p-valor = 0,008; $U=7.145,5$), reforçando a aceitação da hipótese de pesquisa (V) de que há diferenças significativas na percepção de geração de valor público entre grupos religiosos distintos por meio da rejeição à hipótese nula H_{E0} .

Quanto ao sentido dessa diferença, a estatística descritiva revela que, em um intervalo de 99% para a média, o valor público geral atribuído pelos católicos está entre 7,39 e 7,94; pelos membros de outras religiões, entre 5,26 e 6,25; enquanto pelos indivíduos sem religião, entre 4,37 e 5,58. Portanto, observa-se que, além de apresentarem diferenças significativas com relação aos demais grupos, os católicos atribuem, em média, maior valor público às atividades e resultados da Igreja Católica em relação aos grupos de outras religiões, ao passo que membros de outras religiões atribuíram maior valor público do que os indivíduos que declararam não possuir religião, o que está de acordo com a hipótese de pesquisa (VI) por conta da rejeição das hipóteses nulas H_{F0} e H_{G0} e alinhado ao referencial teórico dessa investigação (Carone & Barone, 2001; DiDonato et al., 2011; Dunkel & Dutton, 2016; Johnson et al., 2012; Moore, 2003; Otley, 2008; Serafim & Alperstedt, 2012; Turner et al., 1979; Ysseldyk et al., 2010).

Ademais, pode-se inferir que, em termos gerais, os católicos consideram que as atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica são geradores de valor público, enquanto o mesmo não é possível concluir a respeito da percepção oferecida pelos membros de outras religiões e pelos indivíduos sem religião, o que também estaria de acordo com a teoria da identidade social, em especial com o viés endogrupal (Carone & Barone, 2001; DiDonato et al., 2011; Dunkel & Dutton, 2016; Johnson et al., 2012; Turner et al., 1979; Ysseldyk et al., 2010).

Já com relação aos fatores extraídos nessa investigação e quanto às variáveis que compõem esses fatores, também foram realizados testes Kruskal-Wallis e U de Mann-Whitney para identificar a existência de diferenças significativas entre as percepções nos grupos religiosos. A Tabela 33 apresenta os resultados dos testes Kruskal-Wallis realizados para os fatores e variáveis.

Tabela 33. Testes Kruskal-Wallis: grupos religiosos (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	X ²	df	p-valor
Adorações	132,116	2	0,000
Orações	127,422	2	0,000
Doutrina	119,588	2	0,000
Cultos	121,489	2	0,000
Rituais	144,333	2	0,000
Atividades religiosas	160,563	2	0,000
Garantia de Direitos	107,957	2	0,000
Saúde	67,591	2	0,000
Segurança	66,078	2	0,000
Crescimento Econômico	57,161	2	0,000
Redistribuição de Renda	77,637	2	0,000
Resultados	93,974	2	0,000
Assistência Social	63,831	2	0,000
Serviço Social	70,656	2	0,000
Reabilitação de Dependentes	45,418	2	0,000
Atividades sociais	67,126	2	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Como é observado por meio da Tabela 33, os resultados dos testes Kruskal-Wallis indicaram a existência de diferenças estatisticamente significativas entre todos os grupos para todas as variáveis e fatores. Com o objetivo de aprofundar esta análise, a Tabela 34 apresenta os resultados dos testes U de Mann-Whitney procedidos para todas as variáveis e fatores validados na análise fatorial.

É possível observar na Tabela 34 que, ao considerar apenas os fatores e suas variáveis que se mostraram significativas nos modelos de regressão gerados para cada grupo religioso (indicados com asterisco), todos os p-valores indicaram a existência de disparidades expressivas entre os grupos religiosos (apenas ‘segurança’ a 5%, enquanto os demais a 1%), reforçando a hipótese de pesquisa (V) de que há diferenças significativas na percepção de geração de valor público entre grupos religiosos distintos por meio da rejeição à hipótese nula H_{E0} .

Tabela 34. Testes U de Mann-Whitney: grupos religiosos (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	Católicos x Outras religiões		Católicos x Sem religião		Outras religiões x Sem religião	
	U	p-valor	U	p-valor	U	p-valor
Adorações	21.143,5	0,000	9.128	0,000	5.506,5	0,000
Orações	22.039,5	0,000	9.222	0,000	5.688	0,000
Doutrina	20.593	0,000	10.195,5	0,000	6.635	0,001
Cultos	20.897,5	0,000	10.019	0,000	6.098,5	0,000
Rituais	19.634	0,000	8.584	0,000	6.387,5	0,000
Atividades religiosas	18.804,5	0,000	7.822,5	0,000	5.650,5	0,000
Garantia de direitos	22.011	0,000*	10.578,5	0,000*	6.259	0,000*
Saúde	24.984,5	0,000*	13.130,5	0,000*	6.771,5	0,001*
Segurança	23.728,5	0,000*	13.867	0,000*	7.318	0,018*
Crescimento econômico	25.113,5	0,000*	14.267,5	0,000*	7.125	0,007*
Redistribuição de renda	23.835	0,000*	12.591,5	0,000*	6.691	0,001*
Resultados	22.674	0,000*	11.385	0,000*	6.534	0,000*
Assistência social	22.988,5	0,000*	14.810	0,000	8.002,5	0,204
Serviço social	22.834,5	0,000*	14.117,5	0,000	7.728,5	0,088
Reabilitação de dependentes	24.604	0,000*	16.199	0,000	8.064,5	0,244
Atividades sociais	22.183	0,000*	14.204,5	0,000	7.853,5	0,135

Nota: (*) Fatores significativos nos modelos de regressão por grupos religiosos

Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Por outro lado, apenas foram observadas diferenças não significativas para o fator *outputs* sociais e suas variáveis entre os grupos de indivíduos de outras religiões e sem religiões; entretanto, conforme indicado, as atividades sociais não se mostraram um fator significativo no modelo de regressão gerado para os indivíduos sem religião. Em complemento, apresentam-se na Tabela 35 as estatísticas descritivas para a média dos fatores e variáveis por grupo religioso.

Compreende-se a partir da Tabela 35 que, tanto com relação aos fatores quanto em relação às variáveis, valores superiores foram atribuídos pelos católicos, seguidos pelos membros de outras religiões, enquanto menores valores foram concedidos pelos indivíduos sem religião, o que vai ao encontro ao observado na análise realizada diretamente ao valor público geral atribuído pelos respondentes e de acordo com a hipótese de pesquisa (VI) por conta da rejeição das hipóteses nulas H_{F0} e H_{G0} para as variáveis e fatores significativos.

Também é interessante observar na Tabela 35 que, para os católicos, as atividades religiosas e atividades sociais identificadas no modelo de regressão, inclusive suas variáveis, podem ser considerados como geradores de valor público, enquanto o mesmo não pode ser afirmado para o fator “resultados”, no qual apenas as variáveis “Garantia de Direitos” e “Segurança” apresentaram valor superior a seis no limite inferior da média. Para o grupo de outras religiões, dentre os fatores significativos, apenas o fator “atividades sociais” pode ser imputado como gerador de valor público, o que se deve principalmente às variáveis

“Assistência Social” e “Serviço Social”. Já para o grupo sem religião, tanto o fator “resultados” quanto suas variáveis não são caracterizadas por seus indivíduos como geradores de valor público.

Tabela 35. Médias: grupos religiosos (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	Católicos		Outras religiões		Sem religião	
	Média (99% confiança)		Média (99% confiança)		Média (99% confiança)	
	Lim. Inf.	Lim. Sup.	Lim. Inf.	Lim. Sup.	Lim. Inf.	Lim. Sup.
Adorações	6,55* ^a	7,28* ^a	4,58	5,69	2,46	3,90
Orações	7,73* ^a	8,34* ^a	5,88	7,09	3,65	5,28
Doutrina	6,91* ^a	7,58* ^a	4,68	5,93	3,26	4,77
Cultos	6,98* ^a	7,65* ^a	5,04	6,19	3,31	4,80
Rituais	6,70* ^a	7,40* ^a	4,13	5,44	2,62	4,00
Atividades religiosas	7,01* ^a	7,61* ^a	4,95	5,97	3,17	4,45
Garantia de Direitos	6,07* ^a	6,71* ^a	4,33*	5,34*	3,03*	4,24*
Saúde	5,92*	6,60*	4,56*	5,62*	3,48*	4,68*
Segurança	6,18* ^a	6,86* ^a	4,63*	5,69*	3,68*	5,05*
Crescimento Econômico	4,99*	5,71*	3,63*	4,69*	2,68*	3,97*
Redistribuição de Renda	5,00*	5,73*	3,35*	4,43*	2,16*	3,45*
Resultados	5,65*	6,26*	4,15*	5,06*	3,10*	4,14*
Assistência Social	7,94* ^a	8,48* ^a	6,41* ^a	7,47* ^a	5,76	7,17
Serviço Social	8,00* ^a	8,55* ^a	6,49* ^a	7,56* ^a	5,78	7,15
Reabilitação de Dependentes	7,22* ^a	7,85* ^a	5,77*	6,91*	5,10	6,62
Atividades sociais	7,75* ^a	8,29* ^a	6,27* ^a	7,29* ^a	5,61	6,93

Nota: (*) Fatores significativos nos modelos de regressão por grupos religiosos

(^a) média acima de seis (6) no limite inferior da média

Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Ainda, novamente ao comparar tais resultados (em especial do grupo de católicos) com os escores atribuídos pelo membro da cúria (Tabelas 7 e 8), mostra-se mais uma vez congruência na atribuição de maior valor público para as atividades sociais em relação às atividades religiosas quanto à geração de valor público, enquanto, o mesmo não pode ser confirmado com relação aos resultados.

Em resumo e diante das evidências apresentadas, aponta-se que é possível acatar as hipóteses de pesquisa (III), (IV), (V) e (VI), de que há diferenças e uma maior percepção de geração de valor público nas atividades realizadas (e resultados oferecidos pela Igreja Católica por indivíduos classificados como *stakeholders* normativos da instituição e de que há diferenças e uma maior percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica por indivíduos que se identificam como pertencentes a este grupo religioso (endogrupo).

Perante este fato, é importante verificar a influência da variável “*stakeholder*” nos modelos de regressão gerados para os diferentes grupos religiosos. Do mesmo modo, também

é importante verificar a influência da variável “religião” nos modelos de regressão gerados para os diferentes grupos de *stakeholders*, bem como a inclusão das duas variáveis no modelo geral, conforme indicado dentre os procedimentos metodológicos para tratamento e análise de dados e para exame da hipótese de pesquisa (VII).

4.2.3.3 Regressão com a Inclusão das Variáveis “Religião” e “Stakeholder”

Com a inserção da variável “religião” nos modelos de regressão gerados para os diferentes grupos de *stakeholders*, notou-se que a referida variável não se mostrou significativa para indivíduos sem relacionamentos com a Igreja Católica (p-valor = 0,362), enquanto a variável apresentou problemas de normalidade para os grupos com um relacionamento (achatamento = 3,038; curtose = 16,778), possivelmente pela alta quantidade de observações concentrada em indivíduos da religião católica (159 observações, 86,9%), e dois ou mais relacionamentos (achatamento = 6,713; curtose = 44,637), possivelmente pelo mesmo motivo (165 observações; 97,1%), não se mostrando, portanto, uma variável adequada nos modelos.

Já com a inserção da variável “*stakeholder*” nos modelos de regressão gerados para os diferentes grupos religiosos, observou-se que a referida variável apresentou problemas de normalidade para indivíduos sem religião (achatamento = 4,272; curtose = 16,250), possivelmente pela baixa quantidade de *stakeholders* (cinco observações, 4,7%), e para indivíduos de outras religiões (achatamento = 2,757; curtose = 7,260), possivelmente pelo mesmo motivo (19 observações, 12,7%). Por outro lado, para os católicos, a variável “*stakeholder*” demonstrou relevância no modelo de regressão, com atendimento aos pressupostos de normalidade e inexistência de novos *outliers*. A Tabela 36 apresenta os coeficientes estimados e p-valores resultantes dessa inclusão.

Tabela 36. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: religião católica (inclusão da variável “*stakeholder*”)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,072	0,144
Atividades sociais	0,208	0,000
Resultados	0,498	0,000
<i>Stakeholder</i>	0,414	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

De acordo com a Tabela 36, nota-se que, além de a variável *stakeholder* se mostrar significativa, o fator “atividades religiosas” perdeu significância no modelo de regressão para o grupo de indivíduos que se identificaram como católicos. Após a verificação de atendimento dos pressupostos de normalidade e a retirada de dois novos *outliers* (observação 105, $D^2 = 45,231$, $p_1 = 0,000$, $p_2 = 0,001$; observação 288, $D^2 = 45,095$, $p_1 = 0,000$, $p_2 = 0,000$), chegou-se a um novo modelo. Quanto aos coeficientes estimados para o mesmo, doravante ‘modelo 3’, estes são apresentados na Tabela 37.

Tabela 37. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: religião católica (modelo 3)

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades sociais	0,215	0,000
Resultados	0,545	0,000
<i>Stakeholder</i>	0,416	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Percebe-se a partir da Tabela 37 que as variáveis deste modelo apresentaram ajustamento significativo na regressão. Ressalta-se que foi verificada a significância global do modelo por meio do teste F, que indicou que relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z = 226,744$; p-valor = 0,000), bem como o VIF se apresentou inferior a cinco (VIF máximo de 1,779 para “resultados”). O R^2 apontou que estas variáveis são capazes de explicar 67,2% do valor público geral indicado pelos católicos, como exposto na Figura 12.

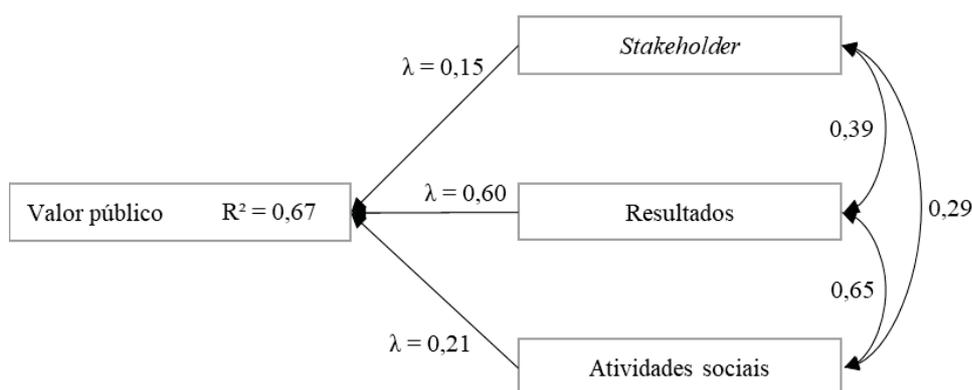


Figura 12. Modelo de regressão: religião católica (modelo 3)

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Figura 12, o fator “resultados” continua sendo o de maior relevância para os católicos, representando 62,79% do total dos pesos identificados. Em seguida, destaca-se o fator “atividades sociais”, que representa 21,7% dos pesos identificados

e, neste modelo, surge a variável “*stakeholder*”, que representa 15,51%. A equação para esta regressão (Equação 11), com base nos coeficientes padronizados, é representada:

$$\text{ValorPúblico} = 0,599\text{Resultados} + 0,207\text{AtividadesSociais} + 0,148\text{Stakeholder} \quad (11)$$

Em suma, pode-se observar que, para os católicos, o relacionamento como *stakeholder* é capaz de potencializar a sua percepção de valor público gerado pela Igreja Católica e, ainda, esta característica suplanta o fator “atividades religiosas” do modelo, sugerindo que, na realidade, não são as atividades religiosas os quais explicam uma parcela da percepção de valor público, mas sim, o seu relacionamento como *stakeholder* normativo. Por outro lado, a indicação de que a variável “religião” não é significativa no modelo de regressão elaborado para o grupo de indivíduos que não possui qualquer relacionamento revela que, quando o indivíduo não possui qualquer relacionamento com a instituição, a religião a qual manifestou pertencer não possui influência significativa no valor público atribuído à Igreja Católica, resultado que pode ser explicado pelo fato de que, mesmo ao declarar uma determinada afiliação religiosa, a inexistência de uma pertença real à denominação religiosa (como é o caso dos chamados “católicos não praticantes”, como mencionado por Souza, 2004) possa afastar sua percepção de pertencimento ao endogrupo.

Com isso, aponta-se a possibilidade de que a variável “*stakeholder*” possua maior poder explicativo do que a variável “religião”. De modo a confirmar essa percepção, incluiu-se no modelo completo de regressão (acrescentadas todas as variáveis de controle) as variáveis “*stakeholder*” e “religião”, quando se fez uso do protocolo de análise descrito na Tabela 5, e, cuja base de dados de 700 observações também foi utilizada para a elaboração de modelos de regressão a partir da categorização por religião, ou seja, já excluindo as observações nas quais não foi possível determinar a religião do respondente.

O modelo incluindo as referidas variáveis foi analisado iniciando-se pela verificação da normalidade dos fatores pelo exame da curtose e do achatamento das variáveis, procedimento [1] do protocolo. Não foram observados, neste modelo, indícios de afastamento de uma distribuição normal, pois os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 2,791) e os valores absolutos de achatamento estão abaixo de dois (máximo observado: 1,641) (Marôco, 2014).

O procedimento [2], verificação da existência de *outliers* pelo D^2 de Mahalanobis, exigiu a retirada de seis *outliers*, com valores de p_1 e p_2 inferiores a 0,05 e diferença

considerável no valor D^2 em relação às demais observações (Marôco, 2014): 346 ($D^2 = 87,888$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 557 ($D^2 = 84,872$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 675 ($D^2 = 81,629$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 304 ($D^2 = 80,537$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 348 ($D^2 = 77,547$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$) e 150 ($D^2 = 75,492$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$). Após a retirada destes *outliers*, não foram observadas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 2,998; achatamento máximo: 1,669), contudo foi necessária a eliminação de um novo *outlier*: 618 ($D^2 = 76,061$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$). Na sequência, não foram observadas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 3,016; achatamento máximo: 1,674) ou a presença de novos *outliers*.

Em sequência ao procedimento [3], avaliou-se a possibilidade da existência de multicolinearidade entre as variáveis. O VIF apontou valor máximo de 2,528 (para “resultados”), inferior ao valor de referência de cinco conforme Marôco (2014), rejeitando-se esta possibilidade. Procedeu-se à etapa [4] do protocolo de análise, com o objetivo de verificação dos coeficientes estimados e p-valores dos pesos da regressão em relação à variável dependente. Os resultados são expressos na Tabela 38.

Tabela 38. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo completo com as variáveis “religião” e “stakeholder”

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades religiosas	0,046	0,220
Atividades sociais	0,259	0,000
Resultados	0,556	0,000
Estado de saúde atual	0,027	0,482
Idade	0,007	0,182
Renda familiar	0,012	0,851
Escolaridade	-0,016	0,870
Gênero	0,012	0,912
Religião	-0,191	0,042
Stakeholder	0,385	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível observar na Tabela 38, todas as variáveis de controle que anteriormente apresentaram p-valores acima de 0,05 voltaram a não apresentar coeficientes significativos. Por outro lado, com a inserção das variáveis “religião” e “stakeholder”, percebeu-se que estas se mostraram significativas a 5% neste modelo, enquanto o fator “atividades religiosas” perdeu significância, da mesma forma como o ocorrido para o modelo 3 gerado para o grupo de indivíduos identificados como católicos (Tabela 36).

Com isto, foram retiradas do modelo as variáveis com p-valor superior a 0,05. Este novo modelo, doravante ‘modelo ajustado’, não apresentou anomalias quanto à normalidade

(curtose máxima: 1,353; achatamento máximo: 1,178), todavia exigiu a retirada de cinco novos *outliers*: 262 ($D^2 = 58,343$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 131 ($D^2 = 53,637$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 125 ($D^2 = 51,382$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$), 94 ($D^2 = 48,393$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$) e 113 ($D^2 = 42,371$; $p1 = 0,000$; $p2 = 0,000$). Após a retirada dos *outliers*, não foram apresentadas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 1,362; achatamento máximo: 1,160) ou a presença de novos *outliers*. Os coeficientes estimados são apresentados na Tabela 39.

Tabela 39. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo ajustado com a inclusão das variáveis “religião” e “*stakeholder*”

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
Atividades sociais	0,253	0,000
Resultados	0,595	0,000
Religião	-0,234	0,010
<i>Stakeholder</i>	0,410	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é apresentado na Tabela 39, as quatro variáveis restantes, incluindo as variáveis “religião” e “*stakeholder*”, apresentaram ajustamento significativo a 1% no modelo de regressão, acatando-se a hipótese de pesquisa (VII) de que o relacionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo e a religião declarada pelo indivíduo são elementos que influenciam na percepção de geração de valor público sobre as atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica.

Em específico quanto a estas variáveis, observa-se que, considerando a categorização realizada, uma maior quantidade de relações como *stakeholder* normativo resulta em maior valor público atribuído à Igreja Católica (0 = nenhuma relação; 1 = uma relação; 2 = duas ou mais relações), o que explica o coeficiente positivo, enquanto um maior afastamento do grupo religioso resulta em menor valor público atribuído (1 = católico; 2 = outra religião; 3 = sem religião), o que explica o coeficiente negativo.

Quanto ao procedimento [5] do protocolo de análise, a avaliação da significância global do modelo por meio do teste F indicou que há relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z = 340,038$; $p\text{-valor} = 0,000$) (Fávero & Belfiore, 2017).

O procedimento [6], avaliação da capacidade de explicação da variável dependente pelo modelo de regressão, indicou-se um R^2 de 0,7, ou seja, as variáveis mantidas no modelo são capazes de explicar 70% do valor público geral indicado pelos respondentes. A Figura 13 apresenta o modelo de regressão resultante do processo de análise.

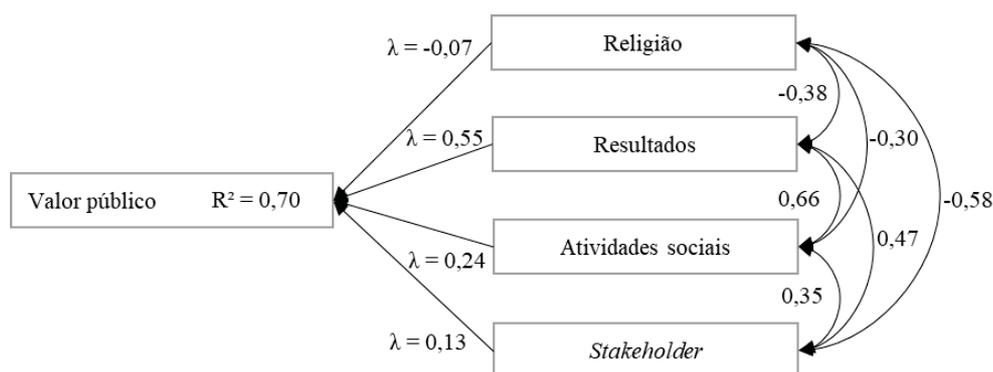


Figura 13. Modelo de regressão com a inclusão das variáveis “religião” e “stakeholder”

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software IBM Amos®*

A equação para esta regressão (Equação 12), com base nos coeficientes padronizados, é assim representada:

$$\text{ValorPúblico} = 0,549\text{Resultados} + 0,242\text{AtividadesSociais} + 0,134\text{Stakeholder} - ,070\text{Religião} \quad (12)$$

Como é possível notar na Figura 13 e na equação gerada para o modelo, o fator “resultados” continua sendo o que possui maior relevância no modelo, representando 55,18% do total dos pesos identificados. Em seguida, ainda se destaca o fator “atividades sociais”, que representa 24,32% dos pesos identificados.

Quanto às novas variáveis incluídas, nota-se que a variável “stakeholder” possui representatividade maior (13,47%) em comparação à variável “religião” (7,04%), reforçando a percepção obtida com a inclusão de tais variáveis nos modelos específicos gerados para cada agrupamento.

Por fim, a Tabela 40 representa as estatísticas descritivas para a média dos fatores e variáveis, além da média para o valor público geral atribuído pelos indivíduos observados, considerando 99% de nível de confiança.

Analisando os resultados apresentados na Tabela 40, conclui-se que, em geral, os indivíduos observados consideram que a Igreja Católica, por meio de suas atividades e resultados, gera valor público à sociedade, já que a média entre 6,59 e 7,08 é superior ao valor de seis, definido dentre as hipóteses de teste. Mais especificamente, pode-se depreender que este resultado se deve principalmente às atividades sociais e suas variáveis (em especial, “assistência social” e “serviço social”), também sendo influenciado pela religião do respondente e por seu relacionamento como *stakeholder*.

Tabela 40. Médias: modelo com a inclusão das variáveis “religião” e “*stakeholder*” (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	Média (99% confiança)	
	Lim. Inf.	Lim. Sup.
Garantia de direitos	5,36	5,90
Saúde	5,41	5,95
Segurança	5,64	6,19
Crescimento econômico	4,48	5,04
Redistribuição de renda	4,37	4,95
Resultados	5,06	5,55
Assistência social	7,45 ^a	7,93 ^a
Serviço social	7,50 ^a	7,98 ^a
Reabilitação de dependentes	6,76 ^a	7,30 ^a
Atividades sociais	7,27 ^a	7,74 ^a
Valor público	6,59 ^a	7,08 ^a

Nota. (a) média acima de seis (6) no limite inferior da média

Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

A relevância das variáveis apontadas como geradoras de valor público é suportada no referencial teórico: atividades de assistência social (Fagan, 1996; Serafim & Alperstedt, 2012; Teixeira, 2011), ações de solidariedade, caridade e serviço social (Hagopian, 2009; King & Furrow, 2004; Serafim & Alperstedt, 2012; Teixeira, 2011) e programas para reabilitação de dependentes químicos (Balloussier, 2017; Fagan, 1996; Iannaccone, 1995; King & Furrow, 2004; Serafim & Alperstedt, 2012).

Ainda, ao contrastar os resultados (em especial do grupo de católicos) com os escores atribuídos pelo membro da cúria (Tabelas 7 e 8), mostra-se novamente congruência na atribuição de maior valor público para as atividades sociais em relação às atividades religiosas quanto à geração de valor público, enquanto, o mesmo não pode ser confirmado com relação aos resultados, bem como maior atribuição de valor público para as atividades de assistência social e para ações de solidariedade, caridade e serviço social em comparação aos programas para reabilitação de dependentes químicos.

Isto posto, considerando a questão de pesquisa e a hipótese de pesquisa (I), observa-se que o fator “atividades sociais” e suas variáveis são atividades realizadas pela Igreja Católica reconhecidas pela sociedade como geradoras de valor público, acatando-se a referida hipótese por conta da rejeição da hipótese nula H_{H0} para este fator e suas variáveis.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Retomando-se os objetivos específicos da presente investigação e as decorrentes hipóteses de pesquisa, é realizada neste tópico uma discussão dos resultados obtidos a partir dos dados analisados à luz do referencial teórico empírico. Quanto ao **primeiro objetivo específico**, a análise fatorial exploratória (item 4.2.2) revelou a existência de três fatores, sendo dois fatores para atividades e um fator para resultados. O primeiro fator de atividades, “atividades religiosas”, é composto por: cultos, rituais, doutrina, orações e adorações. O segundo fator de atividades, “atividades sociais”, é composto por: atividades de assistência social; ações de solidariedade, caridade e serviço social; e programas de reabilitação para dependentes químicos. Já o terceiro fator, resultados, é composto por: garantia de direitos; saúde; segurança, combate à criminalidade e violência; redistribuição de renda; e economia / crescimento econômico.

Tais resultados vão ao encontro da **hipótese de pesquisa (II)** e são amparados pelo exposto por Serafim e Alperstedt (2012), por indicarem que as organizações religiosas promovem como o seu principal produto as atividades religiosas, que por sua vez são acompanhadas de atividades sociais, além da existência de resultados oferecidos à coletividade, como dado, entre outros, por Burity (2007), Fagan (1996), Hull e Bold (1989), Iannaccone (1995) e Teixeira (2011), conforme apresentado no referencial teórico deste trabalho (item 2.1).

Com base nos três fatores extraídos e validados, procedeu-se ao método de regressão linear múltipla, visando avaliar o poder explicativo de tais fatores a respeito do valor público geral atribuído pelos respondentes às atividades e resultados oferecidos pela Igreja Católica e a influência de possíveis variáveis de controle (gênero, escolaridade, idade, renda e estado de saúde atual). Essa verificação preliminar revelou a significância dos três fatores e indicou as variáveis de controle como não significativas, demonstrando a relevância dos mesmos para explicação da variável dependente, sendo eles utilizados para os procedimentos seguintes da investigação.

Com isto, para o alcance do **segundo objetivo específico**, foram elaborados modelos de regressão linear para cada um dos três agrupamentos de *stakeholders* definidos de acordo com a quantidade de formas de relacionamento dos indivíduos observados com a Igreja Católica, o que, complementados com a realização dos testes Kruskal-Wallis e U de Mann-Whitney, apontou para a existência de diferenças na percepção de geração de valor público

nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica de acordo com o relacionamento dos indivíduos como *stakeholders* normativos da instituição, estando de acordo com a **hipótese de pesquisa (III)** e com o referencial teórico levantado especificamente sobre o tema, exposto no item 2.3, em especial por Balser e McClusky (2005) e Serafim & Alperstedt (2012).

As referidas diferenças, além de evidenciadas nos testes de médias, também foram observadas nos fatores que formaram cada modelo de regressão para os três grupos estudados: para os que não são considerados *stakeholders* normativos, os resultados são o principal fator de explicação e o fator “atividades sociais” também se revelou significativo; já para os que possuem uma forma de relacionamento, o fator “atividades sociais” perde significância enquanto o fator “atividades religiosas” se torna significativo (o que pode ser explicado pela relevante concentração de indivíduos observados cuja frequência às atividades religiosas é a única forma de relacionamento com a Igreja Católica), reforçando a influência do *status* de *stakeholder* normativo na percepção de valor público, tendo como base, principalmente, Balser e McClusky (2005) e Serafim e Alperstedt (2012).

Nesse contexto, também se notou que, para aqueles que possuem duas ou mais formas de relacionamento com a instituição, o fator “atividades religiosas” deixa de ser significativo enquanto o fator “atividades sociais” volta a ser significativo e com relevante carga fatorial em comparação ao grupo composto por não *stakeholders* (o que também pode ser explicado pela relevante concentração de indivíduos neste grupo que realizam atividades voluntárias na Igreja Católica), o que também reforça a influência do *status* de *stakeholder* normativo na percepção de valor público (Balser & McClusky, 2005; Serafim & Alperstedt, 2012). Em suma, notou-se que não apenas o fato de haver um relacionamento com a instituição avaliada pode influenciar na percepção de valor público, mas também a forma de relacionamento com a instituição pode influenciar na significância e relevância de determinado fator na percepção de valor público gerado pela Igreja Católica.

Quanto às comparações entre médias atribuídas pelos diferentes grupos de *stakeholders* para o valor público geral, para os fatores e para suas variáveis consideradas significativas, notou-se que, em termos gerais, quanto mais formas de relacionamento o indivíduo possui com a instituição estudada como *stakeholder* normativo, maior o valor público atribuído para suas atividades e resultados, bem como, apenas os grupos nos quais os indivíduos possuem alguma forma de relacionamento com a Igreja Católica consideram que suas atividades e resultados são valiosos para a sociedade. Este comportamento sido observado para as variáveis e fatores significativos nos modelos de regressão, acatou-se a

hipótese de pesquisa (IV) em convergência ao referencial teórico exposto no item 2.3 deste trabalho (Balser & McClusky, 2005; Freeman, 1984; Serafim & Alperstedt, 2012).

Ainda, percebeu-se que, para indivíduos que possuem dois ou mais relacionamentos, as “atividades sociais” e os “resultados” são considerados fatores geradores de valor público, entretanto, para aqueles que possuem um único relacionamento, apenas o fator “atividades religiosas” foi identificado como gerador de valor público, enquanto no fator “resultados” apenas a variável “segurança” pode ser considerada dessa forma, e, por fim, para o grupo que não possui relacionamentos como *stakeholder* normativo, apenas o fator “atividades sociais” foi identificado como gerador de valor público, devido às variáveis “assistência social” e “serviço social”.

Na sequência, para o alcance do **terceiro objetivo específico** da investigação, a aplicação de regressão linear para cada um dos três grupos definidos de acordo com a religião manifestada, complementada com a realização dos testes Kruskal-Wallis e U de Mann-Whitney, revelou a existência de diferenças na percepção de geração de valor público nas atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica de acordo com a identificação do indivíduo como pertencente ao grupo religioso (endogrupo), o que está de acordo com a **hipótese de pesquisa (V)**, por sua vez suportada pelas indicações presentes no item 2.4 do referencial teórico, como em Carone e Barone (2001), DiDonato et al. (2011), Dunkel e Dutton (2016), Johnson et al. (2012), Turner et al. (1979) e Ysseldyk et al. (2010).

As diferenças mencionadas residem, além nos resultados significativos dos testes de médias, na importância dos fatores observada em cada modelo de regressão: enquanto apenas para os católicos as atividades religiosas se revelaram significativas (o que pode ser explicado pelo relacionamento destes indivíduos com o elemento sagrado que é específico quanto ao seu significado para seus membros (Ysseldyk et al., 2010) e que, após, reforçou-se com a substituição desse fator pela variável “*stakeholder*” no modelo de regressão – Figura 12), para os dois grupos compostos por religiosos (católicos e outras religiões) as atividades sociais se revelaram significativas (o que pode ser explicado pelo fato de que estes indivíduos compartilham a solução de problemas sociais que são comuns (Moore, 2003; Serafim & Alperstedt, 2012) ou pelo sentimento de proteção mútua entre aqueles que possuem alguma religião (Johnson et al., 2012; Serafim & Alperstedt, 2012)), enquanto para aqueles que declararam não pertencer a nenhuma religião, apenas os resultados foram expressivos, fator este que também se demonstrou significativo para os dois grupos compostos por religiosos. Em síntese, observou-se que, quanto mais afastado o indivíduo está do endogrupo, um menor número de fatores explica a sua percepção sobre a geração de valor público pela Igreja

Católica, a começar pela perda de significância das atividades religiosas.

Ainda, com a realização da comparação das médias entre os escores atribuídos para a variável dependente, para os fatores e para as variáveis significativas em cada grupo, notou-se que os católicos atribuem maior valor público às atividades realizadas e resultados fornecidos pela Igreja Católica em comparação ao grupo de outras religiões, ao passo que membros de outras religiões atribuíram maior valor público do que os respondentes que declararam não possuir religião, o que confirma a **hipótese de pesquisa (VI)** e está de acordo com os elementos apresentados no item 2.4 do referencial teórico (Carone & Barone, 2001; DiDonato et al., 2011; Dunkel & Dutton, 2016; Johnson et al., 2012; Moore, 2003; Otley, 2008; Serafim & Alperstedt, 2012; Turner et al., 1979; Ysseldyk et al., 2010).

Reforça-se, sobretudo, a aceitação da hipótese de pesquisa (VI) ao observar que apenas o grupo de católicos considera que, em geral, as atividades e resultados fornecidos pela Igreja Católica geram valor público, o que é explicado, em primeiro lugar, pelas atividades sociais, bem como pelas atividades religiosas, enquanto, para os demais grupos, foram observados escores acima de seis apenas no grupo de membros de outras religiões para o fator atividades sociais (mais especificamente, para as atividades de assistência social e para as ações de solidariedade, caridade e serviço social), reforçando a percepção de cooperação na resolução de problemas em comum e de proteção mútua entre religiosos.

Para o alcance do **quarto objetivo específico** desta investigação, de modo a confirmar a influência da religião e do *status* de *stakeholder* na percepção de valor público atribuído pelos respondentes à Igreja Católica, utilizou-se o método de regressão linear múltipla com a inclusão de tais elementos como variáveis do modelo, resultando na significância das referidas variáveis ao nível de 1%. Com isso, acatou-se a **hipótese de pesquisa (VII)** de que o relacionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo e a sua religião são elementos que influenciam na percepção de geração de valor público sobre as atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica, estando ao encontro dos elementos indicados no referencial teórico, mais especificamente com a teoria dos *stakeholders* (item 2.3) e a teoria da identidade social, viés endogrupal e favoritismo intragrupo (item 2.4).

Ademais, com relação ao modelo de regressão gerado com a inclusão das variáveis “*stakeholder*” e “religião”, notou-se, com base nos coeficientes padronizados, maior relevância da variável “*stakeholder*” em comparação à variável “religião”, situação esperada após a verificação de que, para os católicos, o seu relacionamento como *stakeholder* é capaz de potencializar a sua percepção de valor público gerado pela Igreja Católica, ao passo que, para os indivíduos que não possuem nenhum relacionamento com a Igreja Católica, a sua

religião não possui influência significativa no valor público atribuído à instituição.

Por fim, para atendimento ao **objetivo geral** e à questão orientativa da pesquisa, a partir do modelo de regressão gerado com a inclusão das variáveis “religião” e “*stakeholder*”, denotou-se que, para a amostra estudada, considera-se que a denominada religiosa estudada, por meio de suas atividades e resultados, gera valor público à sociedade, já que a média de valor público geral está entre 6,59 e 7,08, o que se deve principalmente às atividades sociais geradas pela instituição, sendo: atividades de assistência social (Fagan, 1996; Serafim & Alperstedt, 2012; Teixeira, 2011), ações de solidariedade, caridade e serviço social (Hagopian, 2009; King & Furrow, 2004; Serafim & Alperstedt, 2012; Teixeira, 2011) e programas de reabilitação para dependentes químicos (Balloussier, 2017; Fagan, 1996; Iannaccone, 1995; King & Furrow, 2004; Serafim & Alperstedt, 2012).

Dessa forma, foi possível acatar a **hipótese de pesquisa (I)** ao observar que as atividades de serviço social (escore entre 7,50 e 7,98), ações de solidariedade, caridade e serviço social (escore entre 7,45 e 7,93) e programas de reabilitação para dependentes químicos (escore entre 6,76 e 7,30), que compõem o fator “atividades sociais” (escore entre 7,27 e 7,74), são percebidos pela sociedade como atividades realizadas pela Igreja Católica que geram valor público.

Em conjunto a este fato, atendo-se à relevância das variáveis “religião” e “*stakeholder*” no modelo de regressão, **defende-se a tese de que uma denominação religiosa realiza atividades ou oferece resultados percebidos como geradores de valor público pela sociedade, contudo a percepção de valor público sofre influência do posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo da instituição e do seu viés endogrupal religioso.**

5 CONCLUSÕES

A presente investigação defende a tese de que uma denominação religiosa realiza atividades ou oferece resultados percebidos como geradores de valor público pela sociedade, contudo a percepção de valor público sofre influência do posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo da instituição e de acordo com o seu viés endogrupal religioso.

Essa tese deriva do objetivo geral da pesquisa, que é o de identificar as atividades realizadas ou resultados oferecidos por uma denominação religiosa que são percebidos pela sociedade como geradores de valor público, e dos objetivos específicos, sendo: (I) identificar fatores de atividades e/ou de resultados de acordo com a percepção dos indivíduos quanto à geração de valor público pela denominação religiosa; (II) detectar a existência de diferenças na percepção de geração de valor público das atividades realizadas e dos resultados fornecidos por uma denominação religiosa de acordo com o relacionamento do indivíduo com a instituição (*stakeholder* normativo); (III) apontar a existência de diferenças na percepção de geração de valor público das atividades realizadas e dos resultados por uma denominação religiosa de acordo com o grupo religioso ao qual o indivíduo pertence (viés endogrupal religioso); e (IV) constatar a existência de influência do posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo e do viés endogrupal religioso no valor público atribuído às atividades realizadas e resultados gerados por uma denominação religiosa.

Para a consecução destes objetivos, foi realizado um levantamento junto a indivíduos residentes na região geográfica abrangida pela Arquidiocese de Curitiba, por meio de questionário autoadministrado, tendo sido obtidas 732 respostas válidas. Ressalta-se que a aplicação do questionário foi precedida por procedimentos de validação a partir de dados públicos disponibilizados no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba, entrevista com representante da Arquidiocese e pré-testes com mestres e doutores. Tendo como teoria de base a teoria do valor público (Moore, 1994, 1995, 2013), o tratamento e a análise de dados tomaram como referência as sete hipóteses de pesquisa definidas no item 2.5 deste trabalho, conforme estratégia metodológica definida no tópico 3.5.

Entende-se que as evidências apresentadas a partir da análise dos dados e os argumentos expostos na discussão dos resultados levam à aceitação da tese de que a denominação religiosa realiza atividades ou oferece resultados percebidos como geradores de valor público pela sociedade, contudo a percepção de valor público sofre influência do posicionamento do indivíduo como *stakeholder* normativo da instituição e do seu viés

endogrupal religioso.

Ao retomar as justificativas e contribuições esperadas para este estudo, considera-se pelo aspecto teórico que os resultados aqui apresentados sejam relevantes para o desenvolvimento de novas pesquisas na área de Contabilidade que envolvam organizações religiosas, visto que, mesmo diante da importância dessas instituições para a sociedade no aspecto social, ainda são poucas as análises na área que tenham como enfoque organizações dessa natureza (Campos et al., 2014). Ao observar a afirmação de Serafim e Alperstedt (2012), de que há resistências em abordar estas organizações em pesquisas acadêmicas, espera-se que a presente investigação possa motivar e encorajar novos estudos na área de Contabilidade, tendo como enfoque as organizações religiosas, com a possibilidade de fornecimento de contribuições teóricas e sociais.

Em específico, a presente revisão temática teve como uma de suas finalidades a abordagem à questão da mensuração e identificação do desempenho de organizações sem fins lucrativos, algo reconhecidamente problemático em termos teóricos diante da subjetividade e complexidade dos resultados oferecidos por estas para a sociedade (Anthony & Young, 1994; Lee & Nowell, 2015; Sawhill & Williamson, 2001). Ao abordar a teoria do valor público como uma alternativa para a resolução desse problema, os procedimentos adotados podem levar a uma forma de identificar se as atividades realizadas e se os resultados gerados por uma organização sem fins lucrativos são reconhecidos pela sociedade como geradoras de valor público, bem como sobre quais atividades e resultados são reconhecidas como tal.

Com isso, no aspecto prático, esta investigação pode ajudar a apontar caminhos para que essas organizações consigam formular critérios para avaliar e acompanhar o próprio desempenho organizacional, contribuindo futuramente para o desenvolvimento da própria teoria com a geração de novas evidências empíricas e viabilizando a aplicação de ferramentas gerenciais associadas à teoria do valor público, como o *Public Value Scorecard*. Além disso, espera-se que a metodologia utilizada, que possui a teoria do valor público como pano de fundo, possa ajudar pesquisadores da área no desenvolvimento de critérios comuns ou de plataformas para a mensuração do desempenho de organizações públicas e sem fins lucrativos, como foi apontado por Boateng et al. (2016).

Para a instituição objeto de estudo, a Igreja Católica, a identificação das atividades sociais como aquelas que são consideradas pela sociedade em geral como geradoras de valor público (especificamente: atividades de assistência social; ações de solidariedade, caridade e serviço social; programas de reabilitação para dependentes químicos), bem como a identificação dos resultados (especificamente: garantia de direitos; saúde; segurança, combate

à criminalidade e violência; economia / crescimento econômico; redistribuição de renda) como elementos relevantes na determinação do valor público geral atribuído pelos respondentes à Igreja Católica, pode fazer com que estes sejam critérios importantes para que ela defina como mensurar e avaliar o seu desempenho pela ótica de geração de valor para a coletividade, contribuindo para a melhoria gerencial (Bajpai, 2016) e para a efetividade da aplicação de ferramentas de contabilidade e controle gerencial com a finalidade de aumentar as possibilidades de sustentabilidade de suas atividades (Thomson, 2007).

Da mesma forma, considera-se que a identificação de diferenças na percepção de geração de valor público de acordo com o perfil do indivíduo (como a relevância das atividades religiosas para os católicos e para aqueles que participam das atividades religiosas, além da maior relevância das atividades sociais para membros de outras religiões e para os indivíduos com maior envolvimento com a Igreja Católica) pode ajudar estas organizações tanto na gestão de seu desempenho, ao buscar atender indivíduos de diferentes perfis, bem como no melhor direcionamento no processo de prestação de contas, de forma a garantir maior legitimidade e apoio quanto às suas atividades e resultados (Boateng et al., 2016; Moore, 2003), pois, ao lembrar que organizações sem fins lucrativas possuem como característica a necessidade de atender diversos *stakeholders* com interesses e necessidades heterogêneas (Speckbacher, 2003), é importante que a organização desenvolva múltiplos critérios para a avaliação de seu desempenho (Balser & McClusky, 2005).

Todavia, ao levar em consideração a identificação dos fatores “atividades sociais” e “resultados”, que também é composto por resultados de interesse social, como relevantes na composição da percepção de valor público da Igreja Católica pela sociedade, torna-se imperioso que a instituição considere a reflexão de Wuthnow (1999):

A religião pode ter um efeito sadio na sociedade civil, encorajando seus membros a participarem de cultos, passar mais tempo com suas famílias e aprender lições morais próprias das tradições religiosas, mas o impacto da religião na sociedade poderá diminuir se este for o único papel que ela desempenhar (p. 362).

Ou seja, como afirma Moore (1994), uma organização não pode perder o foco quanto à finalidade de sua existência e quem ela busca atender primariamente; não obstante, observar os interesses dos *stakeholders* não é algo apenas prudente, como moralmente adequado. Ainda, retoma-se a afirmação de Balser e McClusky (2005) de que a eficácia de uma organização sem fins lucrativos é avaliada de acordo com a capacidade de atendimento das expectativas específicas de seus diferentes *stakeholders*. Com isso, recomenda-se que a avaliação de desempenho dessas organizações considere estas diferentes expectativas de seus

stakeholders (especialmente de seus beneficiários e financiadores) para que seja possível ampliar a obtenção de legitimidade de sua atuação (Huang & Hooper, 2011, citado por Cordery & Sinclair, 2013).

Ademais, ressalta-se o resultado obtido pela instituição quanto aos seus resultados que, tanto para o fator quanto nas variáveis que o compõe, obteve média abaixo do valor crítico de seis definido para a investigação. Ao levar em consideração a discrepância entre a percepção da sociedade sobre este fator e suas variáveis com a percepção manifestada pelo representante da Arquidiocese de Curitiba, em que os escores atribuídos pelo último são superiores aos indicados pelo público em geral, a gestão de desempenho desse fator deverá exigir da instituição um amplo esforço para obtenção de maior legitimidade junto ao público abrangido por suas ações quanto à sua atuação nas áreas indicadas neste fator e para obter, deste mesmo público, maior percepção de confiabilidade quanto à sua condução e orientação social, o que poderá ser viabilizado por uma evolução em seu processo de prestação de contas (Portulhak, Delay, & Pacheco, 2015).

Essa maior dificuldade, que pode ser atribuída à subjetividade desses resultados e por estes envolverem atividades de prevenção (como nas áreas de segurança e saúde), também é prevista por Wainwright (2003), que indica, dentre os principais obstáculos para realizar a mensuração de desempenho de entidades do Terceiro Setor, a dificuldade de demonstrar resultados positivos à coletividade a respeito de atividades de prevenção.

Retomando-se os argumentos frisados na contextualização e na problematização, espera-se que os resultados apresentados possam contribuir na discussão pública sobre a manutenção ou retirada de isenções e imunidades tributárias de organizações religiosas. Em termos práticos e sociais, a identificação das atividades sociais consideradas pela sociedade como geradoras de valor público pode ajudar a instituição estudada e organizações similares, bem como organizações públicas e da sociedade civil, a avaliarem se os benefícios gerados pelas organizações religiosas nestas áreas são favoráveis em relação às subvenções tributárias concedidas, subsidiando um debate racional a respeito da matéria, tendo ciência de que elementos como o posicionamento religioso do indivíduo e seu posicionamento como *stakeholder* normativo podem influenciar nesta análise.

Além disso, a avaliação econômico-financeira da viabilidade da manutenção de benefícios tributários para organizações religiosas, tendo como compensação o oferecimento de atividades sociais, também pode ser objeto de futuras investigações na área contábil, enquanto, pelo aspecto prático, o processo de prestação de contas dessas organizações também poderá ser aperfeiçoado tendo como base as evidências aqui apresentadas,

aumentando as possibilidades de resposta da organização religiosa à pressão social que tem por objetivo a eliminação das imunidades tributárias ao ressaltar diante dos diferentes públicos impactados os benefícios gerados pela organização à coletividade.

Outrossim, a partir das contribuições realizadas por esta investigação, também são sugeridos novos estudos, com o intuito de se avançar na temática tratada. Em primeiro lugar, como a abordagem desta investigação teve como enfoque as atividades consideradas como geradoras de valor público por uma denominação religiosa, levando também em consideração a possibilidade de se avançar na identificação de fatores que influenciam na percepção de valor público pelos indivíduos da sociedade, sugere-se a identificação de fatores que possam ser considerados pela sociedade como destruidores de valor público, ou seja, atividades ou resultados gerados por uma denominação religiosa que são observados pela sociedade como desfavoráveis a ela mesma, elementos que podem estar presentes na avaliação geral dos respondentes, visto os argumentos apresentados na introdução deste trabalho.

Com isto, além de ser repassado um quadro mais amplo sobre o desempenho da instituição pela ótica do valor público, com possíveis contribuições práticas e sociais consequentes pela possibilidade de auxiliá-la na gestão de seu desempenho, entende-se que tal abordagem também poderá ajudar no desenvolvimento da teoria do valor público na confirmação da influência das variáveis “religião” e “*stakeholder*” nas percepções negativas.

Tomando como base a identificação de que, dentre os indivíduos que não se declararam como *stakeholders* normativos, a afiliação religiosa não se mostrou elemento significativo na atribuição do valor público geral, entende-se que este achado pode contribuir no avanço de pesquisas no campo da psicologia social, especificamente a respeito do viés endogrupal religioso. Considerando que, dentre os respondentes desse grupo, constavam católicos, sobre os quais poderia ser esperado um viés endogrupal favorável à Igreja Católica na atribuição de valor público gerado por suas atividades e resultados, o que não foi evidenciado, novas pesquisas poderão beneficiar o desenvolvimento teórico da área de conhecimento pela avaliação da possibilidade de que o viés endogrupal religioso não ocorra quando o indivíduo, apesar de declarar determinada afiliação, não exerça uma pertença real, como o caso dos “católicos não praticantes”, conforme mencionado por Souza (2004).

Também ao considerar a delimitação geográfica da pesquisa (Arquidiocese de Curitiba), os resultados aqui apresentados poderão ser robustecidos com a replicação em outras regiões geográficas, de modo a testar a estabilidade dos comportamentos identificados em outros âmbitos para a mesma instituição. Da mesma forma, o desenvolvimento de pesquisas sobre contabilidade e controle gerencial poderá se beneficiar com a replicação dessa

investigação tendo como perspectiva outras organizações religiosas, especialmente para avaliar se o comportamento de proteção ou cooperação entre indivíduos religiosos se mantém na expressão da percepção de valor público gerado pela instituição.

Por fim, como mencionado dentre as justificativas do estudo, “dificilmente há algum aspecto da vida de uma sociedade que não seja afetado pela religião” (Guiso et al., 2003, p. 226). Contudo, os resultados dessa pesquisa vão além ao identificar, tomando como base a teoria da identidade social e os conceitos de viés endogrupal e favoritismo intragrupo, que a identificação religiosa do respondente é capaz de afetar a sua percepção de valor público. Da mesma forma, à luz da teoria dos *stakeholders*, identificou-se que a relação do indivíduo como um *stakeholder* normativo também pode influenciar na sua percepção de valor público, contribuição esta que, inclusive, pode ajudar no desenvolvimento da teoria dos *stakeholders* para organizações sem finalidade de lucro, considerando que pesquisas dessa natureza ainda são consideradas raras e que este campo é entendido como relativamente inexplorado pela academia (Cooper, 2014).

Após a identificação de tais achados, definiu-se o título desta tese: o valor público está nos olhos de quem vê. Como prescrito por Hartley et al. (2016), o desenvolvimento da teoria do valor público necessita de fundamentações empíricas para o seu desenvolvimento, sendo necessárias pesquisas que tratem sobre fatores que podem facilitá-la ou agir como barreiras, beneficiando-se da captura da influência de elementos como emoções, preferências e julgamentos de indivíduos e de grupos. Levando em conta que a ideia de valor público possui componentes de subjetividade, ao considerar aquilo que é percebido como valioso para as pessoas e ser relativa às circunstâncias e ao ambiente (Alford & O’Flynn, 2009), a evidenciação da influência de fatores como o viés endogrupal e o posicionamento como *stakeholder* pode ser considerada uma limitação que deve ser considerada ou controlada no processo de desenvolvimento da teoria.

Por conseguinte, entende-se que tal limitação, ou elemento a ser controlado, deve se estender na avaliação do desempenho de organizações públicas ou de governos pela ótica do valor público. Como exemplo, menciona-se a pesquisa realizada pelo jornal *The Wall Street Journal* em agosto de 2018 sobre a avaliação popular da gestão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Enquanto, em geral, a pesquisa apontou 44% de aprovação e 52% de desaprovação, a fragmentação dos respondentes de acordo com o alinhamento político do respondente revelou que 90% dos republicanos aprovam sua gestão (9% de desaprovação) enquanto 10% dos democratas aprovam sua gestão (87% de desaprovação) (Hook, 2018).

Com isso, reforça-se o argumento de que os conceitos de viés endogrupal e

favoritismo intragrupo, que necessariamente envolvem pressupostos ontológicos individuais, além da identificação do relacionamento do sujeito como *stakeholder*, não devem ser desprezados em pesquisas futuras sobre o tema, incluindo o cenário brasileiro, onde também se observa uma escalada recente da polarização política (Moreira, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACI Digital. (2017). *Estes são os 10 países com mais católicos no mundo*. Recuperado em 23 abril, 2018, de <https://www.acidigital.com/noticias/estes-sao-os-10-paises-com-mais-catolicos-no-mundo-38163>
- Alford, J., & O’Flynn, J. (2009). Making sense of public value: concepts, critiques and emergent meanings. *International Journal of Public Administration*, 32(3–4), 171–191. <https://doi.org/10.1080/01900690902732731>
- Amado, G. (2016). *Igrejas brasileiras recolheram R\$ 17 bilhões de dízimo em um ano*. Recuperado em 06 julho, 2017, de <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/igrejas-brasileiras-recolheram-r-17-bilhoes-de-dizimo-em-um-ano.html>
- Andrade, F. G. (2017). *Por que Igreja não paga imposto?* Recuperado em 06 julho, 2017, de <http://veja.abril.com.br/politica/por-que-igreja-nao-paga-imposto/>
- Anheier, H. K. (2005). *Nonprofit organizations: theory, management, policy*. Londres: Routledge.
- Anthony, R. N., & Young, D. W. (1994). *Management control in nonprofit organizations*. Chicago: Irwin.
- Antonelli, R. A. (2018). *Êxito dos sistemas de informações contábeis: análise dos fatores críticos de sucesso e insucesso*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Arena, M., Azzone, G., & Bengo, I. (2015). Performance measurement for social enterprises. *Voluntas*, 26(2), 649–672. <https://doi.org/10.1007/s11266-013-9436-8>
- Arquidiocese de Curitiba. (2018). *Arquidiocese de Curitiba*. Recuperado em 28 junho, 2018, de <http://arquiocesedecuritiba.org.br/>
- Azevedo, D. (2004). A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, 18(52), 109–120. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300009>
- Bajpai, A. (2016). “Valor público” como uma estrutura normativa: análise comparativa e reformulação da cultura administrativa na Índia e no Nepal. *Revista Culturas Jurídicas*, 3(6), 1–24. <http://dx.doi.org/10.22409/rcj.v3i6>

- Balloussier, A. V. (2017). *Senado discute se igrejas devem parar de ter imunidade tributária*. Recuperado em 06 julho, 2017, de <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1873800-senado-discute-se-igrejas-devem-parar-de-ter-imunidade-tributaria.shtml>
- Balloussier, A. V. (2018). “*A gente quer odiar a religião, ela merece*”, diz chefe de grupo de ateus. Recuperado em 07 agosto, 2018, de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1946742-a-gente-quer-odiar-a-religiao-ela-merece-diz-chefe-de-grupo-de-ateus.shtml>
- Balser, D., & McClusky, J. (2005). Managing stakeholder relationships and nonprofit organization effectiveness. *Nonprofit Management and Leadership*, 15(3), 295–315. <https://doi.org/10.1002/nml.70>
- Barrett, B. (2010). Religion and habitus: exploring the relationship between religious involvement and educational outcomes and orientations among urban African American students. *Urban Education*, 45(4), 448–479. <https://doi.org/10.1177/0042085910372349>
- Barro, R. J., & McCleary, R. M. (2003). Religion and economic growth across countries. *American Sociological Review*, 68(5), 760–781. <https://doi.org/10.2307/1519761>
- Benington, J. (2011). From private choice to public value? In J. Benington & M. H. Moore (Eds.). *Public value: theory and practice* (Cap. 2). New York: Palgrave MacMillan.
- Benington, J., & Moore, M. H. (2011). Public value in complex and changing times. In J. Benington & M. H. Moore (Eds.). *Public value: theory and practice* (Cap. 1). New York: Palgrave MacMillan.
- Benjamin, L. M. (2008). Account space: how accountability requirements shape nonprofit practice. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 37(2), 201–223. <https://doi.org/10.1177/0899764007301288>
- Bennett, O. (2009). On religion and cultural policy: notes on the Roman Catholic Church. *International Journal of Cultural Policy*, 15(2), 155–170. <https://doi.org/10.1080/10286630802609972>
- Boateng, A., Akamavi, R. K., & Ndoró, G. (2016). Measuring performance of non-profit organisations: evidence from large charities. *Business Ethics*, 25(1), 59–74. <https://doi.org/10.1111/beer.12108>
- Bozeman, B. (2007). *Public values and public interest: counterbalancing economic individualism*. Washington: Georgetown University Press.

- Brewer, M. B. (1999). The psychology of prejudice: ingroup love or outgroup hate? *Journal of Social Issues*, 55(3), 429–444. <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00126>
- Brown, W. A., & Iverson, J. O. (2004). Exploring strategy and board structure in nonprofit organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 33(3), 377–400. <https://doi.org/10.1177/0899764004265428>
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. (4a ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Bryson, J. M. (2018). *Strategic planning for public and nonprofit organizations*. (5a ed.). New Jersey: Wiley.
- Bryson, J. M., Crosby, B. C., & Bloomberg, L. (2014). Public value governance: moving beyond traditional public administration and the new public management. *Public Administration Review*, 74(4), 445–456. <https://doi.org/10.1111/puar.12238>.Public
- Burity, J. (2007). Organizações religiosas e ações sociais: entre as políticas públicas e a sociedade civil. *Revista Antropológicas*, 18(2), 42.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis*. Londres: Heineman.
- Cadge, W., & Wuthnow, R. (2006). Religion and the non-profit sector. In W. W. Powell & R. Steinberg (Eds.). *The non-profit sector: a research handbook* (Cap. 20). Londres: Yale University Press.
- Campos, G. M., Moreira, R. de L., & Scalzer, R. S. (2014). Financial reporting: reflection on transparency in the third sector. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(3), 130–142.
- Carmona, S., & Ezzamel, M. (2006). Accounting and religion: a historical perspective. *Accounting History*, 11(2), 117–127. <https://doi.org/10.1177/1032373206063109>
- Carone, D. A., & Barone, D. F. (2001). A social cognitive perspective on religious beliefs: Their functions and impact on coping and psychotherapy. *Clinical Psychology Review*, 21(7), 989–1003. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(00\)00078-7](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(00)00078-7)
- Castro, C. M. (2006). *A prática da pesquisa* (2a ed.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Castro, V. R., Donega, P. H. C. C., Gomes, G. S., Rech, I. J., & Costa, P. S. (2014). Instrumentos contábeis e gerenciais nas pesquisas relacionadas a organizações do Terceiro Setor. In 9º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo: USP.

- Catholic Hierarchy. (2018). *Archdiocese of Curitiba*. Recuperado em 14 junho, 2018, de <http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dcuri.html>
- Chohan, U. W., & Jacobs, K. (2017). Public value as rhetoric: a budgeting approach. *International Journal of Public Administration*, 40(12), 1–11. <https://doi.org/10.1080/01900692.2017.1373673>
- Coats, D., & Passmore, E. (2008). *Public value: the next steps in public service reform*. Londres: The Work Foundation. Recuperado em 04 fevereiro, 2018 de www.theworkfoundation.com
- Collins, P. M. (2008). Ecclesiology and world mission/ missio Dei. In G. Mannion & L. S. Mudge (Eds.). *The Routledge companion to the Christian Church* (Cap. 36). New York: Routledge.
- Congresso em Foco. (2015). *Ateus lançam “semente” para acabar com imunidade das igrejas*. Recuperado em 07 agosto, 2018, de <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/ateus-lancam-semente-para-acabar-com-imunidade-das-igrejas/>
- Conselho Federal de Contabilidade. (2015). *CFC publica alterações que impactam no registro contábil de entidades sem fins lucrativos*. Retrieved 05 novembro, 2016, de <http://cfc.org.br/noticias/itg-2002-cfc-publica-mudancas-na-contabilidade-do-terceiro-setor/>
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de pesquisa em administração* (12a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Cooper, K. R. (2014). *Exploring stakeholder participation in nonprofit collaboration*. Tese de Doutorado, Departamento de Comunicação, University of Illinois, Urbana-Champaign, IL.
- Cordery, C., & Sinclair, R. (2013). Measuring performance in the third sector. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 10(3), 196–212. <https://doi.org/10.1108/QRAM-03-2013-0014>
- Costa, F. (2016). *A presença do homo academicus na contabilidade: um olhar bourdieusiano sobre o contexto social do desenvolvimento da produção científica contábil brasileira*. Tese de Doutorado, Departamento de Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Coyle, D., & Woolard, C. (2010). *Public value in practice: restoring the ethos of public service*. Londres: BBC Trust. Recuperado em 22 setembro, 2017, de http://www.bbc.co.uk/bbctrust/governance/tools_we_use/public_value_practice.html

- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Dalmero, M., & Vieira, K. M. (2013). Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? *Revista Gestão Organizacional*, 6(3), 161–174. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000500002>
- Datafolha. (2016). *44% dos evangélicos são ex-católicos*. Recuperado em 23 abril, 2018, de <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>
- De Jong, J., Douglas, S., Sicilia, M., Radnor, Z., Noordegraaf, M., & Debus, P. (2016). Instruments of value: using the analytic tools of public value theory in teaching and practice. *Public Management Review*, 19(5), 1–16. <https://doi.org/10.1080/14719037.2016.1192162>
- DiDonato, T. E., Ullrich, J., & Krueger, J. I. (2011). Social perception as induction and inference: an integrative model of intergroup differentiation, ingroup favoritism, and differential accuracy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(1), 66–83. <https://doi.org/10.1037/a0021051>
- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65–91. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9503271992>
- Dunkel, C. S., & Dutton, E. (2016). Religiosity as a predictor of in-group favoritism within and between religious groups. *Personality and Individual Differences*, 98, 311–314. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.04.063>
- Elzinga, T., Albronda, B., & Kluijtmans, F. (2009). Behavioral factors influencing performance management systems' use. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 58(6), 508–522. <https://doi.org/10.1108/17410400910977064>
- Fagan, P. F. (2006). Why religion matters even more: The impact of religious practice on social stability. *Backgrounder*, 1064(1992), 1-30.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ferreira, A., & Otley, D. (2009). The design and use of performance management systems: an extended framework for analysis. *Management Accounting Research*, 20(4), 263–282. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2009.07.003>

- Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*(especial), 51–64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Field, A. (2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Foreque, F. (2013). *Igrejas arrecadam R\$ 20 bilhões no Brasil em um ano*. Recuperado em 06 julho, 2017, de <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/01/1221000-igrejas-arrecadam-r-20-bilhoes-no-brasil-em-um-ano.shtml>
- Franco-Santos, M., Lucianetti, L., & Bourne, M. (2012). Contemporary performance measurement systems: a review of their consequences and a framework for research. *Management Accounting Research, 23*(2), 79–119. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2012.04.001>
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman.
- Garrison, R. H., Noreen, E., & Brewer, P. (2013). *Contabilidade gerencial* (14a ed.). Porto Alegre: McGraw-Hill.
- Globo. (2018). *Ciro diz que “Brasil não aguenta mais um presidente fraco, que tenha que consultar seu mentor.”* Recuperado em 09 outubro, 2018, de <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/19/ciro-diz-que-brasil-nao-aguenta-mais-um-presidente-fraco-que-tenha-que-consultar-seu-mentor.ghtml>
- Goeking, W. (2018). *Amoêdo defende taxaço de igrejas e privatizaço de Petrobras e bancos públicos*. Recuperado em 09 outubro, 2018, de <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7603308/amoedo-defende-taxacao-de-igrejas-e-privatizacao-de-petrobras-e-bancos-publicos>
- Grillo, M. (2017). *Desde 2010, uma nova organizaço religiosa surge por hora*. Recuperado em 04 agosto, 2017, de <https://oglobo.globo.com/brasil/desde-2010-uma-nova-organizacao-religiosa-surge-por-hora-21114799>
- Grim, B. J., & Grim, M. E. (2016). The socio-economic contribution of religion to american society: an empirical analysis. *Interdisciplinary Journal of Research on Religion, 12*(3), 1–31.
- Gruber, J. (2005). Religious market structure, religious participation, and outcomes: is religion good for you? *Advances in Economic Analysis & Policy, 5*(1), 1–30. <https://doi.org/10.1515/1538-0637.1454>

- Guiso, L., Sapienza, P., & Zingales, L. (2003). People's opium? Religion and economic attitudes. *Journal of Monetary Economics*, 50(1), 225-282. [https://doi.org/10.1016/S0304-3932\(02\)00202-7](https://doi.org/10.1016/S0304-3932(02)00202-7)
- Hagopian, F. (2009). *Religious pluralism, democracy, and the Catholic Church in Latin America*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. (6a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Hartley, J., Alford, J., Knies, E., & Douglas, S. (2016). Towards an empirical research agenda for public value theory. *Public Management Review*, 19(5), 670-685. <https://doi.org/10.1080/14719037.2016.1192166>
- Hewstone, M., Rubin, M., & Willis, H. (2002). Intergroup bias. *Annual Review of Psychology*, 53(1), 575–604. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.53.100901.135109>
- Hood, A. (2008). Governance. In G. Mannion & L. S. Mudge (Eds.). *The Routledge Companion to the Christian Church* (Cap. 30). New York: Routledge.
- Hook, J. (2018). *Trump job approval steady amid legal action*. Recuperado em 11 outubro, 2018, de <https://www.wsj.com/articles/trump-job-approval-steady-amid-legal-action-poll-says-1535293790>
- Hornngren, C. T., Sundem, G. L., & Stratton, W. O. (2004). *Contabilidade gerencial* (12a ed.). São Paulo: Pearson.
- Huang, H. J., & Hooper, K. (2011). New Zealand funding organisations. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(4), 425–449. <https://doi.org/10.1108/11766091111189909>
- Hull, B. B., & Bold, F. (1989). Towards an economic theory of the Church. *International Journal of Social Economics*, 16(7), 5–15.
- Iannaccone, L. R. (1995). *Religion, values, and behavioral constraint*. Recuperado em 04 março, 2018, de https://www.researchgate.net/publication/239858841_Religion_Values_and_Behavioral_Constraint
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012a). As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010. *Estudos & Pesquisas Informação Econômica* (20). Brasília: IBGE.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012b). *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 05 agosto, 2018, de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf
- Ittner, C. D., Larcker, D. F., & Randall, T. (2003). Performance implications of strategic performance measurement in financial services firms. *Accounting, Organizations and Society*, 28(7–8), 715–741. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(03\)00033-3](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(03)00033-3)
- Jobome, G. O. (2006). Management pay, governance and performance: the case of large UK nonprofits. *Financial Accountability & Management*, 22(4), 331–358. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2006.00429.x>
- Johnson, M. K., Rowatt, W. C., & Labouff, J. P. (2012). Religiosity and prejudice revisited: In-group favoritism, out-group derogation, or both? *Psychology of Religion and Spirituality*, 4(2), 154–168. <https://doi.org/10.1037/a0025107>
- Kaplan, R. S. (2001). Strategic performance measurement and management in nonprofit organizations. *Nonprofit Management and Leadership*, 11(3), 353–370. <https://doi.org/10.1002/nml.11308>
- Kelly, G., Mulgan, G., & Muers, S. (2002). *Creating public value: an analytical framework for public service reform*. Londres: Strategy Unit, Cabinet Office, UK Government. Recuperado em 12 março, 2018, de http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20100416132449/http://www.cabinetoffice.gov.uk/media/cabinetoffice/strategy/assets/public_value2.pdf
- King, P. E., & Furrow, J. L. (2004). Religion as a resource for positive youth development: Religion, social capital, and moral outcomes. *Developmental Psychology*, 40(5), 703–713. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.40.5.703>
- Knill, C., Preidel, C., & Nebel, K. (2014). Brake rather than barrier: the impact of the Catholic Church on morality policies in Western Europe. *West European Politics*, 37(5), 845–866. <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.909170>
- Latour, V. J. (2017). *Accounting, capitalism and the revealed religions: a study of Christianity, Judaism and Islam*. Cham (Suíça): Palgrave McMillan.
- Lee, C., & Nowell, B. (2015). A framework for assessing the performance of nonprofit organizations. *American Journal of Evaluation*, 36(3), 299–319. <https://doi.org/10.1177/1098214014545828>

- Lehmann, D. (2007). A milagrosa economia da religião: um ensaio sobre capital social. *Horizontes Antropológicos*, 13(27), 69–98. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832007000100005>
- Lewis, D. (2001). *The management of non-governmental development organizations: an introduction*. Londres: Routledge.
- Lim, C., & Putnam, R. D. (2010). Religion, social networks, and life satisfaction. *American Sociological Review*, 75(6), 914–933. <https://doi.org/10.1177/0003122410386686>
- MacIndoe, H., & Barman, E. (2013). How organizational stakeholders shape performance measurement in nonprofits: exploring a multidimensional measure. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 42(4), 716–738. <https://doi.org/10.1177/0899764012444351>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mário, P. C., Alves, A. D. F., Carmo, J. P. S., Silva, A. P. B., & Jupetipe, F. K. N. (2013). A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 8(1), 64–79.
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais*. (2a ed.). Pero Pinheiro: Report Number.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Meynhardt, T. (2009). Public value inside: what is public value creation? *International Journal of Public Administration*, 32(3–4), 192–219. <https://doi.org/10.1080/01900690902732632>
- Meynhardt, T. (2015). Public value: turning a conceptual framework into a scorecard. In J. M. Bryson, B. C. Crosby, & L. Bloomberg (Eds.). *Public value and public administration* (Cap. 10). Washington: Georgetown University Press.
- Mitchell, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. (1997). Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. *Academy of Management Review*, 22(4), 853–886. <https://doi.org/10.5465/AMR.1997.9711022105>
- Moore, M. H. (1994). Public value as the focus of strategy. *Australian Journal of Public Administration*, 53(3), 296–303. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.1994.tb01467.x>

- Moore, M. H. (1995). *Creating public value: strategic management in government*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Moore, M. H. (2000). Managing for value: organizational strategy in for-profit, nonprofit, and governmental organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 29(1), 183–204. <https://doi.org/10.1177/089976400773746391>
- Moore, M. H. (2003). *The Public Value Scorecard: a rejoinder and an alternative to “strategic performance management and management in non-profit organizations” by Robert Kaplan* (The Hauser Center for Nonprofit Organizations, Harvard University, Working Paper No. 18). <https://doi.org/10.2139/ssrn.402880>
- Moore, M. H. (2013). *Recognizing public value*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Moore, M. H. (2014). Public Value Accounting: establishing the philosophical bias. *Public Administration Review*, 74(4), 465–477. <https://doi.org/10.1111/puar.12198>.Public
- Moreira, C. (2018). *Moody’s destaca polarização política após 1º turno e vê desafios para aprovação de reformas*. Recuperado em 11 outubro, 2018, de <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1MI212-OB RTP>
- Moulton, S., & Eckerd, A. (2012). Preserving the publicness of the nonprofit sector. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41(4), 656–685. <https://doi.org/10.1177/0899764011419517>
- Murta, S. R., Araujo, A. F. de, & Shikida, C. D. (2008). Religião e criminalidade no Brasil: primeiras evidências sob enfoque econômico. *Textos de Economia*, 11(2), 90–107. <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2008v11n2p90>
- Myers, D. G. (2014). *Psicologia social* (10a ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Nascimento, T. G., & Souza, E. C. L. de. (2017). Escala trifatorial da identidade social (ETIS): evidências de sua adequação psicométrica. *Psico-USF*, 22(2), 217–234. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220203>
- National Council of Nonprofits. (2016). *Economic impact*. Recuperado em 05 novembro, 2016, de <https://www.councilofnonprofits.org/economic-impact>
- Neely, A., Gregory, M., & Platts, K. (1995). Performance measurement system design: a literature review and research agenda. *International Journal of Operations & Production Management*, 15(4), 80–116. <https://doi.org/10.1108/01443579510083622>

- Niven, P. R. (2003). *Balanced scorecard step-by-step for government and nonprofit agencies*. New Jersey: Wiley.
- O'Flynn, J. (2007). From new public management to public value: paradigmatic change and managerial implications. *Australian Journal of Public Administration*, 66(3), 353–366. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2007.00545.x>
- O Catequista. (2017). *Ateus pedem fim da imunidade tributária das igrejas. Os corruptos agradecem!* Recuperado em 07 agosto, 2018, de <http://ocatequista.com.br/blog/item/15937-ateus-pedem-fim-da-imunidade-tributaria-das-igrejas-os-corruptos-agradecem>
- Oliveira, F. R. de S., & Sanches, M. B. B. (2016). *Charitable organisations in Brazil: overview*. Recuperado em 06 julho, 2017, de [https://ca.practicallaw.thomsonreuters.com/2-633-0890?transitionType=Default&contextData=\(sc.Default\)&__lrTS=20170615155402300&firstPage=true&bhcp=1](https://ca.practicallaw.thomsonreuters.com/2-633-0890?transitionType=Default&contextData=(sc.Default)&__lrTS=20170615155402300&firstPage=true&bhcp=1)
- Otley, D. (2008). Did Kaplan and Johnson get it right? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(2), 229–239. <https://doi.org/10.1108/09513570810854419>
- Paula, S. L., & Mendonça, J. R. (2014). A construção de uma impressão socialmente responsável: um estudo em Instituições de Ensino Superior a partir da comunicação organizacional. *Revista de Negócios*, 19(1), 44–69. <https://doi.org/10.7867/1980-431.2014v19n1p44>
- Perkins, D. C., & Fields, D. (2010). Top management team diversity and performance of Christian Churches. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 39(5), 825–843. <https://doi.org/10.1177/0899764009340230>
- Phillips, R. A. (2003). Stakeholder legitimacy. *Business Ethics Quarterly*, 13(1), 25–41. <https://doi.org/10.5840/beq20031312>
- Phillips, R. A., Freeman, R. E., & Wicks, A. C. (2003). What stakeholder theory is not. *Business Ethics Quarterly*, 13(4), 479–502.
- Pimenta, L. (2017). *Imunidade tributária: por que igrejas são isentas de pagar impostos?* Recuperado 07 agosto, 2018, de <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI254436,51045-Imunidade+tributaria+por+que+igrejas+sao+isentas+de+pagar+impostos>
- Poister, T. H., Aristigueta, M. P., & Hall, J. L. (2015). *Managing and measuring performance in public and nonprofit organizations: an integrated approach*. (2a ed.). San Francisco, CA: Jossey-Bass.

- Portulhak, H. (2013). *Proposta de modelagem conceitual do Public Value Scorecard como instrumento integrado ao planejamento estratégico de um hospital universitário federal*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Portulhak, H., Delay, A. J., & Pacheco, V. (2015). Prestação de contas por entidades do Terceiro Setor e seus impactos na obtenção de recursos: um olhar sobre o comportamento dos doadores individuais. *Pensar Contábil*, 17(64), 39-47.
- Powell, W. W., & Steinberg, R. (2006). *The non-profit sector: a research handbook*. (2a ed.). Londres: Yale University Press.
- Rhodes, R. A. W., & Wanna, J. (2007). The limits to public value, or rescuing responsible government from the platonic guardians. *Australian Journal of Public Administration*, 66(4), 406–421. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2007.00553.x>
- Rubin, E. V. (2015). Book review: recognizing public value. *The American Review of Public Administration*, 45(6), 760–762. <https://doi.org/10.1177/0275074015589982>
- Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1998). Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationally. *Voluntas*, 9(3), 213–248. <https://doi.org/10.1023/A:1022058200985>
- Santos, M. R. C., Laureano, R. M. S., & Machado, M. J. (2014). Contabilidade de gestão no terceiro setor: estudo empírico em instituições particulares de solidariedade social. *Tourism & Management Studies*, 10(Special Issues), 79–87.
- Savage, G. T., Nix, T. W., Whitehead, C. J., & Blair, J. D. (1991). Strategies for assessing and managing organizational stakeholders. *Academy of Management Executive*, 5(2), 61–75. <https://doi.org/10.2307/4165008>
- Sawhill, J. C., & Williamson, D. (2001). Mission impossible? Measuring success in nonprofit organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, 11(3), 371–386. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/nml.11309>
- Schwartzman, H. (2017). *Por que Deus não paga imposto?* Recuperado em 06 julho, 2017, de <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/heliosschwartzman/2017/04/1875857-por-que-deus-nao-paga-imposto.shtml?cmpid=twfolha>
- Serafim, M. C., & Alperstedt, G. D. (2012). As organizações religiosas e suas relações: uma análise a partir da teoria dos stakeholders. *Revista de Negócios*, 17(2), 21–40. <https://doi.org/10.7867/1980-4431.2012v17n2p53-71>

- Shank, J. K., & Govindarajan, V. (1997). *A revolução dos custos: como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos* (2a ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- Shiramizu, V. K. M., & Yamamoto, M. E. (2017). “In x out”: revisando o viés de grupo através da perspectiva biológica. *Temas em Psicologia*, 25(3), 1441–1502. <https://doi.org/10.9788/TP2017.3-23En>
- Souza, A. R. (2007). Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. *Religião & Sociedade*, 27(1), 156–174. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872007000100008>
- Souza, L. A. G. (2004). As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, 18(52), 77–95. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300007>
- Speckbacher, G. (2003). The economics of performance management in nonprofit organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, 13(3), 267–281. <https://doi.org/10.1002/nml.15>
- Speckbacher, G. (2008). Nonprofit versus corporate governance: an economic approach. *Nonprofit Management & Leadership*, 18(3), 295–320. <https://doi.org/10.1002/nml.187>
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. <https://doi.org/10.2307/258788>
- Talbot, C., & Wiggan, J. (2010). The public value of the National Audit Office. *International Journal of Public Sector Management*, 23(1), 54–70. <https://doi.org/10.1108/09513551011012321>
- Teixeira, C. F. (2011). *Repensando a religião: debates sobre teologia, Estado e cultura*. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress.
- Thomson, I. (2007). Mapping the terrain of sustainability accounting. In J. Unerman, J. Bebbington, & B. O’Dwyer (Eds.). *Sustainability accounting and accountability* (Cap. 1). New York: Routledge.
- Try, D., & Radnor, Z. (2007). Developing an understanding of results-based management through public value theory. *International Journal of Public Sector Management*, 20(7), 655–673. <https://doi.org/10.1108/09513550710823542>

- Turner, J. C., Brown, R. J., & Tajfel, H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 9(2), 187–204. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420090207>
- United Nations. (2003). *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*. New York: United Nations.
- Vallier, I. (1971). The Roman Catholic Church: an transnational actor. *International Organization*, 25(3), 479–502.
- Van Puyvelde, S., Caers, R., du Bois, C., & Jegers, M. (2012). The governance of nonprofit organizations: integrating agency theory with stakeholder and stewardship theories. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41(3), 431–451. <https://doi.org/10.1177/0899764011409757>
- Van Til, J. (2005). Nonprofit organizations and social institutions. In R. D. Herman (Ed.), *The Jossey-Bass handbook of nonprofit leadership and management* (2a ed., Cap. 2). New Jersey: Wiley.
- Veja. (2017). *Dória veta proposta que isentava igrejas de tributos*. Recuperado 07 agosto, 2018, de <https://veja.abril.com.br/politica/doria-veta-proposta-que-isentava-igrejas-de-tributos/>
- Wadongo, B., & Abdel-Kader, M. (2014). Contingency theory, performance management and organisational effectiveness in the third sector. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 63(6), 680–703. <https://doi.org/10.1108/IJPPM-09-2013-0161>
- Wainwright, S. (2003). *Measuring impact: a guide to resources*. Londres: National Council for Voluntary Organizations. Recuperado em 09 setembro, 2017, de <http://portals.wi.wur.nl/files/docs/ppme/measuringImpact20012003.pdf>.
- Woods Jr., T. E. (2008). *Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental*. São Paulo: Quadrante.
- Wuthnow, R. (1999). Mobilizing civic engagement: the changing impact of religious involvement. In T. Skocpol & M. Fiorina (Eds.). *Civil engagement in American Democracy* (Cap. 9). Washington: Brookings Institution Press.
- Ysseldyk, R., Matheson, K., & Anisman, H. (2010). Religiosity as identity: toward an understanding of religion from a social identity perspective. *Personality and Social Psychology Review*, 14(1), 60–71. <https://doi.org/10.1177/1088868309349693>

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com Membro da Arquidiocese

BLOCO 1 – ATIVIDADES

As seguintes atividades são realizadas pela Arquidiocese ou por meio de suas paróquias, igrejas ou outras estruturas subordinadas?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não valiosa ou benéfica	Pouquíssimo valiosa ou benéfica	Quanto mais próximo de 1 (um) menos valiosa						Muitíssimo valiosa ou benéfica			
		Quanto mais próximo de 10 (dez) mais valiosa									

ATIVIDADES	SIM	NÃO	Se SIM, como? De que forma?	Se SIM, quão você considera a atividade valiosa para a sociedade ou benéfica para a sociedade? (escala de 0 a 10)
Adorações				
Orações				
Meditações				
Curas				
Doutrina				
Cultos				
Rituais				
Missões de recrutamento				
Atividades de assistência social				
Ações de solidariedade, caridade e serviço social				
Serviços de saúde				
Serviços de educação				
Programas de reabilitação para dependentes químicos				

Há outra(s) atividade(s) realizada pela Arquidiocese ou por meio de suas paróquias, igrejas ou outras estruturas subordinadas?

ATIVIDADES	SIM	NÃO	Se SIM, como? De que forma?	Se SIM, quão você considera a atividade valiosa para a sociedade ou benéfica para a sociedade? (escala de 0 a 10)

BLOCO 2 – RESULTADOS

A atuação da Arquidiocese, seja por si ou por meio de suas paróquias, igrejas ou outras estruturas subordinadas, oferece os seguintes resultados para a sociedade?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Não valiosa ou benéfica	Pouquíssimo valiosa ou benéfica	Quanto mais próximo de 1 (um) menos valiosa						Quanto mais próximo de 10 (dez) mais valiosa		Muitíssimo valiosa ou benéfica

RESULTADOS	SIM	NÃO	Se SIM, como? De que forma?	Se SIM, quanto você considera o resultado valioso para a sociedade ou benéfico para a sociedade? (escala de 0 a 10)
Consciência social e comunitária / promover motivação para atividades assistenciais ou voluntárias				
Inclusão social				
Garantia de direitos				
Saúde				
Educação				
Segurança, combate à criminalidade e violência				
Economia / crescimento econômico				
Valores morais				
Cultura				
Bem-estar individual				
Redistribuição de renda				

Há outro(s) resultado(s) ou impacto(s) oferecido(s) pela Arquidiocese ou por meio de suas paróquias, igrejas ou outras estruturas subordinadas para a sociedade?

RESULTADOS	SIM	NÃO	Se SIM, como? De que forma?	Se SIM, quanto você considera o resultado valioso para a sociedade ou benéfico para a sociedade? (escala de 0 a 10)

APÊNDICE B – Questionário Aplicado à Comunidade

Prezado(a) respondente,

Pedimos sua valiosa colaboração para o projeto de pesquisa “Percepção de Geração de Valor Público pelas Igrejas Católicas, Teoria dos *Stakeholders* e Viés Endogrupal” promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Esta pesquisa gerará uma tese de doutorado e possui como objetivo verificar de que forma a Igreja Católica é percebida pela sociedade como instituição que realiza atividades e fornece resultados que possam ser considerados valiosos ou benéficos para a coletividade.

Convidamos você para preencher este questionário, composto por quatro blocos, cujo preenchimento demandará um investimento de, no máximo, 5 minutos de seu tempo. Ressaltamos que o preenchimento é voluntário e pode ser interrompido a qualquer momento.

Asseguramos que sua identidade será mantida em sigilo e que as respostas fornecidas servirão exclusivamente para esse projeto.

Desde já agradecemos!

Henrique Portulhak - Doutorando em Contabilidade pela UFPR

Prof. Dr. Vicente Pacheco - Orientador da Pesquisa

Bloco 1 – Valor público atribuído em geral pelo respondente à Igreja Católica

- 1) Em uma escala de 0 a 10, como você considera, em geral, que as atividades realizadas e os resultados gerados pela Igreja Católica são benéficos ou valiosos para a sociedade?

Descrição da escala:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Não valiosas ou benéficas	Pouquíssimo valiosas ou benéficas	Quanto mais próximo de 1 (um), menos valiosa								Muitíssimo valiosas ou benéficas
		Quanto mais próximo de 10 (dez), mais valiosa								

Bloco 2 – Valor público atribuído pelo respondente aos resultados da Igreja Católica

- 2) Em uma escala de 0 a 10, como você considera que a Igreja Católica gera benefícios para a sociedade pelos seguintes aspectos?

Descrição da escala:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Não valioso ou benéfico	Pouquíssimo valioso ou benéfico	Quanto mais próximo de 1 (um), menos valiosa								Muitíssimo valioso ou benéfico
		Quanto mais próximo de 10 (dez), mais valiosa								

Resultado	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Consciência social e comunitária dos indivíduos / motivar pessoas para atividades assistenciais ou voluntárias											
Inclusão social											
Garantia de direitos											
Saúde											
Educação											
Segurança, combate à criminalidade e violência											
Economia / crescimento econômico											
Valores morais											
Cultura											
Bem-estar individual											
Redistribuição de renda											

Bloco 3 – Valor público atribuído pelo respondente às atividades da Igreja Católica

- 3) Em uma escala de 0 a 10, como você considera que as seguintes atividades realizadas pela Igreja Católica geram benefícios para a sociedade?

Descrição da escala:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Não valiosa ou benéfica	Pouquíssimo valiosa ou benéfica	Quanto mais próximo de 1 (um), menos valiosa								Muitíssimo valiosa ou benéfica
		Quanto mais próximo de 10 (dez), mais valiosa								

Atividade	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Adorações											
Orações											
Meditações											
Doutrina											
Cultos											
Rituais											
Missões de evangelização											
Atividades de assistência social											
Ações de solidariedade, caridade e serviço social											
Serviços de saúde											
Serviços de educação											
Programas de reabilitação para dependentes químicos											

Bloco 4 – Caracterização do respondente

4) Você reside em qual município?

- Alm. Tamandaré/PR Curitiba/PR Rio Branco do Sul/PR
 Balsa Nova/PR Itaperuçu/PR Outro município
 Campo Largo/PR Palmeira/PR (especifique):
 Campo Magro/PR Pinhais/PR _____
 Colombo/PR Porto Amazonas/PR

5) Qual a sua religião?

- Católico romano Umbanda / candomblé
 Católico ortodoxo Não possui religião
 Protestante / evangélico Outra religião (especificar):
 Espírita _____

6) Você se considera um religioso praticante?

- Sim Não Não possui religião

7) De que forma você se relaciona com a Igreja Católica? (pode ser assinalada mais de uma alternativa)

- Frequento as atividades religiosas da Igreja Católica
- Recebo algum benefício assistencial ou social da Igreja Católica
- Sou voluntário em alguma atividade realizada pela Igreja Católica
- Realizo doações financeiras para a Igreja Católica (como dízimos e ofertas)
- Sou funcionário de uma Igreja Católica
- Sou membro da hierarquia da Igreja Católica (padre, freira, bispo)
- Não possuo nenhuma destas relações com a Igreja Católica

8) Com qual gênero você se identifica:

- Feminino Transgênero
- Masculino Prefiro não responder

9) Escolaridade:

- Sem instrução Graduação completo
- Fundamental incompleto Especialização incompleto
- Fundamental completo Especialização completo
- Ensino médio incompleto Mestrado incompleto
- Ensino médio completo Mestrado completo
- Ensino técnico incompleto Doutorado incompleto
- Ensino técnico completo Doutorado completo
- Graduação incompleto Outros: _____

10) Idade (anos completos): _____ anos

11) Renda familiar mensal:

- Até R\$ 1.908,00 De R\$ 9.540,01 até R\$ 19.080,00
- De R\$ 1.908,01 até R\$ 3.816,00 Acima de R\$ 19.080,01
- De R\$ 3.816,01 até R\$ 9.540,00

12) Em geral, como você descreveria seu estado de saúde atual?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Péssimo	Muito ruim	Quanto mais próximo de 1 (um), estado de saúde pior								Muito bom
		Quanto mais próximo de 10 (dez), estado de saúde melhor								

Gostaria de receber os resultados dessa pesquisa? Caso positivo, registre no campo abaixo seu endereço de *e-mail* e clique em "ENVIAR". Caso negativo, basta clicar em "ENVIAR" para encerrar o questionário: _____

Muito obrigado por sua colaboração!

Em caso de dúvidas ou sugestões:

hportulhak.ufpr@gmail.com

Pesquisador: Henrique Portulhak (UFPR)

APÊNDICE C – Modelo de Carta de Apresentação para a Organização Religiosa

Ao

(representante da Arquidiocese de Curitiba)

Arquidiocese de Curitiba

Assunto: Proposta para Investigação - Percepção de Geração de Valor Público pelas Igrejas Católicas, Teoria dos *Stakeholders* e Viés Endogrupal

Prezado (representante da Arquidiocese de Curitiba),

A Universidade Federal do Paraná possui dentre suas atribuições sociais a realização de pesquisas com o objetivo de disponibilizar conhecimento e experiências para seus alunos, acadêmicos, profissionais e para a sociedade. O Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR, único programa do Paraná com o curso de Doutorado na área do conhecimento, possui dentre seus objetivos a formação de pesquisadores de alto nível e a realização de pesquisas de alto impacto teórico, prático e social.

Com o objetivo de gerar tais contribuições, propomos a realização de uma investigação com a Arquidiocese de Curitiba, tese de doutorado com o tema “Percepção de Geração de Valor Público pelas Igrejas Católicas, Teoria dos *Stakeholders* e Viés Endogrupal”. A investigação busca identificar as atividades realizadas e os resultados oferecidos pela Igreja Católica que são percebidos pela sociedade como geradores de valor público, além de detectar a influência de fatores como o relacionamento do indivíduo como financiador ou receptor direto de benefícios e a identificação como membro da religião católica na percepção do indivíduo quanto à geração de valor público pela Igreja Católica.

A pesquisa seguirá os procedimentos metodológicos recomendados para dar validade e confiabilidade aos resultados. Para tal, prevê-se a realização de entrevista com V.S.^a para validação das atividades e resultados gerados pela Arquidiocese de Curitiba à sociedade e levantamento com membros da comunidade que residem na área geográfica de atuação da Arquidiocese de Curitiba para identificação da percepção de geração de valor público pela instituição.

Destacamos que manteremos a confidencialidade do seu nome no estudo. Comprometemo-nos, ainda, em apresentar o resultado final do estudo para vossa apreciação.

Desde já agradecemos pela atenção e colaboração.

Henrique Portulhak

Doutorando – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade UFPR

henrique.portulhak@ufpr.br

Ciente e autorizo a investigação:

(representante da Arquidiocese de Curitiba)